

OFICIAL DE JUSTIÇA

SIMULADO GERAL



DIREITOS RESERVADOS

Todos os direitos dessa obra são reservados ao Siga Escrevente Ltda, sendo expressamente proibida a duplicação ou reprodução deste material, no todo ou em parte, em quaisquer plataformas ou meios eletrônicos, aplicativos etc.

Destacamos que todos os nossos materiais possuem dados personalizados imperceptíveis ao olho nu e marcadores de compartilhamento (toda vez que o material é compartilhado indevidamente, somos notificados).

A violação aos direitos autorais pode configurar o crime previsto no art. 184 do Código Penal, inviabilizando sua posse no cargo público sonhado.

Nosso contato para qualquer dúvida:



11 95304-6756



@sigaescreventeoficial



sigaescreventeoficial



LÍNGUA PORTUGUESA

1 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Leia a tira.



Fernando Gonsales, *Níquel Náusea*. Folha de S.Paulo, 24.11.2022)

A galinha do terceiro quadrinho foi reprovada pelo produtor porque as suas competências

- A) são as mesmas das demais galinhas quanto à alimentação e produção.
- B) revelam a intenção dela de se impor e comandar o local de trabalho.
- C) divergem das demais galinhas e desfavorecem o trabalho pretendido.
- D) sugerem uma situação de trabalho fomentada pela competitividade.
- E) demonstram a sua preparação para botar muitos ovos comendo menos.

2 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números 02 a 07.

Custo do desemprego de longo prazo

A redução contínua da taxa de desemprego e a recuperação persistente da

renda real média obtida pelas pessoas ocupadas são os indicadores mais marcantes da melhora notável do mercado de trabalho nos últimos meses. A persistência de altos índices de trabalho informal, de subutilização da força de trabalho e de pessoas desalentadas, de outro lado, aponta para uma perda de qualidade nessa recuperação. À margem dessas duas tendências mais notórias da evolução recente do mercado de trabalho, há outro dado mais preocupante. Um número muito grande de brasileiros busca uma ocupação há muito tempo, mas não a encontra. Mantém-se muito alta a taxa de desemprego de longo prazo. É uma espécie de doença estrutural do mercado de trabalho que o País não tem conseguido combater.

Nota técnica da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, elaborada em agosto do ano passado, mostra que os desempregados de longo prazo representavam 1,2% da força de trabalho em 2014 e atingiram 3,2% em 2019. O grupo é formado predominantemente por mulheres, jovens e com ensino médio completo.

Além de ser fonte de um problema humanitário sintetizado no fato de uma pessoa em idade de trabalhar e apta para ter uma ocupação não ter a possibilidade de auferir renda para si e para sua família, o desemprego de longo prazo tem consequências econômicas de peso. Quanto mais tempo uma pessoa fica desempregada, maior será a perda de capital humano, pois habilidades e capacidade para aprendizado de tarefas novas podem ser perdidas e menores serão as chances de sua recolocação no mercado.

Em relação às pessoas que procuram emprego e não encontram, o editorial enfatiza em sua análise que elas

- A) recuperam rápido a capacidade para aprender tarefas novas.
- B) possuem condições de recolocação imediata no mercado.
- C) vivenciam a tenacidade do desemprego de longo prazo.
- D) conseguem ganhos melhores em atividades informais.
- E) fazem parte agora das tendências de evolução do mercado.

3 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) De acordo com a nota técnica da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, conclui-se corretamente que houve

- A) uma redução do desemprego de mulheres, jovens e com ensino médio completo.
- B) um aumento do desemprego de longo prazo que não afetou os homens.
- C) uma qualificação melhor das pessoas que, por isso, saíram do desemprego.
- D) um aumento do contingente de desempregados de longo prazo no país.
- E) uma redução do desemprego com ação incisiva das autoridades governamentais.

4 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Considere as passagens do texto:

- À margem dessas duas tendências mais **notórias** da evolução recente do mercado de trabalho...
- Além de ser fonte de um problema humanitário **sinetizado** no fato de uma pessoa em idade de trabalhar e apta para ter uma ocupação não ter a possibilidade de **auferir** renda para si e para sua família...

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- A) importantes; relativo; dispor.
- B) evidentes; resumido; conseguir.
- C) combatidas; constante; querer.
- D) manifestas; exemplificado; perder.
- E) debatidas; indicado; economizar.

5 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Considere o início do primeiro parágrafo:

A redução contínua da taxa de desemprego e a recuperação persistente da renda real média obtida pelas pessoas ocupadas são os indicadores mais marcantes da melhora notável do mercado de trabalho nos últimos meses. **A persistência de altos índices de trabalho informal, de subutilização da força de trabalho e de pessoas desalentadas, de outro lado, aponta para uma perda de qualidade nessa recuperação.**

A relação de sentido que a parte destacada estabelece com a que a antecede é de

- A) causa.
- B) conclusão.
- C) consequência.
- D) semelhança.
- E) contraposição.

6 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) No Brasil, o índice de desempregados de longo prazo chegou _____ 3,2% em 2019. Esse é um dado _____ que se refere _____ nota técnica da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia. Há que se considerar que o país precisa dar assistência _____ pessoas nessa situação, evitando _____ perda de capital humano.

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas do enunciado devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- A) a ... a ... a ... às ... a
- B) à ... à ... a ... a ... à
- C) a ... a ... à ... as ... a
- D) à ... a ... a ... a ... à
- E) a ... à ... a ... às ... a

7 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Em conformidade com a norma-padrão de regência, nas passagens – É uma espécie de doença estrutural do mercado de trabalho **que o País não tem conseguido combater.** – e – ... e apta **para ter uma ocupação...** –, as sequências destacadas podem ser substituídas, respectivamente, por:

- A) em que o país não tem conseguido se desvencilhar / com ter uma ocupação.
- B) que o país não tem conseguido conviver / de ter uma ocupação.
- C) para que o país não tem conseguido eliminar / em ter uma ocupação.
- D) de que o país não tem conseguido fugir / a ter uma ocupação.
- E) a que o país não tem conseguido se habituar / ante ter uma ocupação.

8 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números 08 a 10.

Contratempos do tempo

As coisas que para nós se passam em câmera lenta, numa vida inteira, os Anjos as veem em ritmo acelerado. E com certeza mal contêm o riso, como nós agora diante dos primeiros jornais cinematográficos: **oh! aquelas paradas elétricas, aqueles enterros epilépticos, aqueles ministros, e reis, e povo, agitando-se automaticamente como bonecos a quem deram corda...** Não, assim não há grandeza e dignidade possível. Toda a epopeia napoleônica transcorrida, digamos, em um só quarto de hora, seria de um cômico e de um absurdo irresistíveis.

E as nossas vidas então, já por si tão ridículas?

(Mário Quintana. Da preguiça como método de trabalho)

No texto, o ponto de vista do narrador é de que

- A) a grandeza da História precisa ser registrada pelas câmeras.
- B) a vida pela ótica das câmeras se torna ainda mais ridícula.
- C) a sensibilidade humana se potencializa com o ritmo acelerado.
- D) a câmera resgata a essência espiritual dos seres humanos.
- E) a comicidade advém das coisas que se passam em câmera lenta.

9 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) No trecho destacado do texto, as vírgulas e as conjunções “e” e da conjunção “como” estão empregadas, para

A) separar elementos em uma sequência; estabelecer relação de adição e de comparação.

B) isolar expressões de sentidos opostos; estabelecer relação de consequência e de comparação.

C) separar elementos em uma sequência; estabelecer relação de explicação e concessão.

D) realçar as ideias expressas em uma frase; estabelecer relação de consequência e conformidade.

E) isolar expressões de sentidos opostos; estabelecer relação de adição e de concessão.

10 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Assinale a alternativa em que a colocação pronominal está de acordo com a norma-padrão.

A) Se passam muitas coisas em câmera lenta para nós. Os Anjos, por sua vez, veem-nas em ritmo acelerado.

B) Nos jornais cinematográficos, parece que as pessoas agitam-se como se alguém tivesse dado-lhes corda.

C) Tudo que sabe-se da epopeia napoleônica certamente revestiria-se de um cômico e de um absurdo irresistíveis.

D) Não vislumbram-se grandeza e dignidade possível, quando vê-se o agito automático de coisas como bonecos.

E) Divertem-se os Anjos com o transcorrer da vida humana, porque evidentemente o veem como cômico e absurdo.

11 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números 11 a 16.

Esforço global

Em Seul, na Coreia do Sul, as latas de lixo pesam automaticamente a quantidade de comida ali jogada. Em Londres, mercados pararam de colocar datas de validade em frutas e legumes para diminuir a confusão sobre o que ainda pode ser consumido. A Califórnia agora exige que os supermercados distribuam – e não joguem fora – produtos que não foram vendidos, mas que estão bons para o consumo.

Esses são exemplos de uma ampla gama de esforços que está sendo realizada mundialmente para enfrentar dois problemas urgentes: a fome e as mudanças climáticas.

Em todo o mundo, o desperdício de alimentos é responsável por 8% a 10% das emissões globais de gases de efeito estufa, pelo menos o dobro das emissões da aviação. De acordo com estimativas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, são alimentos suficientes para mais de 1 bilhão de pessoas.

Todas essas iniciativas apontam para uma desconexão no sistema global moderno: muitos alimentos são produzidos, mas não consumidos, mesmo enquanto pessoas passam fome.

Jogar fora as safras que foram plantadas, regadas, colhidas, embaladas e transportadas é um problema relativamente novo na história da humanidade. Durante séculos, as pessoas usaram tudo o que podiam: o caule de uma bananeira, cascas de vegetais, uma cenoura que crescia retorcida no subsolo. Hoje, 31% dos alimentos cultivados, transportados ou vendidos são desperdiçados.

Para Dana Gunders, diretora da ReFED, Ong focada na redução do desperdício de alimentos, “É melhor não produzir o que você sabe que não será consumido. Para fazer isso, é preciso redesenhar os sistemas. O que não é tão fácil quanto jogar sobras em uma caixa de compostagem”.

(Somini Sengupta.
<https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/por-dentro-do-esforco-global-para-manter-alimentos-perfeitamenteconsumiveis-fora-do-lixao/> Tradução de Lívia Bueloni Gonçalves. Publicado em 22.10.2022. Adaptado)

De acordo com as informações do texto,

A) caules, cascas e raízes eram consumidos pelas pessoas, no passado, porque estas desconheciam a falta de valor nutritivo desses alimentos.

B) a produção de gases de efeito estufa relativa aos alimentos descartados não está em paridade com a produção relativa ao fluxo mundial dos diferentes meios de transporte.

C) mercados londrinos optaram por retirar a data de validade de alimentos perecíveis e não perecíveis para estender o período de consumo desses gêneros.

D) Gunders defende que os sistemas de produção devam ser repensados, ainda que praticamente toda a população mundial tenha acesso à alimentação.

E) o desperdício de alimentos, que hoje ultrapassa um quarto da produção mundial, visto sob a perspectiva histórica, é um fato não trivial.

12 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp)
Assinale a alternativa correta a respeito dos trechos do texto.

A) Em – para diminuir a confusão **sobre** o que ainda pode ser consumido –, a preposição destacada indica condição, equivalendo a acerca.

B) Em – uma ampla gama de esforços que está sendo realizada **mundialmente** –, o advérbio destacado indica tempo, equivalendo a atualmente.

C) Em – o desperdício de alimentos é responsável por 8% a 10% das emissões globais de gases de efeito estufa –, a norma-padrão facultada a construção são responsáveis.

D) Em – que crescia retorcida no subsolo – o trecho especifica o termo “cenoura”.

E) Em – O que não é tão fácil quanto jogar sobras em uma caixa de compostagem – a relação de sentido entre as ideias é de finalidade.

13 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp)
Assinale a alternativa em que a reescrita da última frase do primeiro parágrafo preserva o sentido original do texto.

A) Apesar de a Califórnia estar procurando reduzir o desperdício, mesmo que agora exija dos supermercados o aproveitamento de alimentos que, caso não comercializados, estejam apropriados ao consumo.

B) Por sua vez, a Califórnia está procurando reduzir o desperdício, visto que agora exige dos supermercados o aproveitamento de alimentos que, embora não comercializados, estejam apropriados ao consumo.

C) Além de a Califórnia estar procurando reduzir o desperdício, à medida que agora exige dos supermercados o aproveitamento de alimentos que, a exemplo dos não comercializados, estejam apropriados ao consumo.

D) Em tese, a Califórnia está procurando reduzir o desperdício, portanto agora exige dos supermercados o aproveitamento de alimentos que, supostamente não comercializados, estejam apropriados ao consumo.

E) Aliás, a Califórnia está procurando reduzir o desperdício, a menos que agora exija dos supermercados o aproveitamento de alimentos que, ainda não comercializados, estejam apropriados ao consumo.

14 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp)
Considere as frases.

- Durante séculos, as pessoas **usaram tudo o que podiam** para se alimentar.
- A ReFED é uma organização **focada na redução do** desperdício de alimentos.

Com base na norma-padrão de regência verbal e nominal, os trechos destacados podem ser substituídos, respectivamente, por:

A) serviram-se a tudo com que dispunham; avessa ao

B) usufruíram tudo de que dispunham; contrária ao

C) lidaram com tudo de que dispunham; cônica ao

D) aproveitaram tudo de que dispunham; atenta com o

E) valeram-se de tudo com que dispunham; desfavorável com o

15 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) O sinal indicativo de crase está corretamente empregado na alternativa que completa o seguinte trecho:

Há instituições da sociedade civil que se opõem

A) à logística inadequada aplicada na produção de alimentos.

B) à uma discrepância evidente no sistema alimentar mundial.

C) às cidades que não investem na distribuição racional dos alimentos.

D) à enfrentar o descarte de alimentos apenas por meio da compostagem.

E) à toda e qualquer negligência no reaproveitamento dos alimentos.

16 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp)
Considerando a apresentação de dados em porcentagem, assinale a alternativa que está em conformidade com norma-padrão.

- A) Aqueles 20% de área de várzea restantes no município já foi comercializado.
- B) Quanto aos índices de desperdício de alimentos, 31% não se admite.
- C) A editora decidiu que, para 2023, 15% das verbas será investida em autobiografias.
- D) Dos sócios do clube presentes à reunião, 1% votaram pela terceirização dos funcionários.
- E) Tratando-se da demissão voluntária dos funcionários, 0,5% optou pelo desligamento da empresa.

17 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp)
Assinale a opção correta quanto ao uso da concordância nominal.

- A) Todas as camisas estão meia sujas.
- B) Vocês fizeram menas coisas esta semana.
- C) Os recibos seguirão anexos.
- D) A moça estava meia doente.
- E) Chegaram bastante pessoas no teatro.

18 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Analise a concordância verbal das frases abaixo.

- 1. Se não houvesse empecilhos, ele viria.
- 2. Fazem anos que eles não se encontram.
- 3. Precisa-se de enfermeiras em tempo integral.
- 4. Conserta-se roupas.
- 5. Maria tinha deixado a cidade haviam vários anos.

Assinale a alternativa que indica todas as frases corretas.

- A) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- B) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- C) São corretas apenas as afirmativas 2 e 5.
- D) São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- E) São corretas apenas as afirmativas 4 e 5.

19 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) O uso da vírgula está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa em:

- A) Ao visitar o idoso o médico, sugeriu que este, fosse fazer exames.
- B) O alfaiate avô de Leila, preferia viver, naturalmente sem remédios.
- C) A família era, muito insistente com o idoso, pois queria ajudá-lo.
- D) Os pomares, de hoje, infelizmente recebem, muitos agrotóxicos.
- E) Por mais que a família insistisse, o avô de Leila não aceitava ajuda.

20 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Leia a tira, para responder à questão.



O texto apresenta construções com os verbos “pedir” e “ir” que merecem correção, pois estão em desacordo com a norma-padrão. Assinale a alternativa em que eles estão empregados corretamente.

- A) ... pedir a um empréstimo do banco. / Aonde é que você vai?
- B) ... pedir de um empréstimo ao banco. / Vou no banco.
- C) ... pedir a um empréstimo no banco. / Aonde é que você vai?
- D) ... pedir de um empréstimo do banco. / Vou no banco.
- E) ... pedir um empréstimo ao banco /Aonde é que você vai?

DIREITO CONSTITUCIONAL

21 - (Simulado Geral. 2022. Vunesp) Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, segundo a Constituição Federal de 1988, dentre outros:

- A) solução pacífica dos conflitos.
- B) independência nacional.
- C) a dignidade da pessoa humana.
- D) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- E) repúdio ao terrorismo e ao racismo.

22 - (Simulado Geral. 2022. Outras) Maria, cidadã mexicana, reside há um ano no território brasileiro. Como sua permanência no Brasil se estendia no tempo, decidiu consultar um advogado a respeito da possibilidade, ou não, de invocar os direitos fundamentais consagrados na Constituição da República de 1988.

O advogado respondeu, corretamente, que os referidos direitos:

- A) somente são reconhecidos aos brasileiros natos e, nos limites estabelecidos pelo ato de naturalização, aos brasileiros naturalizados, não a estrangeiros como Maria;
- B) podem ser fruídos por Maria, observadas as distinções estabelecidas pela ordem constitucional em relação aos brasileiros;
- C) são plenamente reconhecidos a Maria, sem qualquer distinção em relação aos brasileiros natos ou naturalizados;
- D) somente são reconhecidos aos brasileiros, natos ou naturalizados, não a estrangeiros como Maria;
- E) podem ser fruídos por Maria caso a legislação infraconstitucional venha a reconhecê-los.

23 - (Simulado Geral. 2022. Outras) Determinada associação, direcionada ao desenvolvimento psicossocial da pessoa e da família, foi objeto de muitas críticas no âmbito da Secretaria de Apoio Familiar do Estado-membro Alfa. Argumentava-se que diversas atividades desenvolvidas pela associação eram moralmente reprováveis, além de representarem apologia ao crime.

Em razão desses fatos, a assessoria jurídica foi consultada a respeito da possibilidade de a associação ter suas atividades suspensas, sendo respondido, corretamente, que a suspensão alvitrada:

- A) somente seria possível após a condenação em processo administrativo;
- B) somente seria possível por decisão judicial, independentemente do trânsito em julgado;
- C) não seria possível, pois a liberdade de associação tem estatura constitucional;
- D) exige decisão transitada em julgado, quer seja proferida em processo administrativo, quer em processo judicial;
- E) exige o julgamento do ilícito em processo administrativo, requisito da ação judicial na qual a suspensão será requerida.

24 - (Simulado Geral. 2022. Outras) Um determinado grupo de pessoas pertencentes à mesma categoria profissional decidiu se reunir para representar toda essa categoria por meio de uma associação sindical. Em conformidade com a Constituição Federal, não sendo vedada a criação desse sindicato, para a sua fundação a lei

A) exigirá autorização do Estado, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, cabendo ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões judiciais ou administrativas.

B) não poderá exigir autorização do Estado, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, cabendo ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões judiciais ou administrativas.

C) não poderá exigir autorização do Estado, ressalvado o registro no órgão competente, permitidas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, cabendo ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões judiciais ou administrativas.

D) não poderá exigir autorização do Estado, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, cabendo ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

E) exigirá autorização do Estado, permitidas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, cabendo ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

25 - (Simulado Geral. 2022. Outras) Leah, estrangeira, tem duas filhas: Laura e Josefina. Laura nasceu no Brasil enquanto Leah aqui estava a serviço de seu país de origem. Alguns anos mais tarde, depois de se divorciar do seu primeiro marido, Leah deixou de trabalhar para seu país de origem, casou-se com um brasileiro e fixou sua residência no Brasil, onde, alguns anos depois, quando já se dedicava integralmente ao seu lar, nasceu sua segunda filha, Josefina. Considerando apenas as informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal,

A) Laura e também Josefina são consideradas brasileiras natas, sendo que apenas Laura poderá candidatar-se ao cargo de Presidente da República, preenchidos os requisitos necessários.

B) Laura e também Josefina são consideradas brasileiras natas, sendo que ambas poderão exercer qualquer cargo que seja exclusivo de brasileiro nato.

C) apenas Laura é considerada brasileira nata e ela não poderá, entretanto, candidatar-se ao cargo de Presidente da República.

D) apenas Josefina é considerada brasileira nata e ela poderá, preenchidos os requisitos necessários, exercer o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.

E) Laura e também Josefina são consideradas brasileiras natas, sendo que apenas Laura poderá exercer o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, preenchidos os requisitos legais.

26 - (Simulado Geral. 2022. Outras) Pedro, servidor público federal, tinha o sonho de ser eleito vereador em seu município. Apesar disso, tinha medo de perder o cargo federal caso fosse eleito e tomasse posse no cargo municipal. À luz da sistemática constitucional, caso Pedro seja investido no mandato de vereador:

A) deverá ser necessariamente demitido do serviço público federal;

B) será necessariamente afastado do cargo federal, mas sem demissão;

C) sempre deverá optar pela remuneração de um dos cargos;

D) se houver compatibilidade de horários, desempenhará ambas as funções;

E) sempre receberá a remuneração correspondente a ambos os cargos.

27 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Sobre a disciplina do Poder Judiciário na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

A) as custas e emolumentos serão destinados ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça e dos cartórios extrajudiciais.

B) as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

C) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de cinco anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

D) somente pelo voto de três quintos de seus membros poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

E) a atividade jurisdicional será ininterrupta, com exceção das férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, que poderá ocorrer uma única vez por ano.

28 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 14, diz que “soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos (...)”. Nesse contexto, o voto é obrigatório para os maiores de dezoito anos.

Assinale a alternativa que apresenta uma das condições em que o voto é facultativo no Brasil.

A) Maiores de quatorze anos.

B) Analfabetos funcionais.

C) Maiores de 70 (setenta) anos.

D) Deficientes físicos e mentais.

E) Maiores de 75 (setenta e cinco) anos.

29 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) De acordo com o § 1º do art. 127 da CF/88, são princípios institucionais do Ministério Público:

A) pluralidade, divisibilidade e dependência.

B) vitaliciedade, inamovibilidade e independência.

C) unidade, indivisibilidade e independência.

D) divisibilidade, dependência e vitaliciedade.

E) vitaliciedade, indivisibilidade e independência.

30 - (Simulado Geral. 2022. Outras) João, servidor público, informou à sua amiga Maria que ele somente perderia o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo ou, na forma da lei complementar, mediante avaliação periódica de desempenho. Isso significa dizer que João

A) ocupa cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, e conta com mais de três anos de efetivo exercício.

B) ocupa cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, e conta com mais de dois anos de efetivo exercício.

C) ocupa cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, independente do lapso temporal desde a posse.

D) ocupa cargo público, de natureza não eletiva, e conta com mais de dois anos de efetivo exercício.

E) exerce função pública, independente do cargo ocupado e da forma de provimento.

DIREITO ADMINISTRATIVO

31 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) Conforme dispõe a Lei nº 10.261/68, ao servidor é assegurado o direito de requerer ou representar, bem como pedir reconsideração e recorrer de decisões, salvo previsão legal específica, no prazo de

A) 5 dias.

B) 10 dias.

C) 15 dias.

D) 30 dias.

E) 45 dias.

32 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Nos termos do que expressamente estabelece a Lei nº 10.261/68, é dever do funcionário público

A) cumprir as ordens superiores, mesmo quando forem manifestamente ilegais.

B) residir no local onde exerce o cargo ou onde autorizado.

C) guardar sigilo sobre os assuntos da repartição, exceto sobre despachos, decisões ou providências.

D) manter sigilo sobre as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções, deixando eventual investigação para as autoridades competentes.

E) providenciar para que estejam sempre em ordem todas as mesas de trabalho da repartição onde exerce suas funções.

33 - (Simulado Geral. 2023. Outras) Pitágoras, Oficial de Promotoria do Ministério Público do Estado de São Paulo, dolosamente recebeu vantagem econômica, correspondente à propina de vinte mil reais, para omitir ato que deveria praticar de ofício, no exercício de suas atribuições.

Considerando o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que Pitágoras

- A) não praticou ato de improbidade, pois a conduta está sujeita à sanção penal.
- B) praticou ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito.
- C) praticou ato de improbidade que causa prejuízo ao erário.
- D) praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- E) não praticou ato de improbidade, pois a conduta deve ser responsabilizada na esfera disciplinar.

34 - (Simulado Geral. 2023. Outras) A Lei de Improbidade Administrativa estabelece que a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

Nesse contexto, de acordo com a atual redação da Lei nº 8.429/92, a citada declaração de bens

- A) não será, em regra, atualizada periodicamente, salvo determinação discricionária da autoridade competente.
- B) não será, em regra, atualizada periodicamente, salvo se o agente público vier a responder a processo administrativo disciplinar.
- C) será atualizada a cada cinco anos e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função.
- D) será atualizada anualmente, sem necessidade de atualização na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função.
- E) será atualizada anualmente e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função.

35 - (Simulado Geral. 2023. Outras) De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, NÃO é forma de provimento dos cargos públicos:

- A) reversão.
- B) readmissão.
- C) transferência.
- D) transposição.
- E) aproveitamento.

36 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) Sobre os direitos e vantagens de ordem pecuniária previstos na Lei nº 10.261/68, é correto afirmar que:

- A) o funcionário não perderá o vencimento ou remuneração do dia quando não comparecer ao serviço.
- B) O funcionário perderá metade do vencimento ou remuneração diária, quando comparecer ao serviço dentro da hora seguinte à marcada para o início do expediente ou quando dele retirar-se dentro da última hora.
- C) No caso de faltas sucessivas, justificadas ou injustificadas, os dias intercalados — domingos, feriados e aqueles em que não haja expediente — serão computados exclusivamente para efeito de desconto do vencimento ou remuneração.
- D) o funcionário perderá o vencimento ou remuneração do dia quando não comparecer ao serviço, ainda que se trata de hipótese de compensação de horas.
- E) Em qualquer hipótese, é vedado dispensar o funcionário do registro do ponto.

37 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) São penas disciplinares previstas no art. 251 da Lei nº 10.2061/68:

- A) advertência, demissão e multa.
- B) prestação pecuniária, cassação de aposentadoria e interdição de direitos.
- C) suspensão, demissão e repreensão
- D) prestação de serviços à comunidade, suspensão e demissão a bem do serviço público.
- E) perda de bens e valores, limitação de fim de semana e multa

DIREITO PENAL

38 - (Simulado Geral. 2012. Outras) César, na vigência da Lei no 01, foi condenado à pena de dois meses de detenção, pela prática de determinado delito. A sentença transitou em julgado. Antes do trânsito em julgado, entrou em vigor a Lei no 02, que aumentou a pena desse crime para três meses de detenção. Após o trânsito em julgado, entraram em vigor duas outras leis: a Lei no 03, que reduziu a pena dessa infração penal para um mês de detenção, e a Lei no 04, que aboliu o referido delito. Nesse caso,

- A) aplica-se a Lei no 02, por ter entrado em vigor antes do trânsito em julgado da sentença.
- B) aplica-se a Lei no 03, por ter mantido a incriminação, com redução da pena imposta.
- C) aplica-se a Lei no 04, que deixou de incriminar fato que anteriormente era considerado ilícito penal.
- D) aplica-se a pena resultante da média aritmética entre as penas de todas as leis referentes à mesma infração penal.
- E) não se aplica nenhuma das leis novas, que entraram em vigor após o trânsito em julgado da sentença.

39 - (Simulado Geral. 2019. Vunesp) Nos crimes processados mediante ação penal pública condicionada à representação, esta é

- A) retratável, porém, apenas até 6 (seis) meses depois de cometido o fato criminoso.
- B) irretratável, como regra, nos crimes hediondos.
- C) retratável, até o recebimento da denúncia.
- D) retratável, porém, apenas até 6 (seis) meses depois da ciência da autoria do fato criminoso.
- E) irretratável, depois de oferecida a denúncia.

40 - (Simulado Geral. 2018. Outras) Extingue-se a punibilidade do agente

- A) pela retroatividade da lei que diminui a pena do crime.
- B) pela superveniência de doença mental do autor do ilícito.
- C) pela reparação do dano ou restituição da coisa objeto do ilícito, em qualquer crime.
- D) pelo perdão do ofendido, em qualquer crime.
- E) pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei.

41 - (Simulado Geral. 2022. Outras) O crime de feminicídio tem a pena aumentada de um terço até a metade se o crime for praticado

- A) durante a gestação ou nos 6 (seis) primeiros meses posteriores ao parto.
- B) contra pessoa com menos de 18 (dezoito) anos ou mais de 60 (sessenta) anos.
- C) com emprego de tortura ou outro meio insidioso ou cruel.
- D) após o descumprimento de qualquer medida protetiva de urgência.
- E) na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.

42 - (Simulado Geral. 2019. Vunesp) O dentista, funcionário público, que, no exercício de sua função pública, emite atestado falso, em favor do amigo, certificando consulta inexistente, para abono de falta no trabalho, pratica o crime de

- A) certidão ou atestado ideologicamente falso (art. 301, do CP).
- B) falsidade de atestado médico (art. 302, do CP).
- C) falsidade material de atestado ou certidão (art. 301, parágrafo 1º, do CP).
- D) prevaricação (art. 319, do CP).
- E) corrupção passiva (art. 317, do CP).

43 - (Simulado Geral. 2013. Outras. Adaptada) Claudius entregou quantia em dinheiro a um amigo seu, Julius, oficial de justiça, para que este efetuasse o depósito judicial da pensão mensal devida a sua ex-esposa. No entanto, ele não efetuou o depósito e se apropriou do valor recebido. Nesse caso, Julius

- A) não cometeu crime contra a Administração pública.
- B) cometeu crime de prevaricação.
- C) cometeu crime de peculato em seu tipo fundamental.
- D) cometeu crime de peculato furto.
- E) cometeu crime de peculato desvio.

44 - (Simulado Geral. 2015. Outras) José ofereceu R\$ 1.000,00 para João, Oficial de Justiça, deixar de citá-lo numa ação cível. João aceitou a oferta, mas José deixou de honrá-la. Nesse caso, José responderá por corrupção ativa

- A) tentada e João por corrupção ativa consumada.
- B) consumada e João por corrupção passiva consumada.
- C) tentada e João por corrupção ativa tentada.
- D) consumada e João por corrupção ativa tentada.
- E) tentada e João por prevaricação.

45 - (Simulado Geral. 2022. Outras) Quanto ao delito de coação no curso do processo, assinale a afirmativa correta.

- A) Trata-se de crime comum, desprovido de especial fim de agir.
- B) Trata-se de crime material, de perigo concreto à adequada prestação de resolução de conflitos.
- C) Para a configuração do crime é necessário que a pessoa intimidada atue no processo.
- D) É irrelevante para a configuração do crime se a ameaça deriva de um motivo justo.
- E) O delito, por ser formal, não admite a forma tentada na sua execução.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

46 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Em caso de crime de ação penal pública quando o titular da ação deixa de propô-la no prazo legal, caberá

- A) ação privada subsidiária da pública.
- B) ação pública incondicionada.
- C) ação privada personalíssima.
- D) ação pública condicionada.
- E) ação privada exclusivamente privada.

47 - (Simulado Geral. 2019. Outras) Paulo, empresário, foi sequestrado por cinco indivíduos brasileiros na cidade de Itapema-SC. De lá, Paulo foi levado para Florianópolis e embarcou com destino à cidade de Caxias do Sul-RS, em um avião clandestino. Quando chegaram em Caxias do Sul, a vítima foi levada ao cativo e os sequestradores iniciaram contato com a família para o resgate, mas acabaram presos 48 horas depois pela polícia do estado do Rio Grande do Sul na cidade de Porto Alegre, onde receberiam o pagamento do resgate. A vítima, que acompanhava os sequestradores, foi libertada em Porto Alegre. Neste caso específico, caracterizado o crime permanente, a competência para processar e julgar os cinco sequestradores

A) é da comarca de Itapema, onde Paulo foi arrebatado.

B) é da comarca de Caxias do Sul, onde Paulo ficou em cativo e de onde partiram os contatos com a família para o resgate.

C) firmar-se-á pela prevenção e pode ser das comarcas de Itapema, Florianópolis, Caxias do Sul ou Porto Alegre.

D) é da comarca de Florianópolis, onde a vítima embarcou em um avião clandestino.

E) é da comarca de Porto Alegre, local de pagamento do resgate e libertação da vítima, e onde os sequestradores foram presos.

48 - (Simulado Geral. 2022. Vunesp) Nos termos do Código de Processo Penal, artigo 244, a busca pessoal

A) não dependerá de mandado da autoridade judicial competente, em caso de prisão em flagrante.

B) sempre dependerá de mandado da autoridade judicial competente.

C) dependerá de mandado da autoridade policial competente, em caso de medida determinada no curso de busca domiciliar.

D) dependerá de mandado da autoridade judicial competente, em caso de fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida.

E) dependerá de mandado da autoridade policial competente, em caso de fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de objetos ou papéis que constituam corpo de delito.

49 - (Simulado. 2022. Vunesp) Nos termos do art. 290 do Código de Processo Penal, se o acusado, sendo perseguido, passar ao território de outro município ou comarca, o executor da prisão

A) poderá efetuar-lhe a prisão no lugar onde o alcançar, apresentando-o imediatamente à autoridade local.

B) poderá efetuar-lhe a prisão no lugar onde o alcançar, apresentando-o imediatamente à autoridade do município ou da comarca de origem.

C) deve comunicar a autoridade policial local para que esta efetue a prisão.

D) deve comunicar a autoridade policial local para que, obrigatoriamente juntos, continuem a diligência de prisão.

E) não pode seguir na diligência, devendo informar imediatamente a autoridade local e o Juízo de origem para as providências cabíveis.

50 - (Simulado Geral. 2022. Outras) A citação com hora certa

A) é cabível quando o réu não for encontrado, devendo o Juiz nomear defensor dativo caso este não compareça à audiência.

B) será feita pelo oficial de justiça, após autorização judicial, quando o Juiz verificar que o réu se oculta para não ser citado.

C) é cabível quando o réu não for encontrado, devendo o Juiz determinar a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional.

D) será feita pelo oficial de justiça, quando este verificar que o réu se oculta para não ser citado, devendo certificar a ocorrência.

E) é inadmissível no processo penal, pois sua natureza não comporta a importação analógica do Código de Processo Civil.

51 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) De acordo com o art. 396 do Código de Processo Penal, nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de:

A) 02 dias.

B) 10 dias.

C) 05 dias.

D) 08 dias.

E) 15 dias.

52 - (Simulado Geral. 2011. Vunesp. Adaptada) O funcionário público processado criminalmente por prática de crime funcional tem direito às regras do art. 514 do Código de Processo Penal, defesa preliminar,

A) quando for maior de sessenta anos.

B) somente se não for reincidente.

C) quando, tendo praticado mais de um crime, a soma das penas não ultrapasse quatro anos de reclusão.

D) sempre que o delito for afiançável.

E) quando o delito praticado tiver pena máxima de até 2 anos.

53 - (Simulado Geral. 2023. Outras) O defensor constituído do acusado foi pessoalmente intimado para praticar determinado ato processual no prazo de 5 dias no dia 06 de setembro de 2011, terça-feira. Dia 7 de setembro foi feriado nacional. Os dias 8 e 9 de setembro foram dias úteis. Dia 10 foi sábado e 11 foi domingo. O prazo processual terá início no dia

A) 8 e vencimento no dia 12 de setembro.

B) 6 e vencimento no dia 13 de setembro.

C) 8 e vencimento no dia 13 de setembro.

D) 7 e vencimento no dia 12 de setembro.

E) 9 e vencimento no dia 13 de setembro.

54 - (Simulado Geral. 2014. FGV) De acordo com a legislação penal vigente, são considerados crimes de menor potencial ofensivo aqueles:

- A) cuja pena máxima cominada seja igual ou inferior a 2 (dois) anos ou multa;
- B) que admitem suspensão condicional do processo;
- C) com pena mínima cominada igual ou inferior a 1 (um) ano;
- D) com pena mínima cominada igual ou inferior a 1(um) ano e pena máxima igual ou inferior a 2 (dois) anos ou multa;
- E) com pena máxima cominada igual ou inferior a 1 (um) ano ou multa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

55 - (Simulado Geral. 2018. Outras) Dispõe o CPC que o juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exija a iniciativa da parte.

Esse enunciado compreende os princípios:

- A) da adstrição ou congruência e da persuasão racional.
- B) do impulso oficial e dispositivo.
- C) da adstrição ou congruência e dispositivo.
- D) da persuasão racional e do livre convencimento.
- E) do livre convencimento e da eventualidade.

56 - (Simulado Geral. 2022. Outras) Leonardo Tavares pretende ingressar com determinada demanda de Exoneração de Alimentos, tendo em vista que seu filho, João, alcançou a maioridade civil e exerce atividade laborativa na sociedade Comunicar Ltda., provendo, por si, os recursos para sua subsistência. Alega que diante da alteração da capacidade econômico financeira de João, inexistente o binômio da necessidade e possibilidade. Face ao exposto, acerca da competência territorial para o ajuizamento da referida demanda, a ação de Exoneração de Alimentos deverá ser ajuizada no foro:

- A) do domicílio do assistente.
- B) do domicílio do alimentando.
- C) do domicílio do alimentante.
- D) do domicílio do representante legal.
- E) do último domicílio do casal.

57 - (Simulado Geral. Vunesp. Adaptada) As hipóteses de direito material para que se configure a desconsideração da personalidade jurídica encontram-se no ordenamento jurídico material, mas é o Código de Processo Civil de 2015 que versa sobre o procedimento para que seja o mesmo instaurado e julgado.

Em termos procedimentais, assinale a alternativa correta.

A) É vedado formular pedido de desconsideração da personalidade jurídica em petição inicial de ação de conhecimento.

B) O incidente será instaurado a pedido da parte interessada, tratando-se, portanto, de legitimidade ativa exclusiva.

C) É vedada a realização de instrução probatória durante a tramitação do incidente.

D) O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, exceto no cumprimento de sentença.

E) As mesmas regras aplicáveis ao incidente de desconsideração da personalidade jurídica também se aplicam à desconsideração da personalidade jurídica inversa.

58 - (Simulado Geral. 2022. Outras) De acordo com o Código de Processo Civil, o oficial de justiça é civil e

A) diretamente responsável quando praticar ato nulo, independentemente de dolo ou culpa.

B) diretamente responsável quando, dolosamente, praticar ato nulo, e regressivamente quando o praticar com culpa.

C) regressivamente responsável quando praticar ato nulo com dolo ou culpa.

D) regressivamente responsável, quando, dolosamente, praticar ato nulo, mas não responde quando praticá-lo de maneira culposa.

E) diretamente responsável quando praticar ato nulo com dolo ou culpa, mas não responde em caráter regressivo.

59 - (Simulado Geral. 2022. Outras) Com relação à disposição do Código de Processo Civil, a respeito da gratuidade judiciária, é correto afirmar que

A) sua concessão afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

B) sua concessão afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.

C) deverá ser concedida sempre em relação a todos os atos processuais.

D) se presume verdadeira a alegação de insuficiência deduzida por pessoa natural ou jurídica.

E) conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

60 - (Simulado. 2023. Inéditas) No que se refere ao cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos, é correto afirmar que:

A) é expressamente vedada a prisão do executado que não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita pelo juiz.

B) No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 5 (cinco) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo.

C) Se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz, além de mandar protestar o pronunciamento judicial, decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.

D) A prisão do executado que não pagar a prestação alimentícia será cumprida em regime aberto, devendo o preso ficar separado dos presos comuns.

E) O cumprimento da pena exime o executado do pagamento das prestações vencidas e vincendas.

61 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) No que se refere aos recursos no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

A) O recurso inominado é uma espécie de recurso previsto nesse Código.

B) Dos despachos cabe agravo de instrumento.

C) Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.

D) Cabe apelação contra a decisão interlocutória que versar sobre tutelas provisórias.

E) As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, estarão cobertas pela preclusão, não podendo ser suscitadas em preliminar de apelação.

62 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, o oficial de justiça:

A) procurará os ocupantes no local por uma vez, citando-se por edital os que não forem encontrados.

B) procurará os ocupantes no local por duas vezes, citando-se por hora certa os que não foram encontrados.

C) procurará os ocupantes no local por uma vez, citando-se por carta precatória os que não forem encontrados.

D) procurará os ocupantes no local por duas vezes, citando-se por carta postal os que não foram encontrados.

E) procurará os ocupantes no local por uma vez, citando-se por carta de ordem os que não forem encontrados.

63 - (Simulado Geral. 2003. Outras) Em processo de execução, quando o oficial de justiça não encontrar o devedor para efetuar a citação poderá:

- A) citar o cônjuge, ascendente ou descendente, desde que sejam maiores de idade.
- B) nomear bens do devedor à penhora.
- C) remir bens do devedor.
- D) arrestar bens do devedor.
- E) executar bens do devedor.

64 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) A respeito da Lei nº 9.099/95, é correto afirmar que:

- A) Nas causas de valor até trinta salários-mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.
- B) É expressamente proibido que o mandato ao advogado seja verbal.
- C) O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, desde que haja vínculo empregatício.
- D) Não se fará a citação por edital.
- E) A citação far-se-á, sendo necessário, por oficial de justiça, desde que devidamente munido de mandado ou carta precatória.

DIREITO CIVIL

65 - (Simulado Geral. 2020. Vunesp) A Lei "X" foi oficialmente publicada no dia 03.01.2022 e não estabeleceu quando entraria em vigor. Todavia, em 04.02.2022, houve uma nova publicação do seu texto destinada à correção. Considerando esses fatos, bem como o disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar que a Lei "X"

- A) e a parte corrigida entram em vigor 30 dias após a sua última publicação.
- B) entra em vigor 30 dias após a primeira publicação, mas a parte corrigida entra em vigor 30 dias após a nova publicação, por ser considerado lei nova.
- C) e a parte corrigida entram em vigor 45 dias após a nova publicação.
- D) entra em vigor 45 dias após a primeira publicação, mas a parte corrigida entra em vigor 45 dias após a nova publicação, por ser considerado lei nova.
- E) e a parte corrigida entram em vigor 60 dias após a nova publicação.

66 - (Simulado Geral. 2022. Outras) De acordo com o Código Civil, com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são

A) irrenunciáveis, intransmissíveis e o seu exercício não pode sofrer limitação voluntária.

B) transmissíveis, porém irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

C) irrenunciáveis, porém transmissíveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

D) transmissíveis, porém irrenunciáveis, e o seu exercício não pode sofrer limitação voluntária.

E) irrenunciáveis, porém transmissíveis, e o seu exercício não pode sofrer limitação voluntária.

67 - (Simulado Geral. 2022. Outras) Acerca do domicílio no Código Civil,

A) caso a pessoa jurídica possua diversos estabelecimentos em lugares diferentes, será considerado domicílio apenas a sede de sua diretoria ou administração.

B) o servidor público possui domicílio necessário, no lugar em que exerce permanentemente suas funções.

C) é vedada a eleição de domicílio por contrato escrito entre as partes.

D) será considerado domicílio necessário do curatelado aquele no qual o juízo decretou a interdição.

E) o preso deve estar domiciliado no local em que cometeu o último crime.

68 - (Simulado Geral. 2019. Vunesp) Gustavo e Henrique celebraram compromisso particular de venda e compra de um imóvel, em fevereiro de 2019. Ajustaram, no entanto, que no instrumento contratual referente ao compromisso constaria outra data: maio de 2018. Isso porque Gustavo pretendia apresentar o documento para um credor seu, justificando que já havia se comprometido a alienar o imóvel. De acordo com o Código Civil de 2002, é correto afirmar que o negócio jurídico

A) é anulável, em razão da simulação existente.

B) é nulo, em razão do dolo existente.

C) é anulável, pois o motivo determinante, comum a ambas as partes, foi ilícito.

D) é nulo, em razão da simulação existente.

E) é anulável, em razão do dolo existente.

69 - (Simulado Geral. 2022. Outras) Letícia tem 17 anos de idade e sofre de enfermidade mental que a impossibilita, de modo permanente, de exprimir sua vontade. Fernando, por sua vez, possui 21 anos de idade e, por conta de deficiência mental, tem o discernimento reduzido.

De acordo com a atual redação do Código Civil,

A) Letícia é relativamente incapaz, ao passo que Fernando não incorre em hipótese de incapacidade, absoluta ou relativa.

B) Letícia e Fernando são relativamente incapazes.

C) Letícia e Fernando são absolutamente incapazes.

D) nem Letícia, nem Fernando incorrem em hipótese de incapacidade, absoluta ou relativa.

E) Letícia é relativamente incapaz, mas deixará de sê-lo ao completar 18 anos, ao passo que Fernando é absolutamente incapaz.

70 - (Simulado Geral. 2016. Vunesp) São pessoas jurídicas de direito privado interno:

A) as associações estudantis, os partidos políticos, as organizações internacionais e as fundações públicas.

B) as organizações religiosas, as associações públicas, as sociedades empresárias e as autarquias.

C) as associações, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos.

D) as associações, os consórcios públicos, as organizações religiosas e as sociedades.

E) as empresas públicas, as sociedades de economia mista, as organizações religiosas e as fundações autárquicas.

71 - (Simulado Geral. 2023. Outras) São considerados bens fungíveis

A) os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

B) os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.

C) os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.

D) os que, embora reunidos, se consideram de per si, independentemente dos demais.

E) aqueles que existem sobre si, abstrata ou concretamente.

72 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) Sobre o penhor legal, é correto afirmar que:

A) É vedado ao locatário impedir a constituição do penhor mediante caução idônea.

B) Tomado o penhor, é dispensado ao credor requerer a sua homologação judicial.

C) São credores pignoratícios, desde que haja convenção, o dono do prédio rústico ou urbano, sobre os bens móveis que o rendeiro ou inquilino tiver guarnecendo o mesmo prédio, pelos aluguéis ou rendas.

D) Os credores pignoratícios podem fazer efetivo o penhor, antes de recorrerem à autoridade judiciária, sempre que haja perigo na demora, dando aos devedores comprovante dos bens de que se apossarem.

E) Os credores pignoratícios não podem tomar em garantia um ou mais objetos, ainda que até o valor da dívida.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

73 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) No que diz respeito às disposições legais previstas na Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830/1980), é correto afirmar que:

A) Excepcionalmente, a penhora poderá recair sobre estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, bem como em plantações ou edifícios em construção.

B) O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para citação, mas não para penhora.

C) O executado será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.

D) O executado ausente do País será citado por carta rogatória, com prazo de 60 (sessenta) dias.

E) O despacho do juiz, que ordenar a citação, não interrompe a prescrição.

74 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) A respeito da Resolução nº 354/2020 do CNJ, analise as seguintes assertivas:

I. Esta Resolução regulamenta a realização de audiências e sessões por videoconferência e telepresenciais e a comunicação de atos processuais por meio eletrônico nas unidades jurisdicionais de primeira e segunda instâncias da Justiça dos Estados, Federal, Trabalhista, Militar e Eleitoral, bem como nos Tribunais Superiores, inclusive do Supremo Tribunal Federal.

II. Salvo ocultação, é permitido o cumprimento eletrônico de atos processuais por meio de mensagens públicas.

III. Aquele que requerer a citação ou intimação deverá fornecer, além dos dados de qualificação, os dados necessários para comunicação eletrônica por aplicativos de mensagens, redes sociais e correspondência eletrônica (email), salvo impossibilidade de fazê-lo.

Está correto o que se afirma em

A) I e II, apenas.

B) I e III, apenas.

C) II e III, apenas.

D) III, apenas.

E) I, II e III.

75 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) De acordo com a Lei n. 11.608/03, aponte a alternativa que represente o montante da taxa judiciária recolhida que é destinada ao custeio das diligências dos Oficiais de Justiça:

- A) 15%.
- B) 5%.
- C) 10%.
- D) 3%.
- E) 30%.

76 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) A respeito do cumprimento e distribuição dos mandados, analise os itens abaixo e responda.

I. É vedado o cumprimento do mandado por mais de um Oficial de Justiça.

II. As diligências praticadas em cumprimento de mandados da Justiça Eleitoral serão reembolsadas pelo Tribunal Regional Eleitoral, não podendo ser incluídas nos mapas mensais de ressarcimento de diligências gratuitas da Justiça Estadual.

III. Se constatar irregularidades, o oficial de justiça devolverá o mandado em vinte e quatro horas. Depois desse prazo, salvo irregularidade insanável, não poderá o oficial devolver o mandado sem o devido cumprimento.

Está correto o que se afirma em

- A) I e II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I, II e III.

77 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) Em regra, inexistindo prazo expressamente determinado na ordem judicial, os mandados serão cumpridos dentro de

- A) 15 (quinze) dias.
- B) 30 (trinta) dias.
- C) 05 (cinco) dias.
- D) 10 (dez) dias.
- E) 45 (quarenta e cinco) dias.

78 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) A respeito dos Oficiais de Justiça, é correto afirmar que

A) A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, facultativa em todas as diligências.

B) Quando o interessado oferecer meios para o cumprimento do mandado, deverá desde logo especificá-los, indicando dia, hora e local em que estarão à disposição, não havendo nesta hipótese depósito para tais diligências.

C) Os mandados serão retirados pelo oficial de justiça mensalmente ou sempre que registrar a presença, caso a periodicidade seja diversa, mediante carga.

D) O oficial de justiça, ao efetuar qualquer ato de cientificação, como citação, intimação ou notificação, no caso de o cientificando não exarar sua nota do ciente, deverá certificar pormenorizadamente tal ocorrência no mandado, dispensada a descrição de quem se recusou.

E) Os oficiais de justiça não receberão mandados nos 30 (trinta) dias antecedentes às suas férias marcadas na escala e ao gozo de licença prêmio e horas credoras (nas duas hipóteses pelo período ininterrupto equivalente ao bloco mínimo permitido para o gozo de férias); nesse prazo cumprirão os mandados anteriormente recebidos, e só poderão entrar em férias ou em gozo de licença prêmio e horas credoras sem nenhum mandado em mãos, vedada a baixa para redistribuição.

INFORMÁTICA

79 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) No Windows 10, a Barra de Tarefas serve diretamente, dentre outras finalidades, para

A) desinstalar aplicativos.

B) desligar/suspender o computador.

C) fixar/abrir aplicativos frequentemente utilizados.

D) gerenciar as contas (login) dos usuários do Windows.

E) instalar aplicativos.

80 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Assinale a opção que indica o atalho de teclado usado para alternar as janelas abertas em um computador com Windows instalado.

A) Crlt + P

B) Crlt + F11

C) Alt + Tab

D) Crtl + Alt + Del

E) Crtl + Shift + Enter

81 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) No contexto do MS Word 2010, uma quebra de seção, acionada por meio da opção Quebras na guia Layout da Página, requer a escolha de um dos quatro modos distintos disponíveis.

Assinale a lista que contém esses modos.

- A) Colunado, Contínuo, Próxima Coluna, Próximo Parágrafo.
- B) Colunado, Próxima Página, Próximo Parágrafo, Repaginação.
- C) Contínuo, Página Ímpar, Página Par, Próxima Página.
- D) Contínuo, Próxima Coluna, Próxima Página, Repaginação.
- E) Página Ímpar, Página Par, Próxima Coluna, Próximo Parágrafo.

82 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) No Word 2010, é possível trabalhar com diferentes Modos de Exibição de Documento.

Assinale a lista completa oferecida na guia Exibição.

- A) Estrutura de Tópicos, Layout da Web, Layout de Impressão, Leitura em Tela Inteira.
- B) Estrutura de Tópicos, Layout da Web, Layout de Impressão, Leitura em Tela Inteira, Rascunho.
- C) Estrutura de Tópicos, Layout da Web, Layout de Impressão, Nova Janela.
- D) Estrutura de Tópicos, Layout de Impressão, Leitura em Tela Inteira, Rascunho.
- E) Layout da Web, Layout de Impressão, Leitura em Tela Inteira, Rascunho.

83 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) A planilha, exibida a seguir, foi elaborada por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão.

	A	B
1	FALSO	1
2	1	B
3	1	0
4	B	#
5		

Assinale a alternativa que indica o valor exibido na célula A5, após esta ser preenchida com a seguinte fórmula:

=SOMA(A1:B4)

- A) ERRO
- B) FALSO
- C) 0
- D) 1
- E) 3

84 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Um psicólogo, por meio do MS-Outlook 2016, em sua configuração padrão, deseja enviar um laudo anexado a uma mensagem de correio eletrônico para 2 destinatários. Ambos os destinatários devem ter ciência de que o anexo foi enviado para os dois. Se o primeiro destinatário for adicionado no campo Para, o segundo destinatário pode estar no campo

- A) De.
- B) Cco.
- C) Cc.
- D) Anexo.
- E) Assunto.

85 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Assinale a alternativa que apresenta o recurso usado para salvar endereços dos sites mais frequentemente usados (fazendo uso do atalho por teclado Ctrl + D), de modo que um analista contábil possa agilizar o acesso a tais sites, visitados por meio do Google Chrome, versão 106, em sua configuração padrão.

- A) Downloads.
- B) Favoritos.
- C) Histórico.
- D) Extensões.
- E) Zoom.

86 - (Simulado Geral. 2023. Outras) "Se existe uma coisa que a pandemia do novo coronavírus mudou foram as relações. A necessidade de distanciamento para evitar a contaminação exigiu que recorrêssemos ainda mais a tecnologia para nos comunicarmos. Encontros familiares, conversas com amigos, reuniões de trabalho e cursos saíram das mesas para os aplicativos de videoconferência".

Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/gazz-conecta/13-plataformaspara-reunioes-eventos-e-videoconferencias-online/>

Entre os aplicativos mais populares podemos citar – Zoom, Google Meeting, Microsoft Teams, dentre outros.

Sobre o Microsoft Teams, julgue afirmações a seguir:

I. Permite acesso, edição e compartilhamento de arquivos de Word, Excel e Power Point em tempo real.

II. Esse serviço está disponível somente por meio de assinatura paga.

III. Não há limite máximo de participantes.

Está (ão) correta, apenas:

- A) I.
- B) I e II.
- C) III.
- D) I e III.
- E) II.

ATUALIDADES

87 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) A polícia local, palco de um grave acidente de trem na semana passada, registrou nesta segunda-feira, 5, um caso criminal de "morte por negligência" relacionado ao incidente que deixou, até o momento, mais de 280 mortos. Cerca de 300 feridos ainda estão hospitalizados, alguns deles em estado grave.

(Jun/2023)

A tragédia acima ocorreu

- A) no Marrocos.
- B) no Afeganistão.
- C) na Turquia.
- D) na Malásia.
- E) na Índia.

88 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) A Prefeitura de São Paulo demitiu Antonio Fernando Pinheiro Pedro na tarde desta quarta-feira (13) após fala polêmica sobre o aquecimento global.

Ele era secretário executivo de Mudanças Climáticas da capital paulista, cargo que será assumido interinamente por Tamires Carla de Oliveira, atual chefe de gabinete da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.

(Jul/2023)

A decisão foi tomada após um vídeo onde Pedro Pinheiro afirma

- A) que um grupo de jovens que acusou o estado de violar seus direitos a um "meio ambiente limpo e saudável" é besteira.
- B) que os países da cúpula do clima das Nações Unidas no Egito, a COP27 não está comprometida efetivamente com o planeta.
- C) que o planeta Terra pode se salvar sozinho.
- D) que os recursos destinados ao Fundo Amazônia não estão sendo utilizados de forma adequada.
- E) que as demarcações de terras indígenas têm por objetivo garantir o direito indígena àquela área.

89 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) O governo federal sancionou a lei que formaliza o uso da fita com desenho específico como símbolo para identificar pessoas com deficiências ocultas. A medida foi publicada no Diário Oficial da União de segunda-feira (17).

(Jul/2023)

De acordo com a notícia, qual é o desenho contido na fita?

- A) Pombas brancas.
- B) Cruzes vermelhas.
- C) Flores rosas.
- D) Girassóis.
- E) Margaridas

90 - (Simulado Geral. 2023. Outras) A partir dos artigos 1º e 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, também denominada como Estatuto da Pessoa com Deficiência, considere as afirmativas a seguir:

I. A Lei nº 13.146 é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

II. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

III. Considera-se o indivíduo com deficiência aquele que tem impedimento temporário de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual pode obstruir sua participação relativa nas atividades produtivas em igualdade de condições com as demais pessoas empregadas.

IV. A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades; e a restrição de participação.

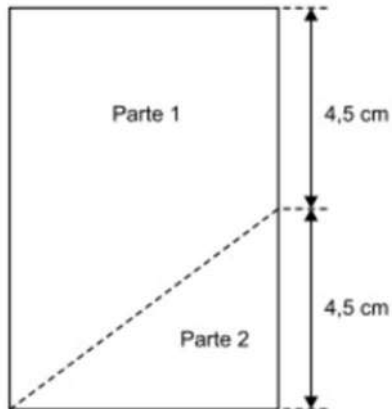
V. A avaliação da deficiência será psicossocial, realizada por equipe de psicólogos e assistentes sociais que considerarão, para tanto, os efeitos limitadores das estruturas incompletas da inteligência no desempenho de atividades e na restrição de participação política, familiar e social.

É INCORRETO o que se afirma em:

- A) I e III, apenas.
- B) III e V, apenas.
- C) III, IV e V, apenas.
- D) IV, apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

MATEMÁTICA

91 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Um pedaço de papel retangular, com perímetro de 30 cm, Rascunho será dividido em duas partes, conforme esboçado na figura a seguir:



Após dividido, o perímetro da parte 1 será de

- A) 26,0 cm.
- B) 26,5 cm.
- C) 27,0 cm.
- D) 27,5 cm.
- E) 27,5 cm.

92 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Em uma clínica, a razão do número de funcionários que trabalhavam no período da manhã, para o número de funcionários que trabalhavam no período da tarde era $\frac{5}{3}$, sendo que nenhum funcionário trabalhava nos dois períodos. Dois desses funcionários, que trabalhavam no período da manhã, foram transferidos para o período da tarde e, desse modo, o número de funcionários trabalhando nos dois períodos ficou igual. Após as transferências, o número de funcionários que ficaram trabalhando no período da manhã foi

- A) 10.
- B) 9.
- C) 8.
- D) 7.
- E) 6.

93 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Um cliente contratará três serviços de um mesmo arquiteto, com custo médio de R\$ 7.300,00 por serviço. Se o custo do serviço de maior valor será R\$ 4.000,00 acima do custo do serviço de menor valor, e o custo do terceiro serviço será R\$ 1.700,00 abaixo do custo do serviço de maior valor, então o serviço de menor valor terá um custo de

- A) R\$ 5.200,00.
- B) R\$ 5.300,00.
- C) R\$ 5.400,00.
- D) R\$ 5.500,00.
- E) R\$ 5.600,00.

94 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Em certa empresa que tem colaboradores de diversas categorias profissionais com regimes de carga horária regidas por diferentes convenções coletivas, há um colaborador que faz 10 minutos de intervalo a cada 40 minutos trabalhados, e outro que faz 10 minutos de intervalo a cada 50 minutos trabalhados. Esses dois profissionais iniciam sua jornada diária à 9h da manhã e trabalham 6 horas por dia, sem pausa para almoço. Supondo-se um dia em que ambos cumpram rigorosamente seus horários de trabalho e pausas, haverá um horário em que ambos iniciarão uma de suas pausas ao mesmo tempo, que será às

- A) 11h e 50 min.
- B) 12h e 20 min.
- C) 12h e 50 min.
- D) 13h e 20 min.
- E) 13h e 50 min.

RACIOCÍNIO LÓGICO

95 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Um grupo de seis pessoas passou por uma bateria de testes para verificação se eram ou não eram qualificadas para exercer determinada função em uma empresa. Algumas informações sobre os resultados dos testes são dadas a seguir e expressas da seguinte forma: 'é', que significará ser qualificada ou qualificado ou na forma 'não é' que significará não ser qualificada ou não ser qualificado.

Considere que as seguintes afirmações são verdadeiras:

- I. Se André é, então Bruna é. II. Cleusa é ou Davi é. III. Ou Elton é ou Fabiana não é. IV. Bruna não é. V. Cleusa não é. VI. Fabiana é.

A partir dessas informações é logicamente verdadeiro afirmar que:

- A) Se Elton é, então Cleusa é.
- B) Bruna não é e Davi não é.
- C) Se Fabiana é, então André é.
- D) Davi não é ou André é.
- E) André não é ou Elton não é.

96 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Considere a afirmação:

Se todas as bancas estão no lugar correto, então não há motivo para reclamação.

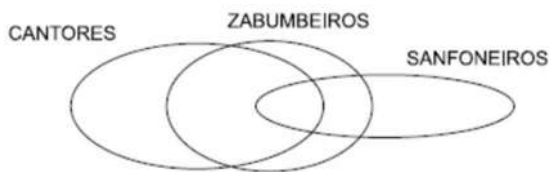
Uma alternativa logicamente equivalente a essa afirmação está contida em:

- A) Pelo menos uma banca não está no lugar correto ou não há motivo para reclamação.
- B) Se não há motivo para reclamação, então todas as bancas estão no lugar correto.
- C) Se há motivo para reclamação, então não há banca no lugar correto.
- D) Ou todas as bancas estão no lugar correto ou não há motivo para reclamação.
- E) Não há motivo para reclamação e todas as bancas estão no lugar correto.

97 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Uma equivalente lógica para a afirmação “Renato é poderoso se, e somente se, Cesar é seu pai” é:

- A) Cesar não é pai de Renato ou Renato não é poderoso.
- B) Renato é poderoso e Cesar é seu pai.
- C) Se Cesar não é pai de Renato, então Renato não é poderoso.
- D) Renato não é poderoso se, e somente se, Cesar não é seu pai.
- E) Ou Cesar não é pai de Renato ou Renato não é poderoso.

98 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Em um grupo de músicos há cantores, zabumbeiros e sanfoneiros. O diagrama lógico a seguir apresenta a distribuição desses músicos em relação às suas habilidades pessoais. Todas regiões do diagrama, incluindo as intersecções, têm representantes.



A partir das informações fornecidas pelo diagrama é correto afirmar que

- A) qualquer cantor que é zabumbeiro é também sanfoneiro.
- B) há pelo menos um sanfoneiro que é cantor e não é zabumbeiro.
- C) os sanfoneiros cantores também são zabumbeiros.
- D) não há zabumbeiro que seja apenas zabumbeiro.
- E) os zabumbeiros cantores não são sanfoneiros.

99 - (Simulado Geral. 2023. FGV) Em um grupo de 30 pessoas, 12 comem frutas regularmente, 16 comem legumes regularmente e 4 não comem frutas e nem legumes.

A quantidade de pessoas desse grupo que comem regularmente frutas e legumes é igual a

- A) 0.
- B) 2.
- C) 4.
- D) 12.
- E) 28.

100 - (Simulado Geral. 2023. Outras) Considere a seguinte sequência de números:

1, 8, 3, 6, 4, 7, 2, 9, 1, 8, 3, 6, 4, 7, 2, 9, 1, 8, 3, 6, 4, 7, 2, 9, ...

O número que ocupa a 2023.^a posição nessa sequência é:

- A) 1.
- B) 2.
- C) 6.
- D) 8.
- E) 9.

FOLHA DE RESPOSTAS

ATENÇÃO

Somente quando você for autorizado, no momento da identificação, transcreva com sua caligrafia usual, no espaço abaixo, a frase contida do seu caderno de prova.

SALA

FRASE* → _____


100

* O descumprimento da instrução acima e(ou) a inserção, neste espaço, de qualquer marca/sinal que não faça parte da frase a ser transcrita implicará(ão) a anulação da(s) sua(s) prova(s) e a sua eliminação do concurso.

EXEMPLO DE PREENCHIMENTO

- Preencha os círculos completamente e com nitidez, utilizando caneta esferográfica de tinta preta.
- As marcações das respostas deverão ser feitas conforme ilustração.

	ITEM / RESPOSTA
Resposta ao item X = C →	1 (A) (B) ● (D) (E)
Resposta ao item Y = B →	2 (A) ● (C) (D) (E)
Resposta ao item Z = E →	3 (A) (B) (C) (D) ●



ITEM / RESPOSTA

1	(A) (B) (C) (D) (E)
2	(A) (B) (C) (D) (E)
3	(A) (B) (C) (D) (E)
4	(A) (B) (C) (D) (E)
5	(A) (B) (C) (D) (E)
6	(A) (B) (C) (D) (E)
7	(A) (B) (C) (D) (E)
8	(A) (B) (C) (D) (E)
9	(A) (B) (C) (D) (E)
10	(A) (B) (C) (D) (E)
11	(A) (B) (C) (D) (E)
12	(A) (B) (C) (D) (E)
13	(A) (B) (C) (D) (E)
14	(A) (B) (C) (D) (E)
15	(A) (B) (C) (D) (E)
16	(A) (B) (C) (D) (E)
17	(A) (B) (C) (D) (E)
18	(A) (B) (C) (D) (E)
19	(A) (B) (C) (D) (E)
20	(A) (B) (C) (D) (E)
21	(A) (B) (C) (D) (E)
22	(A) (B) (C) (D) (E)
23	(A) (B) (C) (D) (E)
24	(A) (B) (C) (D) (E)
25	(A) (B) (C) (D) (E)

ITEM / RESPOSTA

26	(A) (B) (C) (D) (E)
27	(A) (B) (C) (D) (E)
28	(A) (B) (C) (D) (E)
29	(A) (B) (C) (D) (E)
30	(A) (B) (C) (D) (E)
31	(A) (B) (C) (D) (E)
32	(A) (B) (C) (D) (E)
33	(A) (B) (C) (D) (E)
34	(A) (B) (C) (D) (E)
35	(A) (B) (C) (D) (E)
36	(A) (B) (C) (D) (E)
37	(A) (B) (C) (D) (E)
38	(A) (B) (C) (D) (E)
39	(A) (B) (C) (D) (E)
40	(A) (B) (C) (D) (E)
41	(A) (B) (C) (D) (E)
42	(A) (B) (C) (D) (E)
43	(A) (B) (C) (D) (E)
44	(A) (B) (C) (D) (E)
45	(A) (B) (C) (D) (E)
46	(A) (B) (C) (D) (E)
47	(A) (B) (C) (D) (E)
48	(A) (B) (C) (D) (E)
49	(A) (B) (C) (D) (E)
50	(A) (B) (C) (D) (E)

ITEM / RESPOSTA

51	(A) (B) (C) (D) (E)
52	(A) (B) (C) (D) (E)
53	(A) (B) (C) (D) (E)
54	(A) (B) (C) (D) (E)
55	(A) (B) (C) (D) (E)
56	(A) (B) (C) (D) (E)
57	(A) (B) (C) (D) (E)
58	(A) (B) (C) (D) (E)
59	(A) (B) (C) (D) (E)
60	(A) (B) (C) (D) (E)
61	(A) (B) (C) (D) (E)
62	(A) (B) (C) (D) (E)
63	(A) (B) (C) (D) (E)
64	(A) (B) (C) (D) (E)
65	(A) (B) (C) (D) (E)
66	(A) (B) (C) (D) (E)
67	(A) (B) (C) (D) (E)
68	(A) (B) (C) (D) (E)
69	(A) (B) (C) (D) (E)
70	(A) (B) (C) (D) (E)
71	(A) (B) (C) (D) (E)
72	(A) (B) (C) (D) (E)
73	(A) (B) (C) (D) (E)
74	(A) (B) (C) (D) (E)
75	(A) (B) (C) (D) (E)

ITEM / RESPOSTA

76	(A) (B) (C) (D) (E)
77	(A) (B) (C) (D) (E)
78	(A) (B) (C) (D) (E)
79	(A) (B) (C) (D) (E)
80	(A) (B) (C) (D) (E)
81	(A) (B) (C) (D) (E)
82	(A) (B) (C) (D) (E)
83	(A) (B) (C) (D) (E)
84	(A) (B) (C) (D) (E)
85	(A) (B) (C) (D) (E)
86	(A) (B) (C) (D) (E)
87	(A) (B) (C) (D) (E)
88	(A) (B) (C) (D) (E)
89	(A) (B) (C) (D) (E)
90	(A) (B) (C) (D) (E)
91	(A) (B) (C) (D) (E)
92	(A) (B) (C) (D) (E)
93	(A) (B) (C) (D) (E)
94	(A) (B) (C) (D) (E)
95	(A) (B) (C) (D) (E)
96	(A) (B) (C) (D) (E)
97	(A) (B) (C) (D) (E)
98	(A) (B) (C) (D) (E)
99	(A) (B) (C) (D) (E)
100	(A) (B) (C) (D) (E)

QUESTÕES COMENTADAS

LÍNGUA PORTUGUESA

1 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Leia a tira.



Fernando Gonsales, *Níquel Náusea*. Folha de S.Paulo, 24.11.2022)

A galinha do terceiro quadrinho foi reprovada pelo produtor porque as suas competências

- A) são as mesmas das demais galinhas quanto à alimentação e produção.
- B) revelam a intenção dela de se impor e comandar o local de trabalho.
- C) divergem das demais galinhas e desfavorecem o trabalho pretendido.
- D) sugerem uma situação de trabalho fomentada pela competitividade.
- E) demonstram a sua preparação para botar muitos ovos comendo menos.

Comentário

C) divergem das demais galinhas e desfavorecem o trabalho pretendido.

CORRETA. Embora as qualidades da terceira galinha sejam muito mais interessantes do que comer milho e botar ovos, desfavorecem o trabalho pretendido. O produtor quer que as galinhas realizem o que se espera delas: comer milho e botar ovos.

Portanto, de fato, as habilidades da galinha do terceiro quadrinho divergem das demais galinhas, ou seja, são diferentes das habilidades das outras galinhas e, para o trabalho a que se destina uma galinha, essas habilidades não são importantes, não servem.

GABARITO C

2 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números 02 a 07.

Custo do desemprego de longo prazo

A redução contínua da taxa de desemprego e a recuperação persistente da renda real média obtida pelas pessoas ocupadas são os indicadores mais marcantes da melhora notável do mercado de trabalho nos últimos meses. A persistência de altos índices de trabalho informal, de subutilização da força de trabalho e de pessoas desalentadas, de outro lado, aponta para uma perda de qualidade nessa recuperação. À margem dessas duas tendências mais notórias da evolução recente do mercado de trabalho, há outro dado mais preocupante. Um número muito grande de brasileiros busca uma ocupação há muito tempo, mas não a encontra. Mantém-se muito alta a taxa de desemprego de longo prazo. É uma espécie de doença estrutural do mercado de trabalho que o País não tem conseguido combater.

Nota técnica da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, elaborada em agosto do ano passado, mostra que os desempregados de longo prazo representavam 1,2% da força de trabalho em 2014 e atingiram 3,2% em 2019. O grupo é formado predominantemente por mulheres, jovens e com ensino médio completo.

Além de ser fonte de um problema humanitário sintetizado no fato de uma pessoa em idade de trabalhar e apta para ter uma ocupação não ter a possibilidade de auferir renda para si e para sua família, o desemprego de longo prazo tem consequências econômicas de peso. Quanto mais tempo uma pessoa fica desempregada, maior será a perda de capital humano, pois habilidades e capacidade para aprendizado de tarefas novas podem ser perdidas e menores serão as chances de sua recolocação no mercado.

Em relação às pessoas que procuram emprego e não encontram, o editorial enfatiza em sua análise que elas

- A) recuperam rápido a capacidade para aprender tarefas novas.
- B) possuem condições de recolocação imediata no mercado.
- C) vivenciam a tenacidade do desemprego de longo prazo.
- D) conseguem ganhos melhores em atividades informais.
- E) fazem parte agora das tendências de evolução do mercado.

Comentário

C) vivenciam a tenacidade do desemprego de longo prazo.

CORRETA. O que significa tenacidade? Significa resistência, persistência.

Ex: Ele é um exemplo de tenacidade, pois nunca desistiu do seu sonho, mesmo diante de tantos obstáculos.

Perceba que, no seguinte trecho, o texto que o desemprego de longo prazo é algo que persiste no tempo, ou seja, destaca a sua tenacidade:

“À margem dessas duas tendências mais notórias da evolução recente do mercado de trabalho, há outro dado mais preocupante. Um número muito grande de brasileiros busca uma ocupação há muito tempo, mas não a encontra. **Mantém-se muito alta a taxa de desemprego de longo prazo. É uma espécie de doença estrutural do mercado de trabalho que o País não tem conseguido combater.**”

GABARITO C

3 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) De acordo com a nota técnica da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, conclui-se corretamente que houve

- A) uma redução do desemprego de mulheres, jovens e com ensino médio completo.
- B) um aumento do desemprego de longo prazo que não afetou os homens.
- C) uma qualificação melhor das pessoas que, por isso, saíram do desemprego.
- D) um aumento do contingente de desempregados de longo prazo no país.
- E) uma redução do desemprego com ação incisiva das autoridades governamentais.

Comentário

D) um aumento do contingente de desempregados de longo prazo no país.

CORRETA. A confirmação dessa resposta se encontra no seguinte trecho:

“Nota técnica da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, elaborada em agosto do ano passado, mostra que os desempregados de longo prazo **representavam 1,2% da força de trabalho em 2014 e atingiram 3,2% em 2019.** O grupo é formado predominantemente por mulheres, jovens e com ensino médio completo.”

GABARITO D

4 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Considere as passagens do texto:

- À margem dessas duas tendências mais **notórias** da evolução recente do mercado de trabalho...
- Além de ser fonte de um problema humanitário **sintetizado** no fato de uma pessoa em idade de trabalhar e apta para ter uma ocupação não ter a possibilidade de **auferir** renda para si e para sua família...

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- A) importantes; relativo; dispor.
- B) evidentes; resumido; conseguir.
- C) combatidas; constante; querer.
- D) manifestas; exemplificado; perder.
- E) debatidas; indicado; economizar.

Comentário

Notório: que se mostra evidente, conhecido sabido.

Sintetizado: resumido, que se tornou sintético.

Auferir: conseguir, obter, colher.

GABARITO B

5 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Considere o início do primeiro parágrafo:

A redução contínua da taxa de desemprego e a recuperação persistente da renda real média obtida pelas pessoas ocupadas são os indicadores mais marcantes da melhora notável do mercado de trabalho nos últimos meses. **A persistência de altos índices de trabalho informal, de subutilização da força de trabalho e de pessoas desalentadas, de outro lado, aponta para uma perda de qualidade nessa recuperação.**

A relação de sentido que a parte destacada estabelece com a que a antecede é de

- A) causa.
- B) conclusão.
- C) consequência.
- D) semelhança.
- E) contraposição.

Comentário

E) contraposição.

CORRETA. O termo chave para chegarmos a essa resposta é “POR OUTRO LADO”. Essa expressão indica um contraste, uma contraposição.

GABARITO E

6 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) No Brasil, o índice de desempregados de longo prazo chegou _____ 3,2% em 2019. Esse é um dado _____ que se refere _____ nota técnica da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia. Há que se considerar que o país precisa dar assistência _____ pessoas nessa situação, evitando _____ perda de capital humano.

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas do enunciado devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- A) a ... a ... a ... às ... a
- B) à ... à ... a ... a ... à
- C) a ... a ... à ... as ... a
- D) à ... a ... a ... a ... à
- E) a ... à ... a ... às ... a

Comentário

1ª) No Brasil, o índice de desempregados de longo prazo chegou _____ 3,2% em 2019.

Há duas possibilidades de crase:

- 1ª) Preposição 'a' + artigo feminino 'a';
- 2ª) Pronome demonstrativo 'aquele' ou 'aquela' + preposição 'a'.

De maneira geral, os numerais não possuem gênero e também não são acompanhados por artigos (exceto um e dois e os números terminados em entos – trezentos x trezentas). Dessa forma, não há os encontros acima citados.

ex¹: Maria contou de 1 a 20 para não perder a calma.

ex²: Pulei as 10 primeiras páginas do livro e fui direto ao que interessava.

PREPOSIÇÃO: Em outros casos, um numeral pode ser antecedido por preposição.

ex¹: O jovem estava a 200 metros da cena do crime.

ex²: Estacionei o carro a 4 quarteirões daqui.

SUBSTANTIVO SUBENTENDIDO: Quando há um substantivo feminino subentendido, usa-se crase.

ex¹: Ela leu da página 5 à 30.

Nesse caso, o substantivo 'página' está subentendido.

VEJA: Ela leu da página 5 à página 30.

SUBSTANTIVO DETERMINADO: Quando aparecer explicitamente um substantivo feminino junto ao numeral, também se usa a crase.

ex¹: Rafael se dirigiu às duas moças e fez um aceno.

ex²: O atendente serviu bebidas às dez primeiras pessoas que chegaram à loja.

CRASE ANTES DE HORAS: Há apenas um caso em que o acento grave deve aparecer – quando queremos indicar a hora exata.

ex: Estarei lá às 14h horas.

Se quisermos falar do futuro, não usamos crase.

ex: Estarei lá daqui a duas horas.

Depois dessa revisão de crase, podemos perceber que, no nosso caso, não há substantivo feminino determinando o numeral e nem indica hora exata. Portanto, não há crase.

2º) Esse é um dado _____ que se refere (...)

Não há crase, pois só temos o “a” da preposição. Quem se refere, se refere a algo. Além disso, a frase não está na ordem direta. A nota técnica da Secretaria se refere ao dado. E não há crase antes de palavra masculina (o dado).

3º) Esse é um dado a que se refere _____ nota técnica da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia.

Cuidado com a pegadinha da Vunesp quando ela troca a ordem direta da frase. Tem candidato que olha o verbo “referir” e já vai logo colocando crase, o que, nesse caso, está errado.

Quem se refere, se refere a algo (ou a alguém). Contudo, ninguém está se referindo à nota técnica da Secretaria. Na verdade, é a nota técnica da Secretaria que está se referindo a um dado.

Logo, não há crase, pois “dado” é palavra masculina.

4º) Há que se considerar que o país precisa dar assistência _____ pessoas nessa situação (...)

- Quem precisa dar assistência, precisa dar assistência a alguém. Foi exigida a preposição “a” + artigo “a” da palavra feminina “pessoas” = crase.
- Também poderíamos utilizar somente a preposição “a” no singular. Sempre importante lembrar daquela regrinha: “a” no singular seguida de palavra no plural, crase nem a pau.

GABARITO A

7 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Em conformidade com a norma-padrão de regência, nas passagens – É uma espécie de doença estrutural do mercado de trabalho **que o País não tem conseguido combater**. – e – ... e apta **para ter uma ocupação**... –, as sequências destacadas podem ser substituídas, respectivamente, por:

- A) em que o país não tem conseguido se desvencilhar / com ter uma ocupação.
- B) que o país não tem conseguido conviver / de ter uma ocupação.
- C) para que o país não tem conseguido eliminar / em ter uma ocupação.
- D) de que o país não tem conseguido fugir / a ter uma ocupação.
- E) a que o país não tem conseguido se habituar / ante ter uma ocupação.

Comentário

Quem é apto, é apto “a” ou “para” algo, alguma coisa. O adjetivo apta rege, regra geral, as preposições “a” e “para”. Só com essa noção já dá para responder que a alternativa correta é a letra “d” (é a única que tem preposição “a” na segunda parte).

D) de que o país não tem conseguido fugir / a ter uma ocupação.

CORRETA. E quem consegue fugir, consegue fugir de algo, de alguma coisa. Foi utilizada corretamente a preposição “de”.

GABARITO D

8 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números 08 a 10.

Contratempos do tempo

As coisas que para nós se passam em câmera lenta, numa vida inteira, os Anjos as veem em ritmo acelerado. E com certeza mal contêm o riso, como nós agora diante dos primeiros jornais cinematográficos: oh! aquelas paradas elétricas, aqueles enterros epiléticos, aqueles ministros, e reis, e povo, agitando-se automaticamente como bonecos a quem deram corda... Não, assim não há grandeza e dignidade possível. Toda a epopeia napoleônica transcorrida, digamos, em um só quarto de hora, seria de um cômico e de um absurdo irresistíveis.

E as nossas vidas então, já por si tão ridículas?

(Mário Quintana. Da preguiça como método de trabalho)

No texto, o ponto de vista do narrador é de que

- A) a grandeza da História precisa ser registrada pelas câmeras.
- B) a vida pela ótica das câmeras se torna ainda mais ridícula.
- C) a sensibilidade humana se potencializa com o ritmo acelerado.
- D) a câmera resgata a essência espiritual dos seres humanos.
- E) a comicidade advém das coisas que se passam em câmera lenta.

Comentário

B) a vida pela ótica das câmeras se torna ainda mais ridícula.

CORRETA. A sacada dessa resposta está na última frase:

“E as nossas vidas então, já por si tão ridículas?”

O ponto de vista do narrador é este: as nossas vidas já são ridículas e nas câmeras de cinema fica mais ridícula ainda.

GABARITO B

9 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) No trecho destacado do texto, as vírgulas e as conjunções “e” e da conjunção “como” estão empregadas, para

- A) separar elementos em uma sequência; estabelecer relação de adição e de comparação.
- B) isolar expressões de sentidos opostos; estabelecer relação de consequência e de comparação.
- C) separar elementos em uma sequência; estabelecer relação de explicação e concessão.
- D) realçar as ideias expressas em uma frase; estabelecer relação de consequência e conformidade.
- E) isolar expressões de sentidos opostos; estabelecer relação de adição e de concessão.

Comentário

A) separar elementos em uma sequência; estabelecer relação de adição e de comparação.

CORRETA. As vírgulas estão sendo usadas para separar elementos de mesma função sintática e para criar uma enumeração de elementos que são considerados cômicos pelo narrador.

A conjunção "e" é usada de forma aditiva para acrescentar elementos à enumeração, enfatizando especialmente "reis" e "povo".

A conjunção "como" é usada de forma comparativa, permitindo ao narrador fazer uma comparação entre os elementos mencionados e bonecos que foram dados corda. De fato, a conjunção "como" pode ser substituída por "igual a" sem alteração semântica, resultando em algo como: "agitando-se automaticamente como bonecos a quem deram corda, iguais a aqueles bonecos elétricos, iguais a aqueles enterros epiléticos, iguais a aqueles ministros, iguais a aqueles reis, iguais a aquele povo". Isso enfatiza ainda mais a ideia de que todos esses elementos se comportam de maneira mecânica e cômica, como bonecos.

GABARITO A

10 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Assinale a alternativa em que a colocação pronominal está de acordo com a norma-padrão.

A) Se passam muitas coisas em câmera lenta para nós. Os Anjos, por sua vez, veem-nas em ritmo acelerado.

B) Nos jornais cinematográficos, parece que as pessoas agitam-se como se alguém tivesse dado-lhes corda.

C) Tudo que sabe-se da epopeia napoleônica certamente revestiria-se de um cômico e de um absurdo irresistíveis.

D) Não vislumbram-se grandeza e dignidade possível, quando vê-se o agito automático de coisas como bonecos.

E) Divertem-se os Anjos com o transcorrer da vida humana, porque evidentemente o veem como cômico e absurdo.

Comentário

A) *Se passam muitas coisas em câmera lenta para nós. Os Anjos, por sua vez, veem-nas em ritmo acelerado.*

INCORRETA. Essa é uma das regras mais famosas quando o assunto é colocação pronominal, qual seja, a de que não devemos iniciar frase com próclise (pronome antes do verbo).

O correto seria: Passam-se...

B) *Nos jornais cinematográficos, parece que as pessoas ~~agitam-se~~ como se alguém tivesse ~~dado-lhes~~ corda.*

INCORRETA. É preferível usar a próclise em orações subordinadas desenvolvidas: parece que as pessoas se agitam.

No segundo caso “dado-lhes”, temos que lembrar depois de ADO, nada é colocado. É que não se pode usar ênclise (pronomes depois do verbo) com verbos no participípio.

C) *Tudo que ~~sabe-se~~ da epopeia napoleônica certamente ~~revestiria-se~~ de um cômico e de um absurdo irresistíveis.*

INCORRETA. Nos dois casos devemos usar a próclise (pronome antes do verbo), pois há a presença do pronome relativo “que” o do advérbio “certamente”. Ambos os termos atraem o uso da próclise.

D) *Não ~~vislumbram-se~~ grandeza e dignidade possível, quando vê-se o agito automático de coisas como bonecos.*

INCORRETA. Também deveria ter sido utilizada a próclise, tendo em vista a presença da palavra negativa “não”.

O correto seria: Não se vislumbram...

E) *Divertem-se os Anjos com o transcorrer da vida humana, porque evidentemente o veem como cômico e absurdo.*

CORRETA. Não se começa frase com ênclise, de forma que foi utilizada corretamente a próclise. E o advérbio “evidentemente” atrai o uso do pronome para antes do verbo.

GABARITO E

11 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números 11 a 16.

Esforço global

Em Seul, na Coreia do Sul, as latas de lixo pesam automaticamente a quantidade de comida ali jogada. Em Londres, mercados pararam de colocar datas de validade em frutas e legumes para diminuir a confusão sobre o que ainda pode ser consumido. A Califórnia agora exige que os supermercados distribuam – e não joguem fora – produtos que não foram vendidos, mas que estão bons para o consumo.

Esses são exemplos de uma ampla gama de esforços que está sendo realizada mundialmente para enfrentar dois problemas urgentes: a fome e as mudanças climáticas.

Em todo o mundo, o desperdício de alimentos é responsável por 8% a 10% das emissões globais de gases de efeito estufa, pelo menos o dobro das emissões da aviação. De acordo com estimativas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, são alimentos suficientes para mais de 1 bilhão de pessoas.

Todas essas iniciativas apontam para uma desconexão no sistema global moderno: muitos alimentos são produzidos, mas não consumidos, mesmo enquanto pessoas passam fome.

Jogar fora as safras que foram plantadas, regadas, colhidas, embaladas e transportadas é um problema relativamente novo na história da humanidade. Durante séculos, as pessoas usaram tudo o que podiam: o caule de uma bananeira, cascas de vegetais, uma cenoura que crescia retorcida no subsolo. Hoje, 31% dos alimentos cultivados, transportados ou vendidos são desperdiçados.

Para Dana Gunders, diretora da ReFED, Ong focada na redução do desperdício de alimentos, “É melhor não produzir o que você sabe que não será consumido. Para fazer isso, é preciso redesenhar os sistemas. O que não é tão fácil quanto jogar sobras em uma caixa de compostagem”.

(Somini Sengupta. <https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/por-dentro-do-esforco-global-para-manter-alimentos-perfeitamenteconsumiveis- fora-do-lixao/> Tradução de Livia Bueloni Gonçalves. Publicado em 22.10.2022. Adaptado)

De acordo com as informações do texto,

- A) caules, cascas e raízes eram consumidos pelas pessoas, no passado, porque estas desconheciam a falta de valor nutritivo desses alimentos.
- B) a produção de gases de efeito estufa relativa aos alimentos descartados não está em paridade com a produção relativa ao fluxo mundial dos diferentes meios de transporte.
- C) mercados londrinos optaram por retirar a data de validade de alimentos perecíveis e não perecíveis para estender o período de consumo desses gêneros.
- D) Gunders defende que os sistemas de produção devam ser repensados, ainda que praticamente toda a população mundial tenha acesso à alimentação.
- E) o desperdício de alimentos, que hoje ultrapassa um quarto da produção mundial, visto sob a perspectiva histórica, é um fato não trivial.

Comentário

E) o desperdício de alimentos, que hoje ultrapassa um quarto da produção mundial, visto sob a perspectiva histórica, é um fato não trivial.

CORRETA. Essa resposta se encontra em consonância com o que sendo afirmado no parágrafo 5º:

“Jogar fora as safras que foram plantadas, regadas, colhidas, embaladas e transportadas é um problema relativamente novo na história da humanidade. Durante séculos, as pessoas usaram tudo o que podiam: o caule de uma bananeira, cascas de vegetais, uma cenoura que crescia retorcida no subsolo. **Hoje, 31% dos alimentos cultivados, transportados ou vendidos são desperdiçados.**”

$\frac{1}{4} = 25\%$. Portanto, o desperdício (31%) ultrapassa um quarta da produção mundial.

O que o texto está querendo dizer quando afirma que “é um fato não trivial”? Quer dizer que se trata de um problema significativa, preocupante.

Trivial: corriqueiro, vulgar, que não revela maiores qualidades.

GABARITO E

12 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Assinale a alternativa correta a respeito dos trechos do texto.

- A) Em – para diminuir a confusão **sobre** o que ainda pode ser consumido –, a preposição destacada indica condição, equivalendo a acerca.
- B) Em – uma ampla gama de esforços que está sendo realizada **mundialmente** –, o advérbio destacado indica tempo, equivalendo a atualmente.
- C) Em – o desperdício de alimentos é responsável por 8% a 10% das emissões globais de gases de efeito estufa –, a norma-padrão facultada a construção são responsáveis.
- D) Em – que crescia retorcida no subsolo – o trecho especifica o termo “cenoura”.

E) Em – O que não é tão fácil quanto jogar sobras em uma caixa de compostagem – a relação de sentido entre as ideias é de finalidade.

Comentário

A) Em – para diminuir a confusão sobre o que ainda pode ser consumido –, a preposição destacada indica condição, equivalendo a acerca.

INCORRETA. Equivale a “acerca de” e não indica condição. Indica assunto a ser tratado.

B) Em – uma ampla gama de esforços que está sendo realizada mundialmente –, o advérbio destacado indica tempo, equivalendo a atualmente.

INCORRETA. O advérbio “mundialmente” não indica tempo e tampouco equivale a atualmente. Na verdade, exprime ideia de lugar

C) Em – o desperdício de alimentos é responsável por 8% a 10% das emissões globais de gases de efeito estufa –, a norma-padrão faculta a construção são responsáveis.

INCORRETA. Pois o verbo deve concordar com o núcleo do sujeito. Nesse caso, o núcleo do sujeito é “o desperdício”, de forma que o verbo deve permanecer no singular. Não cabe “são responsáveis”.

D) Em – que crescia retorcida no subsolo – o trecho especifica o termo “cenoura”.

CORRETA. Vamos retomar o penúltimo parágrafo:

“Jogar fora as safras que foram plantadas, regadas, colhidas, embaladas e transportadas é um problema relativamente novo na história da humanidade. Durante séculos, as pessoas usaram tudo o que podiam: o caule de uma bananeira, cascas de vegetais, **uma cenoura que crescia retorcida no subsolo**. Hoje, 31% dos alimentos cultivados, transportados ou vendidos são desperdiçados.”

E) Em – O que não é tão fácil quanto jogar sobras em uma caixa de compostagem – a relação de sentido entre as ideias é de finalidade.

INCORRETA. A relação de ideias é de comparação.

GABARITO D

13 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Assinale a alternativa em que a reescrita da última frase do primeiro parágrafo preserva o sentido original do texto.

A) Apesar de a Califórnia estar procurando reduzir o desperdício, mesmo que agora exija dos supermercados o aproveitamento de alimentos que, caso não comercializados, estejam apropriados ao consumo.

B) Por sua vez, a Califórnia está procurando reduzir o desperdício, visto que agora exige dos supermercados o aproveitamento de alimentos que, embora não comercializados, estejam apropriados ao consumo.

C) Além de a Califórnia estar procurando reduzir o desperdício, à medida que agora exige dos supermercados o aproveitamento de alimentos que, a exemplo dos não comercializados, estejam apropriados ao consumo.

D) Em tese, a Califórnia está procurando reduzir o desperdício, portanto agora exige dos supermercados o aproveitamento de alimentos que, supostamente não comercializados, estejam apropriados ao consumo.

E) Aliás, a Califórnia está procurando reduzir o desperdício, a menos que agora exija dos supermercados o aproveitamento de alimentos que, ainda não comercializados, estejam apropriados ao consumo.

Comentário

B) Por sua vez, a Califórnia está procurando reduzir o desperdício, visto que agora exige dos supermercados o aproveitamento de alimentos que, embora não comercializados, estejam apropriados ao consumo.

CORRETA. Vamos retomar a última frase do primeiro parágrafo:

“(...). A Califórnia agora exige que os supermercados distribuam – e não joguem fora – produtos que não foram vendidos, mas que estão bons para o consumo.

Perceba que a Califórnia está tentando/procurando reduzir o desperdício ao exigir que os supermercados distribuam os produtos que não foram vendidos. E a conjunção “embora” foi substituída corretamente por “mas”.

GABARITO B

14 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Considere as frases.

- Durante séculos, as pessoas **usaram tudo o que podiam** para se alimentar.
- A ReFED é uma organização **focada na redução do** desperdício de alimentos.

Com base na norma-padrão de regência verbal e nominal, os trechos destacados podem ser substituídos, respectivamente, por:

A) serviram-se a tudo com que dispunham; avessa ao

B) usufruíram tudo de que dispunham; contrária ao

- C) lidaram com tudo de que dispunham; cônica ao
- D) aproveitaram tudo de que dispunham; atenta com o
- E) valeram-se de tudo com que dispunham; desfavorável com o

Comentário

A) serviram-se a tudo com que dispunham; avessa ao

INCORRETA. Quem se serve, se serve DE algo, DE alguma coisa. O verbo “servir”, quando pronominal (serviram-se) rege a preposição DE.

B) usufruíram tudo de que dispunham; contrária ao

CORRETA. Quem usufrui, usufrui algo ou DE algo. As duas formas são aceitas. Quem é contrário, é contrário a algo, a alguma coisa. As duas regências estão corretas.

C) lidaram com tudo de que dispunham; cônica a

INCORRETA. Quem lida, lida com algo, com alguma coisa. No entanto, quem é cônico (consciente), é consciente DE algo, DE alguma coisa. O correto seria cônica DE.

D) aproveitaram tudo de que dispunham; atenta com o

INCORRETA. Quem é atento, é atento a algo, a alguma coisa. O verbo “atentar”, empregado no sentido de dar atenção, não rege a preposição “com”.

E) valeram-se de tudo com que dispunham; desfavorável com o

INCORRETA. O verbo dispor rege a preposição DE. E quem é desfavorável, é desfavorável a algo.

GABARITO B

15 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) O sinal indicativo de crase está corretamente empregado na alternativa que completa o seguinte trecho:

Há instituições da sociedade civil que se opõem

- A) à logística inadequada aplicada na produção de alimentos.
- B) à uma discrepância evidente no sistema alimentar mundial.
- C) à cidades que não investem na distribuição racional dos alimentos.

D) à enfrentar o descarte de alimentos apenas por meio da compostagem.

E) à toda e qualquer negligência no reaproveitamento dos alimentos.

Comentário

A) à logística inadequada aplicada na produção de alimentos.

CORRETA. Que se opõe, se opõe a algo, a alguma coisa. O verbo opor exige a preposição “a” + artigo “a” da palavra feminina “logística” = crase.

B) à uma discrepância evidente no sistema alimentar mundial.

INCORRETA. Não há crase antes de artigos indefinidos (um, uma, uns, umas).

C) à cidades que não investem na distribuição racional dos alimentos.

INCORRETA. “a” no singular seguida de palavra no plural, crase nem a pau. É assim porque se o “a” está no singular, quer dizer que só temos a presença da preposição, pois se tivéssemos a presença do artigo, o “a” estaria no plural (o artigo concorda com o substantivo).

D) à enfrentar o descarte de alimentos apenas por meio da compostagem.

INCORRETA. Não há crase antes de verbos.

E) à toda e qualquer negligência no reaproveitamento dos alimentos.

INCORRETA. Não há crase antes de pronomes indefinidos.

GABARITO A

16 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Considerando a apresentação de dados em porcentagem, assinale a alternativa que está em conformidade com norma-padrão.

A) Aqueles 20% de área de várzea restantes no município já foi comercializado.

B) Quanto aos índices de desperdício de alimentos, 31% não se admite.

C) A editora decidiu que, para 2023, 15% das verbas será investida em autobiografias.

D) Dos sócios do clube presentes à reunião, 1% votaram pela terceirização dos funcionários.

E) Tratando-se da demissão voluntária dos funcionários, 0,5% optou pelo desligamento da empresa.

Comentário

Como se dá a concordância verbal diante de dados em porcentagem?

1º) Em regra, o verbo concorda com o numeral:

Ex: 1% está passando fome.

EX: 2% estão passando fome.

2º) Se o numeral for composto por casas decimais, o verbo concorda com a parte inteira (antes da vírgula) do número percentual:

Ex: 1,89% está passando fome.

Ex: 2.01% estão passando fome.

3º) Havendo especificador, após o número percentual, o verbo pode concordar com a porcentagem ou com o especificador.

Ex: 5% da população não sabe o que é fome ou 5% da população não sabem o que é fome.

Vamos analisar as alternativas:

A) Aqueles 20% de área de várzea restantes no município já foi comercializado.

INCORRETA. Nesse caso, o verbo deveria estar no plural.

O correto seria: Aqueles 20%... já foram comercializadas. Repare que a porcentagem foi determinada por “aqueles”. O verbo deve ir para o plural.

B) Quanto aos índices de desperdício de alimentos, 31% não se admite.

INCORRETA. Temos a regra geral nesse caso.

O correto seria: 31% não se admitem.

C) A editora decidiu que, para 2023, 15% das verbas será investida em autobiografias.

INCORRETA. O verbo deveria estar no plural: 15% das verbas serão investidas...

D) Dos sócios do clube presentes à reunião, 1% votaram pela terceirização dos funcionários.

INCORRETA. Incidência da regra geral: 1% votou...

E) Tratando-se da demissão voluntária dos funcionários, 0,5% optou pelo desligamento da empresa.

CORRETA. Incidência da regra geral: Até 1,99% deve ficar no singular.

GABARITO E

17 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Assinale a opção correta quanto ao uso da concordância nominal.

- A) Todas as camisas estão meia sujas.
- B) Vocês fizeram menas coisas esta semana.
- C) Os recibos seguirão anexos.
- D) A moça estava meia doente.
- E) Chegaram bastante pessoas no teatro.

Comentário

A) Todas as camisas estão ~~meia~~ sujas.

INCORRETA.

Quando for advérbio, a palavra “meio” é invariável. Pode ser substituído por “um pouco”.

Quando for numeral fracionário e adjetivo se flexiona. Significa “metade” de um todo.

No caso, foi utilizado como advérbio, devendo ser utilizado “meio”.

O correto seria: Todas as camisas estão meio sujas (= todas as camisas estão “um pouco” sujas).

B) Vocês fizeram ~~menas~~ coisas esta semana.

INCORRETA. Não existe “menas”. O termo “menos” é uma palavra invariável sempre.

C) Os recibos seguirão anexos.

CORRETA. O termo “anexo” deve concordar em gênero e número com o substantivo a que se refere.

CUIDADO! A expressão “em anexo” não varia.

Ex: Segue em anexo as faturas.

D) A moça estava ~~meia~~ doente.

INCORRETA. O termo “meio” empregado como advérbio é invariável. Equivale a “um pouco”.

O correto seria: A moça estava meio doente (= a moça estava “um pouco” doente).

E) Chegaram ~~bastante~~ pessoas no teatro.

INCORRETA.

Quando a palavra “bastante” for empregada como advérbio, ele deve permanecer invariável. Equivale a “muito”.

Quando for empregada como adjetivo, deve se flexionar. Equivale a “muitos”.

MACETE: Troque bastante por muito. Se “muito” for para o plural, bastante também irá. Caso contrário, bastante continua no singular.

Chegaram muitas pessoas no teatro (muito foi para o plural).

O correto seria: Chegaram bastantes pessoas no teatro.

GABARITO C

18 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Analise a concordância verbal das frases abaixo.

1. Se não houvesse empecilhos, ele viria.
2. Fazem anos que eles não se encontram.
3. Precisa-se de enfermeiras em tempo integral.
4. Conserta-se roupas.
5. Maria tinha deixado a cidade haviam vários anos.

Assinale a alternativa que indica todas as frases corretas.

- A) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- B) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- C) São corretas apenas as afirmativas 2 e 5.
- D) São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- E) São corretas apenas as afirmativas 4 e 5.

Comentário

1. Se não houvesse empecilhos, ele viria.

CORRETA. O verbo haver empregado no sentido de existir é impessoal, ou seja, deve sempre permanecer na terceira pessoa do SINGULAR.

2. ~~Fazem~~ anos que eles não se encontram.

INCORRETA. O verbo fazer empregado no sentido de tempo decorrido também é impessoal, devendo ficar na terceira pessoa do SINGULAR.

O correto seria: Faz anos que eles não se encontram.

3. ~~Precisa-se de enfermeiras em tempo integral.~~

CORRETA. A partícula “se” quando vem acompanhada de um verbo transitivo indireto (aquele que exige preposição em seu complemento) é índice de indeterminação do sujeito, até porque o sujeito nunca pode vir preposicionado. Nesse caso, o verbo deve ficar no singular.

4. ~~Conserta-se~~ roupas.

INCORRETA. A partícula “se” quando acompanhada de verbo transitivo direto (aquele que exige preposição no seu complemento) é partícula apassivadora. Nesse caso, o verbo deve concordar com o sujeito passivo “roupas”.

O correto seria: Consertam-se roupas (=roupas são consertadas).

5. ~~Maria tinha deixado a cidade haviam~~ vários anos.

INCORRETA. O verbo haver indicando tempo decorrido também é impessoal, devendo ficar na terceira pessoa do SINGULAR.

O correto seria: Maria tinha deixado a cidade havia vários anos.

GABARITO B

19 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) O uso da vírgula está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa em:

- A) Ao visitar o idoso o médico, sugeriu que este, fosse fazer exames.
- B) O alfaiate avô de Leila, preferia viver, naturalmente sem remédios.
- C) A família era, muito insistente com o idoso, pois queria ajudá-lo.
- D) Os pomares, de hoje, infelizmente recebem, muitos agrotóxicos.
- E) Por mais que a família insistisse, o avô de Leila não aceitava ajuda.

Comentário

A) Ao visitar o idoso o médico, sugeriu que este, fosse fazer exames.

INCORRETA. O uso da primeira vírgula até está correto, pois está marcando uma oração adverbial deslocada da oração principal. Por outro lado, o uso da segunda vírgula está equivocada, já que não se pode separar o sujeito do seu predicado, nem verbo e seus complementos.

O correto seria: Ao visitar o idoso médico, sugeriu que este fosse fazer exames.

B) O alfaiate avô de Leila, preferia viver, naturalmente sem remédios.

INCORRETA. Deveria ter uma vírgula antes de “avô” para isolar o aposto explicativo. E não deveria ter uma vírgula depois de “viver”, eis que não se separa por vírgula sujeito e predicado, nem verbo e seus complementos.

O correto seria: O alfaiate, avô de Leila, preferia viver naturalmente sem remédios.

C) A família era, muito insistente com o idoso, pois queria ajudá-lo.

INCORRETA. A primeira vírgula está errada pois não separa verbo de ligação (era) com o seu predicativo. A segunda vírgula está correta, já que “pois” está empregado no sentido de explicação e deve vir mesmo antecedido de vírgula.

O correto seria: A família era muito insistente com o idoso, pois queria ajudá-lo.

D) Os pomares, de hoje, infelizmente recebem, muitos agrotóxicos.

INCORRETA. “de hoje” é um adjunto adverbial de extensão curta (formado por até 2 termos, segundo a Academia Brasileira de Letras - ABL), sendo certo que o uso das vírgulas para isolá-lo é considerado facultativo. Contudo, o uso da terceira vírgula está errada, pois não se pode separar o verbo de seu complemento.

O correto poderia ser:

- **Os pomares de hoje infelizmente recebem muitos agrotóxicos.**
- **Os pomares, de hoje, infelizmente recebem muitos agrotóxicos.**

E) Por mais que a família insistisse, o avô de Leila não aceitava ajuda.

CORRETA. A vírgula foi corretamente utilizada para separar a oração subordinada adverbial concessiva deslocada da oração principal.

GABARITO E

20 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Leia a tira, para responder à questão.



O texto apresenta construções com os verbos “pedir” e “ir” que merecem correção, pois estão em desacordo com a norma-padrão. Assinale a alternativa em que eles estão empregados corretamente.

- A) ... pedir a um empréstimo do banco. / Aonde é que você vai?
- B) ... pedir de um empréstimo ao banco. / Vou no banco.
- C) ... pedir a um empréstimo no banco. / Aonde é que você vai?
- D) ... pedir de um empréstimo do banco. / Vou no banco.
- E) ... pedir um empréstimo ao banco /Aonde é que você vai?

Comentário

Quem pede, pede alguma coisa (um empréstimo) a alguém (ao banco). O verbo pedir é transitivo direto e indireto.

Portanto, “um empréstimo” é objeto direto, de forma que nunca pode vir preposicionado.

O correto seria: pedir um empréstimo ao banco.

O “onde” foi empregado incorretamente, pois a expressão “onde é que você vai” indica ideia de movimento/destino (não é um lugar fixo).

Onde: transmite ideia de lugar fixo.

Aonde: transmite a ideia de movimento e destino.

O correto seria: Aonde é que você vai?

Por fim, escrever “Vou no banco” é errado, pois o verbo ir exige a preposição “a”. Quem vai, vai a algum lugar.

O correto seria: vou ao banco.

GABARITO E

DIREITO CONSTITUCIONAL

21 - (Simulado Geral. 2022. Vunesp) Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, segundo a Constituição Federal de 1988, dentre outros:

- A) solução pacífica dos conflitos.
- B) independência nacional.
- C) a dignidade da pessoa humana.
- D) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- E) repúdio ao terrorismo e ao racismo.

Comentário

Com essa questão, dá para usar o famoso macete de que os objetivos fundamentais da República são representados por verbos, de forma que a alternativa correta é a letra “d”, já que a única que traz um verbo “promover”:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - **construir** uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - **garantir** o desenvolvimento nacional;
- III - **erradicar** a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - **promover** o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Outro macete bem utilizado é o seguinte:

FUNDAMENTOS SO-CI-DI-VA-PLU	OBJETIVOS (VERBOS) CON GA ER PRO	PRINCÍPIOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS
SOberania	CONstruir uma sociedade livre, justa e solidária;	independência nacional
Cidadania	GArantir o desenvolvimento nacional	prevalência dos direitos humanos
Dignidade da pessoa humana	ERadicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais	autodeterminação dos povos
VAlores sociais do trabalho e da livre iniciativa	PROmover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.	não-intervenção
PLUralismo político		igualdade entre os Estados
		defesa da paz
		solução pacífica dos conflitos
		repúdio ao terrorismo e ao racismo
		cooperação entre os povos para o progresso da humanidade
		concessão de asilo político

GABARITO D

22 - (Simulado Geral. 2022. Outras) Maria, cidadã mexicana, reside há um ano no território brasileiro. Como sua permanência no Brasil se estendia no tempo, decidiu consultar um advogado a respeito da possibilidade, ou não, de invocar os direitos fundamentais consagrados na Constituição da República de 1988.

O advogado respondeu, corretamente, que os referidos direitos:

- A) somente são reconhecidos aos brasileiros natos e, nos limites estabelecidos pelo ato de naturalização, aos brasileiros naturalizados, não a estrangeiros como Maria;
- B) podem ser fruídos por Maria, observadas as distinções estabelecidas pela ordem constitucional em relação aos brasileiros;
- C) são plenamente reconhecidos a Maria, sem qualquer distinção em relação aos brasileiros natos ou naturalizados;

D) somente são reconhecidos aos brasileiros, natos ou naturalizados, não a estrangeiros como Maria;

E) podem ser fruídos por Maria caso a legislação infraconstitucional venha a reconhecê-los.

Comentário

B) podem ser fruídos por Maria, observadas as distinções estabelecidas pela ordem constitucional em relação aos brasileiros;

CORRETA. O art. 5º, caput, assim dispõe:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Veja que o art. 5º garante os direitos fundamentais aos estrangeiros residentes no País, como é o caso de Maria.

Contudo, a própria Constituição estabelece algumas distinções entre brasileiros e estrangeiros.

Ex: estrangeiro não pode ajuizar ação popular; estrangeiro não pode votar; estrangeiro não pode exercer certos cargos que são privativos de brasileiros natos, etc.

GABARITO B

23 - (Simulado Geral. 2022. Outras) Determinada associação, direcionada ao desenvolvimento psicossocial da pessoa e da família, foi objeto de muitas críticas no âmbito da Secretaria de Apoio Familiar do Estado-membro Alfa. Argumentava-se que diversas atividades desenvolvidas pela associação eram moralmente reprováveis, além de representarem apologia ao crime.

Em razão desses fatos, a assessoria jurídica foi consultada a respeito da possibilidade de a associação ter suas atividades suspensas, sendo respondido, corretamente, que a suspensão alvitrada:

A) somente seria possível após a condenação em processo administrativo;

B) somente seria possível por decisão judicial, independentemente do trânsito em julgado;

C) não seria possível, pois a liberdade de associação tem estatura constitucional;

D) exige decisão transitada em julgado, quer seja proferida em processo administrativo, quer em processo judicial;

E) exige o julgamento do ilícito em processo administrativo, requisito da ação judicial na qual a suspensão será requerida.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do art. 5º, XIX, da CF/88:

Art. 5º (...) XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

Portanto:

1) PARA SUSPENDER: exige-se apenas decisão judicial, independentemente do trânsito em julgado.

2) PARA DISSOLVER: exige-se decisão judicial com trânsito em julgado

GABARITO B

24 - (Simulado Geral. 2022. Outras) Um determinado grupo de pessoas pertencentes à mesma categoria profissional decidiu se reunir para representar toda essa categoria por meio de uma associação sindical. Em conformidade com a Constituição Federal, não sendo vedada a criação desse sindicato, para a sua fundação a lei

A) exigirá autorização do Estado, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, cabendo ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões judiciais ou administrativas.

B) não poderá exigir autorização do Estado, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, cabendo ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões judiciais ou administrativas.

C) não poderá exigir autorização do Estado, ressalvado o registro no órgão competente, permitidas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, cabendo ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões judiciais ou administrativas.

D) não poderá exigir autorização do Estado, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, cabendo ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

E) exigirá autorização do Estado, permitidas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, cabendo ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

Comentário

D) não poderá exigir autorização do Estado, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, cabendo ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

CORRETA. Essa questão cobrou a literalidade do art. 8º, incisos I e II, da Constituição Federal:

CF/88

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I – a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

III – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

Portanto:

1º) Liberdade de Fundação: A lei não pode exigir que um sindicato obtenha autorização prévia do Estado para ser fundado. Isso significa que os trabalhadores têm o direito de se organizar em sindicatos sem a necessidade de aprovação governamental prévia.

2º) Registro no Órgão Competente: Embora a fundação do sindicato não exija autorização do Estado, ela deve ser registrada no órgão competente. O registro serve para formalizar a existência do sindicato e pode ser necessário para que o sindicato tenha certos direitos e deveres legais.

3º) Vedação à Interferência Estatal: O texto proíbe o Poder Público de interferir na organização interna do sindicato. Isso significa que o governo não pode se intrometer nas decisões e atividades internas dos sindicatos.

4º) Vedação à Intervenção Estatal: Além de não poder interferir, o governo também não pode intervir diretamente na organização sindical. Isso significa que o governo não pode assumir o controle do sindicato ou tomar medidas para influenciar suas atividades.

Essas diretrizes têm como objetivo garantir a autonomia e independência dos sindicatos em relação ao Estado, permitindo que os trabalhadores se organizem livremente para defender seus interesses laborais. Elas também são importantes para proteger a liberdade de associação sindical, um direito fundamental dos trabalhadores.

GABARITO D

25 - (Simulado Geral. 2022. Outras) Leah, estrangeira, tem duas filhas: Laura e Josefina. Laura nasceu no Brasil enquanto Leah aqui estava a serviço de seu país de origem. Alguns anos mais tarde, depois de se divorciar do seu primeiro marido, Leah deixou de trabalhar para seu país de origem, casou-se com um brasileiro e fixou sua residência no Brasil, onde, alguns anos depois, quando já se dedicava integralmente ao seu lar, nasceu sua segunda filha, Josefina. Considerando apenas as informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal,

A) Laura e também Josefina são consideradas brasileiras natas, sendo que apenas Laura poderá candidatar-se ao cargo de Presidente da República, preenchidos os requisitos necessários.

B) Laura e também Josefina são consideradas brasileiras natas, sendo que ambas poderão exercer qualquer cargo que seja exclusivo de brasileiro nato.

C) apenas Laura é considerada brasileira nata e ela não poderá, entretanto, candidatar-se ao cargo de Presidente da República.

D) apenas Josefina é considerada brasileira nata e ela poderá, preenchidos os requisitos necessários, exercer o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.

E) Laura e também Josefina são consideradas brasileiras natas, sendo que apenas Laura poderá exercer o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, preenchidos os requisitos legais.

Comentário

Como primeira filha (Laura) nasceu no Brasil enquanto Leah estava a serviço de seu país de origem, ela não poderá ser considerada brasileira nata pelo critério previsto na alínea “a” do art. 12:

Art. 12. São brasileiros:

I – natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

Por outro lado, Josefina nasceu aqui no Brasil, quando sua mãe já não mais estava a serviço de seu país de origem, de forma que é considerada brasileira nata.

Sendo considerada brasileira nata, Josefina poderá exercer os cargos privativos de brasileiros natos, dentre os quais o de Presidente da Câmara dos Deputados:

Art. 12

(...)

§ 3º São **privativos de brasileiro nato os cargos:**

I - de Presidente e Vice-Presidente da República;

II - **de Presidente da Câmara dos Deputados;**

III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - da carreira diplomática;

VI - de oficial das Forças Armadas.

VII - de Ministro de Estado da Defesa

GABARITO D

26 - (Simulado Geral. 2022. Outras) Pedro, servidor público federal, tinha o sonho de ser eleito vereador em seu município. Apesar disso, tinha medo de perder o cargo federal caso fosse eleito e tomasse posse no cargo municipal. À luz da sistemática constitucional, caso Pedro seja investido no mandato de vereador:

A) deverá ser necessariamente demitido do serviço público federal;

- B) será necessariamente afastado do cargo federal, mas sem demissão;
- C) sempre deverá optar pela remuneração de um dos cargos;
- D) se houver compatibilidade de horários, desempenhará ambas as funções;
- E) sempre receberá a remuneração correspondente a ambos os cargos.

Comentário

D) se houver compatibilidade de horários, desempenhará ambas as funções;

CORRETA. Dentre os cargos eletivos, o de vereador é o único que permite, caso haja compatibilidade de horários, a percepção conjunta das vantagens do seu cargo e a remuneração do cargo de vereador. Você recebe e acumula dos dois salários, mas tem que haver compatibilidade de horários entre os dois cargos.

É o que estabelece o art. 38, inciso III, da Constituição Federal:

Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

GABARITO D

27 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Sobre a disciplina do Poder Judiciário na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

A) as custas e emolumentos serão destinados ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça e dos cartórios extrajudiciais.

B) as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

C) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de

cinco anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

D) somente pelo voto de três quintos de seus membros poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

E) a atividade jurisdicional será ininterrupta, com exceção das férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, que poderá ocorrer uma única vez por ano.

Comentário

A) as custas e emolumentos serão destinados ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça e ~~dos cartórios extrajudiciais.~~

INCORRETA. As custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça.

Art. 98.

(...)

§ 2º As custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça.

B) as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

CORRETA. Nos termos do art. 93, X:

Art. 93

(...)

X – as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

DO PODER JUDICIÁRIO	
ATO	QUÓRUM
➤ remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público	Maioria Absoluta
➤ decisões administrativas dos tribunais	Maioria Absoluta
➤ declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.	Maioria Absoluta
➤ recusar o juiz mais antigo	2/3

C) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de ~~cinco~~ anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com

mais de cinco anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

INCORRETA. Tem que ter mais de 10 anos:

Art. 94. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do **Ministério Público, com mais de dez anos de carreira**, e de **advogados** de notório saber jurídico e de reputação ilibada, **com mais de dez anos de efetiva atividade profissional**, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

D) somente pelo voto de três quintos de seus membros poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

INCORRETA. É pelo voto da MAIORIA ABSOLUTA:

Art. 97. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

E) a atividade jurisdicional será ininterrupta, ~~com exceção das férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, que poderá ocorrer uma única vez por ano.~~

INCORRETA. São vedadas férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau:

Art. 93

(...)

XII – a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente;

GABARITO B

28 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 14, diz que “soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos (...)”. Nesse contexto, o voto é obrigatório para os maiores de dezoito anos.

Assinale a alternativa que apresenta uma das condições em que o voto é facultativo no Brasil.

- A) Maiores de quatorze anos.
- B) Analfabetos funcionais.
- C) Maiores de 70 (setenta) anos.
- D) Deficientes físicos e mentais.

E) Maiores de 75 (setenta e cinco) anos.

Comentário

Nossa tabelinha responde essa questão:

ALISTAMENTO ELEITORAL E DIREITO DE VOTO	
Obrigatório	<ul style="list-style-type: none">• Maiores de 18 anos e menores de 70 anos
Facultativo	<ul style="list-style-type: none">• analfabetos,• maiores de 70 anos• maiores de 16 e menores de 18
Proibido	<ul style="list-style-type: none">• Estrangeiros• constritos

GABARITO C

29 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) De acordo com o § 1º do art. 127 da CF/88, são princípios institucionais do Ministério Público:

- A) pluralidade, divisibilidade e dependência.
- B) vitaliciedade, inamovibilidade e independência.
- C) unidade, indivisibilidade e independência.
- D) divisibilidade, dependência e vitaliciedade.
- E) vitaliciedade, indivisibilidade e independência.

Comentário

De acordo com o § 1º do art. 127 da CF/88, são princípios institucionais do Ministério Público:

- **Unidade**
- **Indivisibilidade**
- **Independência**

Art. 127

(...)

§ 1º São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

OBS: Vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio são garantias constitucionais asseguradas aos membros do MP. Não são princípios institucionais.

GABARITO C

30 - (Simulado Geral. 2022. Outras) João, servidor público, informou à sua amiga Maria que ele somente perderia o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo ou, na forma da lei complementar, mediante avaliação periódica de desempenho. Isso significa dizer que João

- A) ocupa cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, e conta com mais de três anos de efetivo exercício.
- B) ocupa cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, e conta com mais de dois anos de efetivo exercício.
- C) ocupa cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, independente do lapso temporal desde a posse.
- D) ocupa cargo público, de natureza não eletiva, e conta com mais de dois anos de efetivo exercício.
- E) exerce função pública, independente do cargo ocupado e da forma de provimento.

Comentário

A) ocupa cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, e conta com mais de três anos de efetivo exercício.

CORRETA. João informou as três hipóteses previstas no art. 41 em que o servidor público ESTÁVEL poderá perder seu cargo:

Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

GABARITO A

DIREITO ADMINISTRATIVO

31 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) Conforme dispõe a Lei nº 10.261/68, Ao servidor é assegurado o direito de requerer ou representar, bem como pedir reconsideração e recorrer de decisões, salvo previsão legal específica, no prazo de

- A) 5 dias.
- B) 10 dias.
- C) 15 dias.
- D) 30 dias.
- E) 45 dias.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do art. 240:

Artigo 240 - Ao servidor é assegurado o direito de requerer ou representar, bem como, nos termos desta lei complementar, pedir reconsideração e recorrer de decisões, no prazo de 30 (trinta) dias, salvo previsão legal específica.

GABARITO D

32 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Nos termos do que expressamente estabelece a Lei nº 10.261/68, é dever do funcionário público

- A) cumprir as ordens superiores, mesmo quando forem manifestamente ilegais.
- B) residir no local onde exerce o cargo ou onde autorizado.
- C) guardar sigilo sobre os assuntos da repartição, exceto sobre despachos, decisões ou providências.
- D) manter sigilo sobre as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções, deixando eventual investigação para as autoridades competentes.
- E) providenciar para que estejam sempre em ordem todas as mesas de trabalho da repartição onde exerce suas funções.

Comentário

A) cumprir as ordens superiores, mesmo quando forem manifestamente ilegais.

INCORRETA.

Art. 241 – São deveres do funcionário:

II - cumprir as ordens superiores, **representando quando forem manifestamente ilegais;**

B) residir no local onde exerce o cargo ou onde autorizado.

CORRETA.

Art. 241:

VII - residir no local onde exerce o cargo ou, onde autorizado;

C) guardar sigilo sobre os assuntos da repartição, ~~exceto~~ sobre despachos, decisões ou providências.

INCORRETA.

IV - guardar sigilo sobre os assuntos da repartição e, **especialmente, sobre despachos, decisões ou providências;**

D) manter sigilo sobre as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções, deixando eventual investigação para as autoridades competentes.

INCORRETA.

V - representar aos superiores sobre todas as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções

E) providenciar para que estejam sempre em ordem todas as mesas de trabalho da repartição onde exerce suas funções.

INCORRETA. Não há qualquer dever nesse sentido previsto no art. 241. Invenção da Banca.

GABARITO B

33 - (Simulado Geral. 2023. Outras) Pitágoras, Oficial de Promotoria do Ministério Público do Estado de São Paulo, dolosamente recebeu vantagem econômica, correspondente à propina de vinte mil reais, para omitir ato que deveria praticar de ofício, no exercício de suas atribuições.

Considerando o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que Pitágoras

A) não praticou ato de improbidade, pois a conduta está sujeita à sanção penal.

B) praticou ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito.

C) praticou ato de improbidade que causa prejuízo ao erário.

D) praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.

E) não praticou ato de improbidade, pois a conduta deve ser responsabilizada na esfera disciplinar.

Comentário

Se o próprio agente recebeu vantagem econômica, ele responderá por ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito:

Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

(...)

X - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;

GABARITO B

34 - (Simulado Geral. 2023. Outras) A Lei de Improbidade Administrativa estabelece que a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

Nesse contexto, de acordo com a atual redação da Lei nº 8.429/92, a citada declaração de bens

A) não será, em regra, atualizada periodicamente, salvo determinação discricionária da autoridade competente.

B) não será, em regra, atualizada periodicamente, salvo se o agente público vier a responder a processo administrativo disciplinar.

C) será atualizada a cada cinco anos e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função.

D) será atualizada anualmente, sem necessidade de atualização na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função.

E) será atualizada anualmente e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função.

Comentário

A declaração de bens será atualizada anualmente e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função, nos termos do § 2º do art. 13 da LIA:

Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

(...)

§ 2º A declaração de bens a que se refere o caput deste artigo será atualizada anualmente e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função."

GABARITO E

35 - (Simulado Geral. 2023. Outras) De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, NÃO é forma de provimento dos cargos públicos:

- A) reversão.
- B) readmissão.
- C) transferência.
- D) transposição.
- E) aproveitamento.

Comentário

As formas de provimento de cargos públicos estão elencadas no art. 11:

Artigo 11 - Os cargos públicos serão providos por:

- I - nomeação;**
- II - transferência;**
- III - reintegração;**
- IV - acesso;**
- V - reversão;**
- VI - aproveitamento; e**
- VII - readmissão.**

Veja que "transposição" não é uma forma de provimento legalmente prevista.

GABARITO D

36 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) Sobre os direitos e vantagens de ordem pecuniária previstos na Lei nº 10.261/68, é correto afirmar que:

- A) o funcionário não perderá o vencimento ou remuneração do dia quando não comparecer ao serviço.
- B) O funcionário perderá metade do vencimento ou remuneração diária, quando comparecer ao serviço dentro da hora seguinte à marcada para o início do expediente ou quando dele retirar-se dentro da última hora.
- C) No caso de faltas sucessivas, justificadas ou injustificadas, os dias intercalados — domingos, feriados e aqueles em que não haja expediente — serão computados exclusivamente para efeito de desconto do vencimento ou remuneração.
- D) o funcionário perderá o vencimento ou remuneração do dia quando não comparecer ao serviço, ainda que se trata de hipótese de compensação de horas.
- E) Em qualquer hipótese, é vedado dispensar o funcionário do registro do ponto.

Comentário

A) o funcionário não perderá o vencimento ou remuneração do dia quando não comparecer ao serviço.

INCORRETA. Claro que perde:

Artigo 110 - O funcionário perderá:

I - o vencimento ou remuneração do dia, quando não comparecer ao serviço; (NR)

B) O funcionário perderá ~~metade~~ do vencimento ou remuneração diária, quando comparecer ao serviço dentro da hora seguinte à marcada para o início do expediente ou quando dele retirar-se dentro da última hora.

INCORRETA. Perde 1/3 (e não metade como constou):

Artigo 110 - O funcionário perderá:

(...)

II - 1/3 (um terço) do vencimento ou remuneração diária, quando comparecer ao serviço dentro da hora seguinte à marcada para o início do expediente ou quando dele retirar-se dentro da última hora.

C) No caso de faltas sucessivas, justificadas ou injustificadas, os dias intercalados — domingos, feriados e aqueles em que não haja expediente — serão computados exclusivamente para efeito de desconto do vencimento ou remuneração.

CORRETA. Nos termos do § 2º do art. 110:

Art. 110

(...)

§ 2º - No caso de faltas sucessivas, justificadas ou injustificadas, os dias intercalados — domingos, feriados e aqueles em que não haja expediente — serão computados exclusivamente para efeito de desconto do vencimento ou remuneração.

D) o funcionário perderá o vencimento ou remuneração do dia quando não comparecer ao serviço, ~~ainda que se trata de hipótese de compensação de horas.~~

INCORRETA. Se o funcionário compensar a falta com horas que tem disponível no banco de horas ele não perderá o vencimento:

Art. 110

(...)

§ 3º - Não se aplica o disposto no 'caput' deste artigo às hipóteses de compensação de horas previstas no parágrafo único do artigo 117 desta Lei. (NR)

E) ~~Em qualquer hipótese, é vedado dispensar o funcionário do registro do ponto.~~

INCORRETA. Há exceções previstas em lei:

Art. 120

(...)

§ 2º - É vedado dispensar o funcionário do registro do ponto, salvo os casos expressamente previstos em lei.

GABARITO C

37 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) São penas disciplinares previstas no art. 251 da Lei nº 10.2061/68:

- A) advertência, demissão e multa.
- B) prestação pecuniária, cassação de aposentadoria e interdição de direitos.
- C) suspensão, demissão e repreensão
- D) prestação de serviços à comunidade, suspensão e demissão a bem do serviço público.
- E) perda de bens e valores, limitação de fim de semana e multa

Comentário

Essa questão exigiu o conhecimento do art. 251 da Lei nº 10.261/68:

Artigo 251 - São penas disciplinares:

- I - repreensão;
- II - **suspensão**;
- III - **multa**;
- IV - **demissão**;
- V - demissão a bem do serviço público; e
- VI - cassação de aposentadoria ou disponibilidade

GABARITO C

DIREITO PENAL

38 - (Simulado Geral. 2012. Outras) César, na vigência da Lei no 01, foi condenado à pena de dois meses de detenção, pela prática de determinado delito. A sentença transitou em julgado. Antes do trânsito em julgado, entrou em vigor a Lei no 02, que aumentou a pena desse crime para três meses de detenção. Após o trânsito em julgado, entraram em vigor duas outras leis: a Lei no 03, que reduziu a pena dessa infração penal para um mês de detenção, e a Lei no 04, que aboliu o referido delito. Nesse caso,

- A) aplica-se a Lei no 02, por ter entrado em vigor antes do trânsito em julgado da sentença.
- B) aplica-se a Lei no 03, por ter mantido a incriminação, com redução da pena imposta.
- C) aplica-se a Lei no 04, que deixou de incriminar fato que anteriormente era considerado ilícito penal.
- D) aplica-se a pena resultante da média aritmética entre as penas de todas as leis referentes à mesma infração penal.
- E) não se aplica nenhuma das leis novas, que entraram em vigor após o trânsito em julgado da sentença.

Comentário

Essa questão exigiu o conhecimento do parágrafo único do art. 2º do Código Penal:

Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Parágrafo único - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Esse artigo consagra o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica.

Esse princípio estabelece que, caso uma lei posterior seja mais favorável ao réu do que a lei vigente no momento da prática do crime, essa nova lei deve ser aplicada, mesmo que os fatos tenham ocorrido antes de sua promulgação e mesmo que já exista uma sentença condenatória transitada em julgado.

Em outras palavras, se uma nova lei é promulgada após a prática do crime e essa nova lei beneficia o réu de alguma forma (por exemplo, diminuindo a pena ou alterando a classificação do crime ou até mesmo abolindo a figura criminosa), essa lei deve retroagir e ser aplicada, independentemente de já haver uma condenação definitiva (com trânsito em julgado, que não caiba mais recurso)

Esse princípio visa proteger os direitos e garantias individuais do réu, assegurando que ele seja tratado de acordo com a lei mais favorável a ele, mesmo que essa lei seja posterior aos fatos que deram origem ao processo penal.

IMPORTANTE: A lei penal benéfica (lex mitior) se biparte em: novatio legis in melius e abolitio criminis.

Ambas retroagirão, posto que benéficas e, pelo mesmo motivo, aplicar-se-ão a fatos ocorridos sob sua vigência, quando revogadas por leis mais gravosas.

Por novatio legis in melius, entende-se a nova lei penal que, mantendo a incriminação, dá ao fato tratamento mais brando, ampliando a esfera de liberdade individual. São exemplos de tratamento benéfico: a redução da pena prevista, a autorização de concessão de benefícios legais antes proibidos, a redução dos prazos prescricionais, o abrandamento dos regimes de cumprimento de pena.

Há diversos casos concretos de novatio legis in melius. A Lei n. 9.268/96 proibiu a conversão de pena de multa em prisão. Antes dela, quem não pagasse a multa criminal poderia ser preso; depois dela, o inadimplemento de tal sanção acarreta, tão somente, o ajuizamento de uma ação de execução, sob pena de penhora de bens. A Lei n. 9.714/98 ampliou o rol de penas alternativas e passou a admitir a substituição da pena privativa de liberdade por tais penas a um número maior de infrações penais.

Abolitio criminis significa a nova lei penal que descriminaliza condutas, ou, ainda, a lei supressiva de incriminação. Vale dizer, deixa de considerar de terminado fato como infração penal. O que antes era crime ou contravenção penal torna-se algo penalmente irrelevante. Pode-se citar, como exemplo, a Lei n. 11.106/2005, que revogou os arts. 217 e 240 do CP, tornando atípicos dois comportamentos que, até então, configuravam crimes: sedução e adultério.

É de anotar que a abolitio criminis é prevista como causa extintiva da punibilidade (CP, art. 107, III). Significa que, com sua entrada em vigor, o Estado perde o direito de punir. Quando tal situação se verifica antes do trânsito em julgado, ficam impedidos todos os possíveis efeitos de uma condenação penal. Se ocorrer depois do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

GABARITO C

39 - (Simulado Geral. 2019. Vunesp) Nos crimes processados mediante ação penal pública condicionada à representação, esta é

- A) retratável, porém, apenas até 6 (seis) meses depois de cometido o fato criminoso.
- B) irretratável, como regra, nos crimes hediondos.
- C) retratável, até o recebimento da denúncia.
- D) retratável, porém, apenas até 6 (seis) meses depois da ciência da autoria do fato criminoso.
- E) irretratável, depois de oferecida a denúncia.

Comentário

Antes de respondermos a questão, você sabe o que é ação penal?

Ação penal é o procedimento judicial iniciado pelo titular da ação quando há indícios de autoria e de materialidade, a fim de que o juiz declare procedente a pretensão punitiva estatal e condene o autor da infração penal.

De acordo com o art. 100, caput, do Código Penal, o Estado, detentor do direito e do poder de punir (jus puniendi), pode conferir a iniciativa do de desencadeamento da ação penal a um órgão público (Ministério Público) ou à própria vítima, dependendo da modalidade de crime praticado. Portanto, para cada delito previsto em lei existe a prévia definição da espécie de ação penal — de iniciativa pública ou privada —, de modo que as próprias infrações penais são divididas nestas duas categorias — crimes de ação pública ou de ação privada.

Art. 100 - A ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declara privativa do ofendido.

Ação penal pública é aquela em que a iniciativa é exclusiva do Ministério Público (órgão público), nos termos do art. 129, I, da Constituição Federal. A peça processual que a ela dá início se chama denúncia.

A **ação pública** apresenta as seguintes modalidades:

- a) **Incondicionada** — o exercício da ação independe de qualquer condição especial.
- b) **Condicionada** — a propositura da ação penal depende da prévia existência de uma condição especial (representação da vítima ou requisição do Ministro da Justiça). É o que estabelece o art. 100, § 1º, do Código Penal.

Art. 100

§ 1º - A ação pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Ação penal privada é aquela em que a iniciativa da propositura é conferida à vítima. A peça inicial se chama queixa-crime. Está prevista no § 2º do art. 100:

Art. 100

§ 2º - A ação de iniciativa privada é promovida mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo

Subdivide-se em:

a) Exclusiva — a iniciativa da ação penal é da vítima, mas, se esta for menor ou incapaz, a lei prevê que possa ser proposta pelo representante legal. Ademais, em caso de morte da vítima, a ação poderá ser iniciada por seus sucessores (cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão) e, se já estiver em andamento por ocasião do falecimento, poderão eles prosseguir no feito.

Art. 100

(...)

§ 4º - No caso de morte do ofendido ou de ter sido declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação passa ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

b) Personalíssima — a ação só pode ser proposta pela vítima. Se ela for menor, deve-se esperar que complete 18 anos. Se for doente mental, deve-se aguardar eventual restabelecimento. Em caso de morte, a ação não pode ser proposta pelos sucessores. Se já tiver sido proposta na data do falecimento, a ação se extingue pela impossibilidade de sucessão no polo ativo.

c) Subsidiária da pública — é a ação proposta pela vítima em crime de ação pública, possibilidade que só existe quando o Ministério Público, dentro do prazo que a lei lhe confere, não apresenta qualquer manifestação. Está prevista no § 3º do art. 100:

Art. 100

(...)

§ 3º - A ação de iniciativa privada pode intentar-se nos crimes de ação pública, se o Ministério Público não oferece denúncia no prazo legal

Agora que já sabemos o que é ação penal e suas classificações, a resposta da questão passa pelo art. 102 do Código Penal:

Art. 102 - A representação será irretratável depois de oferecida a denúncia.

GABARITO E

40 - (Simulado Geral. 2018. Outras) Extingue-se a punibilidade do agente

- A) pela retroatividade da lei que diminui a pena do crime.
- B) pela superveniência de doença mental do autor do ilícito.
- C) pela reparação do dano ou restituição da coisa objeto do ilícito, em qualquer crime.
- D) pelo perdão do ofendido, em qualquer crime.
- E) pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei.

Comentário

"Com a prática da infração penal, surge para o Estado o direito de punir, ou seja, a punibilidade, que nada mais é do que a possibilidade jurídica de o Estado impor a sanção ao autor do delito.

O legislador, entretanto, estabelece uma série de causas subsequentes que extinguem essa punibilidade, impossibilitando, pois, a imposição da pena. O art. 107 do Código Penal enumera algumas causas dessa natureza, que serão a seguir estudadas. **Esse rol, entretanto, não é taxativo**, pois existem várias outras causas extintivas da punibilidade descritas na Parte Especial do Código e em outras leis:"

LENZA, P.; ESTEFAM, A.; GONÇALVES, V. E. R. Direito Penal Esquematizado - Parte Geral. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book.

Cobrança literal do art. 107 do Código Penal:

Art. 107 - Extingue-se a punibilidade: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - pela morte do agente;

II - pela anistia, graça ou indulto;

III - pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso;

IV - pela prescrição, decadência ou preempção;

V - pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada;

VI - pela retratação do agente, nos casos em que a lei a admite;

VII - (Revogado pela Lei nº 11.106, de 2005)

VIII - (Revogado pela Lei nº 11.106, de 2005)

IX - pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei.

É IMPORTANTE JÁ TEMOS A SEGUINTE ATENÇÃO! A SENTENÇA JUDICIAL QUE CONCEDER PERDÃO JUDICIAL NÃO SERÁ CONSIDERADA PARA EFEITOS DE REINCIDÊNCIA:

Art. 120 - A sentença que conceder perdão judicial não será considerada para efeitos de reincidência.

GABARITO E

41 - (Simulado Geral. 2022. Outras) O crime de feminicídio tem a pena aumentada de um terço até a metade se o crime for praticado

A) durante a gestação ou nos 6 (seis) primeiros meses posteriores ao parto.

B) contra pessoa com menos de 18 (dezoito) anos ou mais de 60 (sessenta) anos.

C) com emprego de tortura ou outro meio insidioso ou cruel.

D) após o descumprimento de qualquer medida protetiva de urgência.

E) na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.

Comentário

O Femicídio está previsto no art. 121, § 2º, VI, do Código Penal:

Homicídio simples

Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

(...)

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

(...)

Femicídio (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

E a pena do femicídio é aumentada de 1/3 até metade nas hipóteses previstas no § 7º do art. 121:

§ 7º A pena do femicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

II - contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos, com deficiência ou com doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental; (Redação dada pela Lei nº 14.344, de 2022) Vigência

III - na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima; (Redação dada pela Lei nº 13.771, de 2018)

IV - em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (Incluído pela Lei nº 13.771, de 2018)

GABARITO E

42 - (Simulado Geral. 2019. Vunesp) O dentista, funcionário público, que, no exercício de sua função pública, emite atestado falso, em favor do amigo, certificando consulta inexistente, para abono de falta no trabalho, pratica o crime de

- A) certidão ou atestado ideologicamente falso (art. 301, do CP).
- B) falsidade de atestado médico (art. 302, do CP).
- C) falsidade material de atestado ou certidão (art. 301, parágrafo 1º, do CP).
- D) prevaricação (art. 319, do CP).
- E) corrupção passiva (art. 317, do CP).

Comentário

Inicialmente, temos que lembrar que dentista não pode praticar crime de falsidade de atestado médico, tendo em vista que somente o médico (excluídos veterinários, dentistas, etc) pode ser sujeito ativo desse crime.

No caso da nossa questão, como o dentista é funcionário público e, no exercício dessa função, emite atestado falso, estamos diante do crime previsto no art. 301:

Certidão ou atestado ideologicamente falso

Art. 301 - Atestar ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem:

Pena - detenção, de dois meses a um ano.

GABARITO A

43 - (Simulado Geral. 2013. Outras. Adaptada) Claudius entregou quantia em dinheiro a um amigo seu, Julius, oficial de justiça, para que este efetuasse o depósito judicial da pensão mensal devida a sua ex-esposa. No entanto, ele não efetuou o depósito e se apropriou do valor recebido. Nesse caso, Julius

- A) não cometeu crime contra a Administração pública.
- B) cometeu crime de prevaricação.
- C) cometeu crime de peculato em seu tipo fundamental.
- D) cometeu crime de peculato furto.
- E) cometeu crime de peculato desvio.

Comentário

CUIDADO COM ESSA PEGADINHA! Repare que o dinheiro apropriado não tem nenhuma relação com o cargo exercido pelo Oficial de Justiça. Para se configurar o peculato, o funcionário público tem que se apropriar de dinheiro, valor ou outro bem móvel DE QUEM TEM A POSSE EM RAZÃO DO CARGO, o que não ocorreu na nossa questão.

Portanto, Julius não cometeu crime contra a Administração Pública.

GABARITO A

44 - (Simulado Geral. 2015. Outras) José ofereceu R\$ 1.000,00 para João, Oficial de Justiça, deixar de citá-lo numa ação cível. João aceitou a oferta, mas José deixou de honrá-la. Nesse caso, José responderá por corrupção ativa

- A) tentada e João por corrupção ativa consumada.
- B) consumada e João por corrupção passiva consumada.
- C) tentada e João por corrupção ativa tentada.
- D) consumada e João por corrupção ativa tentada.
- E) tentada e João por prevaricação.

Comentário

Como João ofereceu vantagem indevida a funcionário público para retardar ato de ofício (deixar de citá-lo numa ação cível), ele cometeu o crime de corrupção ativa, previsto no art. 333 do Código Penal:

Corrupção ativa

Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

Por sua vez, o Oficial de Justiça João ao aceitar a oferta, cometeu o crime de corrupção passiva, previsto no art. 317:

Corrupção passiva

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

§ 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

OBSERVAÇÃO: No momento em que o Oficial de Justiça aceitou a oferta, o crime já se consumou, pouco importando se José deixou de honrar a quantia que seria paga. Basta aceitar a promessa de tal vantagem, ou seja, mesmo se o funcionário público não receber a quantia prometida, o crime já está consumado.

GABARITO B

45 - (Simulado Geral. 2022. Outras) Quanto ao delito de coação no curso do processo, assinale a afirmativa correta.

- A) Trata-se de crime comum, desprovido de especial fim de agir.
- B) Trata-se de crime material, de perigo concreto à adequada prestação de resolução de conflitos.
- C) Para a configuração do crime é necessário que a pessoa intimidada atue no processo.
- D) É irrelevante para a configuração do crime se a ameaça deriva de um motivo justo.
- E) O delito, por ser formal, não admite a forma tentada na sua execução.

Comentário

A) Trata-se de crime comum, desprovido de especial fim de agir.

INCORRETA. O crime exige sim o especial fim de agir:

Coação no curso do processo

Art. 344 - Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único. A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) até a metade se o processo envolver crime contra a dignidade sexual. (Incluído pela Lei nº 14.245, de 2021)

B) Trata-se de crime material, de perigo concreto à adequada prestação de resolução de conflitos.

INCORRETA. Pois se trata de crime formal, ou seja, a consumação se dá no momento do emprego da violência ou grave ameaça, independentemente do êxito em relação ao fim visado pelo agente (favorecer a si próprio ou a terceiro).

C) Para a configuração do crime é necessário que a pessoa intimidada atue no processo.

INCORRETA. O crime de coação no processo tem por finalidade punir o sujeito que, visando o seu próprio benefício ou de outrem, emprega violência física ou grave ameaça contra **qualquer pessoa que funcione ou intervenha** em um dos procedimentos elencados no tipo penal.

Conforme explica Victor Eduardo Rios em seu livro de Direito Penal Especial Esquemático:

“Essa pessoa pode ser uma autoridade (juiz, delegado, promotor etc.), parte (autor, querelante, querelado) ou qualquer outra pessoa que funcione ou seja chamada a intervir (perito, tradutor, intérprete, jurado, escrivão, testemunha etc.). É necessário que o agente pretenda intimidar a vítima a fim de que esta, amedrontada, de algum modo o favoreça ou a terceiro em um dos procedimentos mencionados no tipo penal. Pratica o crime o réu que procura uma testemunha de acusação e a ameaça para que preste depoimento a ele favorável ou que ameaça a vítima para que não o reconheça como autor do crime; ou o reclamado de uma ação trabalhista que ameaça demitir funcionário arrolado como testemunha de outro empregado dizendo, ainda, que dará más informações caso procure outro emprego; ou o indiciado que telefona para o promotor e diz que irá matar seus filhos caso ofereça denúncia, ou diz ao juiz que irá matá-lo caso o condene etc”

D) É irrelevante para a configuração do crime se a ameaça deriva de um motivo justo.

CORRETA. De fato, ainda que a ameaça derive de um motivo justo, o crime será consumado. Suponha que um réu esteja sendo processado injustamente e que, por isso, ele ameaça o juiz, dizendo que irá matá-lo caso seja condenado. O réu vai responder por coação no curso do processo consumado.

E) O delito, por ser formal, não admite a forma tentada na sua execução.

INCORRETA. Admite sim tentativa. É, possível, por exemplo, no caso de ameaça escrita que se extravie.

GABARITO D

46 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Em caso de crime de ação penal pública quando o titular da ação deixa de propô-la no prazo legal, caberá

- A) ação privada subsidiária da pública.
- B) ação pública incondicionada.
- C) ação privada personalíssima.
- D) ação pública condicionada.
- E) ação privada exclusivamente privada.

Comentário

Essa questão exigiu o conhecimento do art. 29:

Art. 29. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

Essa ação chama “ação privada subsidiária da pública”

De acordo com o art. 5º, LIX, da Constituição Federal, **“será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal”**. Nota-se, pois, que o constituinte, apesar de ter conferido ao Ministério Público a titularidade exclusiva da ação penal nos crimes de ação pública (art. 129, I, da CF), não conferiu caráter absoluto a tal prerrogativa, já que, se o órgão ministerial mostrar-se desidioso e não se manifestar dentro do prazo previsto em lei, poderá a vítima oferecer queixa subsidiária.

De ver-se que a possibilidade de ação privada subsidiária só existe quando o Ministério Público não se manifesta no prazo legal. Por isso, se o promotor promove o arquivamento do inquérito ou o seu retorno ao Distrito Policial para a realização de novas diligências, não cabe a queixa subsidiária.

GABARITO A

47 - (Simulado Geral. 2019. Outras) Paulo, empresário, foi sequestrado por cinco indivíduos brasileiros na cidade de Itapema-SC. De lá, Paulo foi levado para Florianópolis e embarcou com destino à cidade de Caxias do Sul-RS, em um avião clandestino. Quando chegaram em Caxias do Sul, a vítima foi levada ao cativeiro e os sequestradores iniciaram contato com a família para o resgate, mas acabaram presos 48 horas depois pela polícia do estado do Rio Grande do Sul na cidade de Porto Alegre, onde receberiam o pagamento do resgate. A vítima, que acompanhava os sequestradores, foi libertada em Porto Alegre. Neste caso específico, caracterizado o crime permanente, a competência para processar e julgar os cinco sequestradores

- A) é da comarca de Itapema, onde Paulo foi arrebatado.

B) é da comarca de Caxias do Sul, onde Paulo ficou em cativeiro e de onde partiram os contatos com a família para o resgate.

C) firmar-se-á pela prevenção e pode ser das comarcas de Itapema, Florianópolis, Caxias do Sul ou Porto Alegre.

D) é da comarca de Florianópolis, onde a vítima embarcou em um avião clandestino.

E) é da comarca de Porto Alegre, local de pagamento do resgate e libertação da vítima, e onde os sequestradores foram presos.

Comentário

De acordo com o art. 71 do Código de Processo Penal:

Art. 71. Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

Quando o CPP fala que a competência será firmada pela prevenção, quer dizer que pode ser de qualquer uma das Comarcas em que o crime foi cometido.

GABARITO C

48 - (Simulado Geral. 2022. Vunesp) Nos termos do Código de Processo Penal, artigo 244, a busca pessoal

A) não dependerá de mandado da autoridade judicial competente, em caso de prisão em flagrante.

B) sempre dependerá de mandado da autoridade judicial competente.

C) dependerá de mandado da autoridade policial competente, em caso de medida determinada no curso de busca domiciliar.

D) dependerá de mandado da autoridade judicial competente, em caso de fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida.

E) dependerá de mandado da autoridade policial competente, em caso de fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de objetos ou papéis que constituam corpo de delito.

Comentário

Art. 244. A busca pessoal independe de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.

A BUSCA PESSOAL INDEPENDERÁ DE MANDADO QUANDO:

- PRISÃO (EM FLAGRANTE)

- SUSPEITA DE ARMA ESCONDIDA OU DE OBJETOS OU PAPÉIS QUE CONSTITUAM CORPO DE DELITO
- A MEDIDA FOR DETERMINADA NO CURSO DE BUSCA DOMICILIAR

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A BUSCA PESSOAL:

1º) Realiza-se busca pessoal quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo arma proibida ou objetos relacionados com infração penal (art. 240, § 2º, do CPP). A diligência pode abranger, conforme o caso, a revista do corpo da pessoa, de suas vestes, de bolsas, de pastas ou de veículos.

2º) A lei prevê que a busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência (art. 249 do CPP).

3º) Em regra, a busca pessoal pressupõe a existência de mandado expedido pelo juiz ou pela autoridade policial, do qual deve constar o nome da pessoa na qual será realizada a busca ou os sinais que a identifiquem (art. 243, I, do CPP), bem como menção ao motivo e fins da diligência (inciso II). É desnecessário o mandado, entretanto, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita, por parte de agente público, de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito de alguma infração penal, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar (art. 244 do CPP).

GABARITO A

49 - (Simulado. 2022. Vunesp) Nos termos do art. 290 do Código de Processo Penal, se o acusado, sendo perseguido, passar ao território de outro município ou comarca, o executor da prisão

A) poderá efetuar-lhe a prisão no lugar onde o alcançar, apresentando-o imediatamente à autoridade local.

B) poderá efetuar-lhe a prisão no lugar onde o alcançar, apresentando-o imediatamente à autoridade do município ou da comarca de origem.

C) deve comunicar a autoridade policial local para que esta efetue a prisão.

D) deve comunicar a autoridade policial local para que, obrigatoriamente juntos, continuem a diligência de prisão.

E) não pode seguir na diligência, devendo informar imediatamente a autoridade local e o Juízo de origem para as providências cabíveis.

Comentário

Essa questão exigiu o conhecimento do art. 290 do CPP:

Art. 290. Se o réu, sendo perseguido, passar ao território de outro município ou comarca, o executor poderá efetuar-lhe a prisão no lugar onde o alcançar, apresentando-o imediatamente à autoridade local, que, depois de lavrado, se for o caso, o auto de flagrante, providenciará para a remoção do preso.

Portanto, se um réu está sendo perseguido por um executor (autoridade policial) e ele entra em um território de outro município ou comarca, o executor tem o direito de prender o réu no local onde o alcançar. Após a prisão, o réu deve ser apresentado imediatamente à autoridade local da nova jurisdição. A autoridade local será responsável por tomar as medidas adequadas, incluindo a possibilidade de registrar o flagrante (caso aplicável) e providenciar a remoção do preso, caso seja necessário levá-lo de volta à jurisdição original.

GABARITO A

50 - (Simulado Geral. 2022. Outras) A citação com hora certa

- A) é cabível quando o réu não for encontrado, devendo o Juiz nomear defensor dativo caso este não compareça à audiência.
- B) será feita pelo oficial de justiça, após autorização judicial, quando o Juiz verificar que o réu se oculta para não ser citado.
- C) é cabível quando o réu não for encontrado, devendo o Juiz determinar a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional.
- D) será feita pelo oficial de justiça, quando este verificar que o réu se oculta para não ser citado, devendo certificar a ocorrência.
- E) é inadmissível no processo penal, pois sua natureza não comporta a importação analógica do Código de Processo Civil.

Comentário

A citação por hora certa está prevista no art. 362 do CPP:

Art. 362. Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, na forma estabelecida nos arts. 227 a 229 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil).

Perceba que o CPP manda citar por hora certa na forma estabelecida pelo CPC:

Art. 252. Quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

GABARITO D

51 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) De acordo com o art. 396 do Código de Processo Penal, nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar

liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de:

- A) 02 dias.
- B) 10 dias.
- C) 05 dias.
- D) 08 dias.
- E) 15 dias.

Comentário

O prazo é de 10 dias:

Art. 396. Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

O artigo 396 estabelece as etapas iniciais do procedimento penal ordinário e sumário. Ele afirma que, após o oferecimento da denúncia ou queixa pelo Ministério Público ou pelo querelante (acusador particular), o juiz tem duas opções: rejeitar liminarmente a denúncia ou recebê-la.

Se o juiz decidir receber a denúncia ou queixa, ele deve então ordenar a citação do acusado. A citação é o ato pelo qual o acusado é formalmente notificado da acusação e convocado a apresentar sua resposta por escrito. O prazo para o acusado apresentar sua resposta é de 10 (dez) dias.

GABARITO B

52 - (Simulado Geral. 2011. Vunesp. Adaptada) O funcionário público processado criminalmente por prática de crime funcional tem direito às regras do art. 514 do Código de Processo Penal, defesa preliminar,

- A) quando for maior de sessenta anos.
- B) somente se não for reincidente.
- C) quando, tendo praticado mais de um crime, a soma das penas não ultrapasse quatro anos de reclusão.
- D) sempre que o delito for afiançável.
- E) quando o delito praticado tiver pena máxima de até 2 anos.

Comentário

Essa questão exigiu o conhecimento do art. 514 do CPP:

Art. 514. **Nos crimes afiançáveis**, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.

Portanto, a defesa preliminar a que se refere o art. 514 só se faz necessária quando a imputação versar sobre crimes funcionais afiançáveis. Em se tratando de crimes inafiançáveis, portanto, não há necessidade de defesa preliminar.

GABARITO D

53 - (Simulado Geral. 2023. Outras) O defensor constituído do acusado foi pessoalmente intimado para praticar determinado ato processual no prazo de 5 dias no dia 06 de setembro de 2011, terça-feira. Dia 7 de setembro foi feriado nacional. Os dias 8 e 9 de setembro foram dias úteis. Dia 10 foi sábado e 11 foi domingo. O prazo processual terá início no dia

- A) 8 e vencimento no dia 12 de setembro.
- B) 6 e vencimento no dia 13 de setembro.
- C) 8 e vencimento no dia 13 de setembro.
- D) 7 e vencimento no dia 12 de setembro.
- E) 9 e vencimento no dia 13 de setembro.

Comentário

O prazo começa a correr da data da intimação:

Art. 798

§ 5o Salvo os casos expressos, os prazos correrão:

a) da intimação;

(...)

Contudo, não se computa no prazo o dia do começo, ou seja, não se computa o dia da intimação. Assim, devemos desconsiderar a terça-feira (06/09/2011) e começar a contar a partir do próximo dia útil, conforme dispõe a Súmula nº 310 do STF:

STF Súmula nº 310

Quando a intimação tiver lugar na sexta-feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia, o prazo judicial terá início na segunda-feira imediata, salvo se não houver expediente, caso em que começará no primeiro dia útil que se seguir.

No caso da nossa questão, começa a contar do dia 08/09/2011, já que dia 07 foi feriado nacional.

A partir do dia 08/09, conta-se cinco dias corridos. Só não vai contar o dia do vencimento, se este cair em sábado, domingo ou feriado.

Portanto, cinco dias contínuos seriam 8, 9, 10, 11 e 12 de setembro (dia útil e dia do vencimento).

Art. 798. Todos os prazos correrão em cartório e serão contínuos e peremptórios, não se interrompendo por férias, domingo ou dia feriado.

(...)

§ 3o O prazo que terminar em domingo ou dia feriado considerar-se-á prorrogado até o dia útil imediato.

GABARITO A

54 - (Simulado Geral. 2014. FGV) De acordo com a legislação penal vigente, são considerados crimes de menor potencial ofensivo aqueles:

- A) cuja pena máxima cominada seja igual ou inferior a 2 (dois) anos ou multa;
- B) que admitem suspensão condicional do processo;
- C) com pena mínima cominada igual ou inferior a 1 (um) ano;
- D) com pena mínima cominada igual ou inferior a 1(um) ano e pena máxima igual ou inferior a 2 (dois) anos ou multa;
- E) com pena máxima cominada igual ou inferior a 1 (um) ano ou multa.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do art. 61 da Lei 9.099/95:

Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa. (Redação dada pela Lei nº 11.313, de 2006)

Portanto, são considerados CRIMES de menor potencial ofensivo a que a lei comine PENA MÁXIMA não superior, ou seja, igual ou inferior a 2 anos.

GABARITO A

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

55 - (Simulado Geral. 2018. Outras) Dispõe o CPC que o juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exija a iniciativa da parte.

Esse enunciado compreende os princípios:

- A) da adstrição ou congruência e da persuasão racional.
- B) do impulso oficial e dispositivo.
- C) da adstrição ou congruência e dispositivo.
- D) da persuasão racional e do livre convencimento.
- E) do livre convencimento e da eventualidade.

Comentário

C) da adstrição ou congruência e dispositivo.

CORRETA. Vejamos:

Princípio da adstrição ou congruência: pelo princípio da congruência (também intitulado da adstrição ou da correlação), a sentença deve se limitar a enfrentar as questões suscitadas e discutidas pelas partes durante o processo.

Princípio dispositivo: a denominação princípio dispositivo é utilizada para indicar que a iniciativa das alegações e das provas compete às partes, já que o juiz é um sujeito imparcial e, portanto, não pode agir de ofício.

GABARITO C

56 - (Simulado Geral. 2022. Outras) Leonardo Tavares pretende ingressar com determinada demanda de Exoneração de Alimentos, tendo em vista que seu filho, João, alcançou a maioridade civil e exerce atividade laborativa na sociedade Comunicar Ltda., provendo, por si, os recursos para sua subsistência. Alega que diante da alteração da capacidade econômico financeira de João, inexistente o binômio da necessidade e possibilidade. Face ao exposto, acerca da competência territorial para o ajuizamento da referida demanda, a ação de Exoneração de Alimentos deverá ser ajuizada no foro:

- A) do domicílio do assistente.
- B) do domicílio do alimentando.
- C) do domicílio do alimentante.
- D) do domicílio do representante legal.
- E) do último domicílio do casal.

Comentário

Ações em que pedem ALIMENTOS	Foro de DOMICÍLIO ou RESIDÊNCIA do alimentando (art. 53, II)
Ações em que for RÉ PESSOA JURÍDICA	Foro do LUGAR ONDE ESTÁ A SEDE DA PJ (art. 53, III, a)
Ações quanto às OBRIGAÇÕES QUE A PESSOA JURÍDICA CONTRAIU	Foro do LUGAR ONDE SE ACHA AGÊNCIA OU SUCURSAL DA PJ (art. 53, III, b)
Ações em que for ré sociedade ou associação SEM PERSONALIDADE JURÍDICA	Foro do LUGAR ONDE EXERCER SUAS ATIVIDADES (art. 53, III, c)
Ações em que lhe exigir o CUMPRIMENTO	Foro do LUGAR ONDE A OBRIGAÇÃO DEVE SER SATISFEITA (art. 53, III, d)
Ações que versem sobre direito previsto no estatuto do IDOSO	Foro do LUGAR DA RESIDÊNCIA DO IDOSO (art. 53, III, e)
Ações de reparação de dano por ato praticado em razão de ofício NOTARIAL/REGISTRO	Foro do LUGAR DA SEDE DA SERVENTIA NOTARIAL OU DE REGISTRO (art. 53, III, f)
Ações em que o INCAPAZ FOR RÉU	Foro de DOMICÍLIO de seu REPRESENTANTE OU ASSISTENTE (art. 50)
Ações de REPARAÇÕES DE DANO	Foro do LUGAR DO ATO OU FATO (art. 53, IV, a)
Ações em que for réu administrador ou gestor de NEGÓCIOS ALHEIOS	Foro do LUGAR DO ATO OU FATO (art. 53, IV, b)
Ações de reparação de dano sofrido em razão de DELITO ou ACIDENTE DE VEÍCULOS, inclusive AERONAVES	Foro de DOMICÍLIO DO AUTOR ou do LOCAL DO FATO (art. 53V)
Ação em que o AUSENTE for réu	Foro de seu último domicílio, também competente para a arrecadação, o inventário, a partilha e o cumprimento de disposições testamentárias.

GABARITO B

57 - (Simulado Geral. Vunesp. Adaptada) As hipóteses de direito material para que se configure a desconsideração da personalidade jurídica encontram-se no ordenamento jurídico material, mas é o Código de Processo Civil de 2015 que versa sobre o procedimento para que seja o mesmo instaurado e julgado.

Em termos procedimentais, assinale a alternativa correta.

- A) É vedado formular pedido de desconsideração da personalidade jurídica em petição inicial de ação de conhecimento.
- B) O incidente será instaurado a pedido da parte interessada, tratando-se, portanto, de legitimidade ativa exclusiva.
- C) É vedada a realização de instrução probatória durante a tramitação do incidente.

D) O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, exceto no cumprimento de sentença.

E) As mesmas regras aplicáveis ao incidente de desconsideração da personalidade jurídica também se aplicam à desconsideração da personalidade jurídica inversa.

Comentário

A) É vedado formular pedido de desconsideração da personalidade jurídica em petição inicial de ação de conhecimento.

INCORRETA. Pode sim e, nesse caso, é dispensável a instauração do incidente:

Art. 134

(...)

§ 2º **Dispensa-se a instauração do incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.**

B) O incidente será instaurado a pedido da parte interessada, tratando-se, portanto, de legitimidade ativa exclusiva.

INCORRETA. Pode ser instaurado pela parte interessada ou pelo MP, quando lhe couber intervir no processo, ou seja, não se trata de legitimidade exclusiva, nos termos do art. 133:

Art. 133. **O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.**

C) É vedada a realização de instrução probatória durante a tramitação do incidente.

INCORRETA. Pois, instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias:

Art. 135. **Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.**

Se ele pode requerer provas é que é cabível a instrução probatória.

Instrução probatória: É a fase em que se realizam os atos processuais destinados à produção da prova, como a apresentação de documentos, a oitiva de testemunhas, a realização de perícias, etc.

D) O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, exceto no cumprimento de sentença.

INCORRETA. Também é cabível no cumprimento de sentença:

Art. 134. O incidente de desconconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

E) As mesmas regras aplicáveis ao incidente de desconconsideração da personalidade jurídica também se aplicam à desconconsideração inversa.

CORRETA. Nos termos do § 2º do art. 133:

Art. 133

(...)

§ 2º Aplica-se o disposto neste Capítulo à hipótese de desconconsideração inversa da personalidade jurídica.

Desconconsideração da personalidade jurídica tradicional: ocorre quando você move a ação contra a empresa e, diante da insolvência dela, pede a desconconsideração da personalidade para atingir os bens dos sócios.

Desconconsideração da personalidade jurídica inversa: você move a ação contra o sócio (pessoa física) e, diante da sua insolvência, pede a desconconsideração para alcançar os bens da empresa (pessoa jurídica).

GABARITO E

58 - (Simulado Geral. 2022. Outras) De acordo com o Código de Processo Civil, o oficial de justiça é civil e

- A) diretamente responsável quando praticar ato nulo, independentemente de dolo ou culpa.
- B) diretamente responsável quando, dolosamente, praticar ato nulo, e regressivamente quando o praticar com culpa.
- C) regressivamente responsável quando praticar ato nulo com dolo ou culpa.
- D) regressivamente responsável, quando, dolosamente, praticar ato nulo, mas não responde quando praticá-lo de maneira culposa.
- E) diretamente responsável quando praticar ato nulo com dolo ou culpa, mas não responde em caráter regressivo.

Comentário

Conforme dispõe o art. 155 do CPC, o oficial de justiça é civil e regressivamente responsável quando praticar ato nulo com dolo ou culpa e sem justo motivo, se recusarem a cumprir no prazo os atos impostos pela lei ou pelo juiz a que estão subordinados.

Art. 155. O escrivão, o chefe de secretaria e o oficial de justiça são responsáveis, **civil e regressivamente**, quando:

I - sem justo motivo, se recusarem a cumprir no prazo os atos impostos pela lei ou pelo juiz a que estão subordinados;

II - praticarem ato nulo com dolo ou culpa.

GABARITO C

59 - (Simulado Geral. 2022. Outras) Com relação às disposições do Código de Processo Civil, a respeito da gratuidade judiciária, é correto afirmar que

A) sua concessão afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

B) sua concessão afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.

C) deverá ser concedida sempre em relação a todos os atos processuais.

D) se presume verdadeira a alegação de insuficiência deduzida por pessoa natural ou jurídica.

E) conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

Comentário

A) sua concessão afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

INCORRETA. A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

Portanto, se ao final do processo o beneficiário sucumbente (perdeu a ação), a condenação a ele imposta de pagar despesas processuais e honorários de sucumbência ficará sob CONDIÇÃO SUSPENSIVA, ou seja, cabe ao credor comprovar nos 5 anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que o beneficiário da justiça gratuita não é mais insuficiente financeiro.

O credor tem o prazo de 5 anos. Depois desse período, a dívida será extinta e o beneficiário livre da obrigação.

Art. 98

§ 2º A concessão de gratuidade **não afasta** a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

§ 3º Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência **ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos**

subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

B) sua concessão afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.

INCORRETA. Não afasta, ou seja, se o beneficiário da justiça for condenado a pagar multa por litigância de má-fé, terá que pagar:

Art. 98

§ 4º A concessão de gratuidade **não afasta** o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.

C) deverá ser concedida sempre em relação a todos os atos processuais.

INCORRETA. Pois a gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento:

Art. 98

(...)

§ 5º A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

Lembrando que é possível até mesmo o parcelamento:

Art. 98

(...)

§ 6º Conforme o caso, **o juiz poderá conceder direito ao parcelamento** de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

D) se presume verdadeira a alegação de insuficiência deduzida por pessoa natural ~~ou jurídica~~.

INCORRETA. Presume-se verdadeira apenas em relação à pessoa natural:

Art. 99

(...)

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida **exclusivamente por pessoa natural**.

E) conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

CORRETA. Nos termos do art. 98, § 6º:

Art. 98

(...)

§ 6º Conforme o caso, **o juiz poderá conceder direito ao parcelamento** de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

GABARITO E

60 - (Simulado. 2023. Inéditas) No que se refere ao cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos, é correto afirmar que:

A) é expressamente vedada a prisão do executado que não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita pelo juiz.

B) No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 5 (cinco) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo.

C) Se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz, além de mandar protestar o pronunciamento judicial, decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.

D) A prisão do executado que não pagar a prestação alimentícia será cumprida em regime aberto, devendo o preso ficar separado dos presos comuns.

E) O cumprimento da pena exime o executado do pagamento das prestações vencidas e vincendas.

Comentário

A) é expressamente vedada a prisão do executado que não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita pelo juiz.

INCORRETA. Se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz, além de mandar protestar o pronunciamento judicial na forma do § 1º, decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses:

Art. 528

(...)

§ 3º Se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz, além de mandar protestar o pronunciamento judicial na forma do § 1º, **decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.**

B) No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em ~~5 (cinco) dias~~, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo.

INCORRETA. O prazo é de 3 dias:

Art. 528. No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em **3 (três) dias**, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo.

C) Se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz, além de mandar protestar o pronunciamento judicial, decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.

CORRETA. Nos termos do § 3º do art. 528:

Art. 528

(...)

§ 3º Se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz, além de mandar protestar o pronunciamento judicial na forma do § 1º, decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.

D) A prisão do executado que não pagar a prestação alimentícia será cumprida em regime aberto, devendo o preso ficar separado dos presos comuns.

INCORRETA. O regime é fechado:

Art. 528

(...)

§ 4º A prisão será cumprida em regime **fechado**, devendo o preso ficar separado dos presos comuns.

E) O cumprimento da pena exige o executado do pagamento das prestações vencidas e vincendas.

INCORRETA. Não exige:

Art. 528

(...)

§ 5º O cumprimento da pena não exige o executado do pagamento das prestações vencidas e vincendas.

GABARITO C

61 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) No que se refere aos recursos no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- A) O recurso inominado é uma espécie de recurso previsto nesse Código.
- B) Dos despachos cabe agravo de instrumento.
- C) Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.
- D) Cabe apelação contra a decisão interlocutória que versar sobre tutelas provisórias.
- E) As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, estarão cobertas pela preclusão, não podendo ser suscitadas em preliminar de apelação.

Comentário

A) O recurso inominado é uma espécie de recurso previsto nesse Código.

INCORRETA. Nos termos do art. 994, são cabíveis os seguintes recursos, dentre os quais não se encontra o recurso inominado:

Art. 994. São cabíveis os seguintes recursos:

- I - apelação;**
- II - agravo de instrumento;**
- III - agravo interno;**
- IV - embargos de declaração;**
- V - recurso ordinário;**
- VI - recurso especial;**
- VII - recurso extraordinário;**
- VIII - agravo em recurso especial ou extraordinário;**
- IX - embargos de divergência.**

B) Dos despachos cabe agravo de instrumento.

INCORRETA. Não cabe recurso contra despachos:

Art. 1.001. Dos despachos não cabe recurso.

C) Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.

CORRETA. Nos termos do § 5º do art. 1.003:

Art. 1.003

(...)

§ 5º Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.

D) Cabe apelação contra a decisão interlocutória que versar sobre tutelas provisórias.

INCORRETA. Contra tal decisão cabe agravo de instrumento:

Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:
I - tutelas provisórias;

E) As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, estarão cobertas pela preclusão, não podendo ser suscitadas em preliminar de apelação.

INCORRETA. As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões:

Art. 1.009

§ 1º As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.

GABARITO C

62 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, o oficial de justiça:

- A) procurará os ocupantes no local por uma vez, citando-se por edital os que não forem encontrados.
- B) procurará os ocupantes no local por duas vezes, citando-se por hora certa os que não foram encontrados.
- C) procurará os ocupantes no local por uma vez, citando-se por carta precatória os que não forem encontrados.

D) procurará os ocupantes no local por duas vezes, citando-se por carta postal os que não foram encontrados.

E) procurará os ocupantes no local por uma vez, citando-se por carta de ordem os que não forem encontrados.

Comentário

No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais.

E o CPC determina que o oficial de justiça procure os ocupantes no local por uma vez, citando-se por edital os que não forem encontrados:

Art. 554. A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados.

§ 1º No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública.

§ 2º Para fim da citação pessoal prevista no § 1º, o oficial de justiça procurará os ocupantes no local por uma vez, citando-se por edital os que não forem encontrados.

GABARITO A

63 - (Simulado Geral. 2003. Outras) Em processo de execução, quando o oficial de justiça não encontrar o devedor para efetuar a citação poderá:

- A) citar o cônjuge, ascendente ou descendente, desde que sejam maiores de idade.
- B) nomear bens do devedor à penhora.
- C) remir bens do devedor.
- D) arrestar bens do devedor.
- E) executar bens do devedor.

Comentário

De acordo com o art. 830 do CPC, e o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução:

Art. 830. Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução.

ATENÇÃO! Nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido.

Art. 830

§ 1º Nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido.

GABARITO D

64 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) A respeito da Lei nº 9.099/95, é correto afirmar que:

- A) Nas causas de valor até trinta salários-mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.
- B) É expressamente proibido que o mandato ao advogado seja verbal.
- C) O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, desde que haja vínculo empregatício.
- D) Não se fará a citação por edital.
- E) A citação far-se-á, sendo necessário, por oficial de justiça, desde que devidamente munido de mandado ou carta precatória.

Comentário

A) Nas causas de valor até trinta salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

INCORRETA. É até 20 salários-mínimos:

Art. 9º Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória

B) É expressamente proibido que o mandato ao advogado seja verbal.

INCORRETA. Em regra, pode ser verbal sim, salvo quando aos poderes especiais:

Art. 9º

(...)

§ 3º O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.

C) O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, desde que haja vínculo empregatício.

INCORRETA. Não precisa ter vínculo empregatício:

Art. 9º

(...)

§ 4º O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, **sem haver necessidade de vínculo empregatício.**

D) Não se fará a citação por edital.

CORRETA. Nos termos do § 2º do art. 18:

Art. 18

(...)

§ 2º **Não se fará citação por edital.**

E) A citação far-se-á, sendo necessário, por oficial de justiça, desde que devidamente munido de mandado ou carta precatória.

INCORRETA. Como na Lei nº 9.099/95 rege os princípios da simplicidade e da informalidade, a citação poderá ser feita por oficial de justiça INDEPENDENTEMENTE DE MANDADO OU CARTA PRECATÓRIA:

Art. 18. A citação far-se-á:

I - por correspondência, com aviso de recebimento em mão própria;

II - tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado;

III - **sendo necessário, por oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória.**

GABARITO D

DIREITO CIVIL

65 - (Simulado Geral. 2020. Vunesp) A Lei "X" foi oficialmente publicada no dia 03.01.2022 e não estabeleceu quando entraria em vigor. Todavia, em 04.02.2022, houve uma nova publicação do

seu texto destinada à correção. Considerando esses fatos, bem como o disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar que a Lei “X”

- A) e a parte corrigida entram em vigor 30 dias após a sua última publicação.
- B) entra em vigor 30 dias após a primeira publicação, mas a parte corrigida entra em vigor 30 dias após a nova publicação, por ser considerado lei nova.
- C) e a parte corrigida entram em vigor 45 dias após a nova publicação.
- D) entra em vigor 45 dias após a primeira publicação, mas a parte corrigida entra em vigor 45 dias após a nova publicação, por ser considerado lei nova.
- E) e a parte corrigida entram em vigor 60 dias após a nova publicação.

Comentário

Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada. Contudo, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo de 45 dias começará a correr da nova publicação:

Art. 1º Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

(...)

§ 3º Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.

ATENÇÃO! Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia **três meses** depois de oficialmente publicada.

GABARITO C

66 - (Simulado Geral. 2022. Outras) De acordo com o Código Civil, com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são

- A) irrenunciáveis, intransmissíveis e o seu exercício não pode sofrer limitação voluntária.
- B) transmissíveis, porém irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- C) irrenunciáveis, porém transmissíveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- D) transmissíveis, porém irrenunciáveis, e o seu exercício não pode sofrer limitação voluntária.
- E) irrenunciáveis, porém transmissíveis, e o seu exercício não pode sofrer limitação voluntária.

Comentário

Nos termos do art. 11 do Código civil, com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária:

Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

O Artigo 11 do Código Civil brasileiro estabelece princípios fundamentais relacionados aos direitos da personalidade. Vamos analisar as principais disposições deste artigo:

1º) Intransmissibilidade: Este artigo afirma que, em regra, os direitos da personalidade não podem ser transmitidos a terceiros. Isso significa que uma pessoa não pode transferir seus direitos da personalidade para outra pessoa, seja por venda, doação ou qualquer outro meio. Os direitos da personalidade são inerentes e exclusivos de cada indivíduo.

2º) Irrenunciabilidade: O artigo também estabelece que os direitos da personalidade são irrenunciáveis. Isso significa que uma pessoa não pode renunciar voluntariamente a esses direitos, mesmo que queira fazê-lo. Por exemplo, alguém não pode renunciar ao direito à integridade física, à honra, ou ao nome.

3º) Limitação Voluntária: Além disso, o artigo proíbe que o exercício dos direitos da personalidade sofra limitação voluntária por parte do próprio indivíduo. Isso significa que uma pessoa não pode voluntariamente abrir mão ou restringir o exercício de seus direitos da personalidade, mesmo que queira fazê-lo. Essa proibição visa proteger a dignidade e a autonomia das pessoas.

Vale ressaltar que o próprio Código Civil estabelece algumas exceções a essas regras gerais, como nos casos previstos em lei. Por exemplo, em situações excepcionais, a lei pode permitir a transmissão de certos direitos da personalidade, como o direito de imagem em contratos de cessão ou licenciamento. No entanto, essas exceções são limitadas e devem ser analisadas caso a caso.

GABARITO A

67 - (Simulado Geral. 2022. Outras) Acerca do domicílio no Código Civil,

A) caso a pessoa jurídica possua diversos estabelecimentos em lugares diferentes, será considerado domicílio apenas a sede de sua diretoria ou administração.

B) o servidor público possui domicílio necessário, no lugar em que exerce permanentemente suas funções.

C) é vedada a eleição de domicílio por contrato escrito entre as partes.

D) será considerado domicílio necessário do curatelado aquele no qual o juízo decretou a interdição.

E) o preso deve estar domiciliado no local em que cometeu o último crime.

Comentário

A) caso a pessoa jurídica possua diversos estabelecimentos em lugares diferentes, será considerado domicílio ~~apenas a sede de sua diretoria ou administração.~~

INCORRETA. Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados:

Art. 75

(...)

§ 1º Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, **cada um deles será considerado domicílio** para os atos nele praticados.

B) o servidor público possui domicílio necessário, no lugar em que exerce permanentemente suas funções.

CORRETA. Nos termos do art. 76:

Art. 76. Têm domicílio necessário o incapaz, **o servidor público**, o militar, o marítimo e o preso.

Parágrafo único. O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; **o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções**; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; o do marítimo, onde o navio estiver matriculado; e o do preso, o lugar em que cumprir a sentença.

C) é vedada a eleição de domicílio por contrato escrito entre as partes.

INCORRETA. É possível sim:

Art. 78. Nos contratos escritos, **poderão** os contratantes **especificar domicílio** onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.

D) será considerado domicílio necessário do curatelado aquele no qual o juízo decretou a interdição.

INCORRETA. Será considerado domicílio necessário do curatelado o do seu representante ou assistente, nos termos do art. 76:

Art. 76.

(...)

Parágrafo único. **O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente**; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; o do marítimo, onde o navio estiver matriculado; e o do preso, o lugar em que cumprir a sentença.

E) o preso deve estar domiciliado no local em que cometeu o último crime.

INCORRETA. O preso também tem domicílio necessário, qual seja, o lugar em que cumprir a sentença.

Art. 76. Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.

Parágrafo único. O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; o do marítimo, onde o navio estiver matriculado; e o do preso, o lugar em que cumprir a sentença.

GABARITO B

68 - (Simulado Geral. 2019. Vunesp) Gustavo e Henrique celebraram compromisso particular de venda e compra de um imóvel, em fevereiro de 2019. Ajustaram, no entanto, que no instrumento contratual referente ao compromisso constaria outra data: maio de 2018. Isso porque Gustavo pretendia apresentar o documento para um credor seu, justificando que já havia se comprometido a alienar o imóvel. De acordo com o Código Civil de 2002, é correto afirmar que o negócio jurídico

- A) é anulável, em razão da simulação existente.
- B) é nulo, em razão do dolo existente.
- C) é anulável, pois o motivo determinante, comum a ambas as partes, foi ilícito.
- D) é nulo, em razão da simulação existente.
- E) é anulável, em razão do dolo existente.

Comentário

O caso narrado na questão é um clássico exemplo de SIMULAÇÃO:

Art. 167. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

§ 1º Haverá simulação nos negócios jurídicos quando:

I - aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem;

II - contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira;

III - os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados.

§ 2º Ressalvam-se os direitos de terceiros de boa-fé em face dos contraentes do negócio jurídico simulado.

Conforme explica Carlos Roberto Gonçalves:

Simulação é uma declaração falsa da vontade, visando aparentar negócio diverso do efetivamente desejado. Ou, na definição de Clóvis, “é uma declaração enganosa da vontade, visando produzir efeito diverso do ostensivamente indicado”⁶⁰⁹.

Simular significa, pois, fingir, enganar. Negócio simulado, assim, é o que tem aparência contrária à realidade. A simulação é produto de um conluio entre os contratantes, visando obter efeito diverso daquele que o negócio aparenta conferir. Não é vício do consentimento, pois não atinge a vontade em sua formação. É uma desconformidade consciente da declaração, realizada de comum acordo com a pessoa a quem se destina, com o objetivo de enganar terceiros ou fraudar a lei.

A simulação apresenta as seguintes características:

1) É, em regra, negócio jurídico bilateral, sendo os contratos o seu campo natural. Resulta do acordo entre duas partes, para lesar terceiro ou fraudar a lei. Todavia, pode ocorrer também, embora a hipótese seja rara, nos negócios unilaterais, desde que se verifique ajuste simulatório entre o declarante e a pessoa que suporta os efeitos do negócio, como destinatária da declaração. De modo geral, podem ser objeto de simulação todos os negócios jurídicos bilaterais e unilaterais em que exista declaração receptícia de vontade, isto é, a que se dirige a determinadas pessoas, produzindo efeitos a partir de sua ciência⁶¹¹.

2) É sempre acordada com a outra parte ou com as pessoas a quem ela se destina. Difere do dolo, porque neste a vítima participa da avença, sendo, porém, induzida em erro. Na simulação, a vítima lhe é estranha. É chamada de vício social, como foi dito, porque objetiva iludir terceiros ou violar a lei.

3) É uma declaração deliberadamente desconforme com a intenção. As partes maliciosamente disfarçam seu pensamento, apresentado sob aparência ir-real ou fictícia.

4) É realizada com o intuito de enganar terceiros ou fraudar a lei.

Fonte: Gonçalves, Carlos, R. e Pedro Lenza. Direito Civil: Parte Geral, Obrigações, Contratos (Parte Geral). v.1. (Coleção Esquemático®). Disponível em: Minha Biblioteca, (13th edição). Editora Saraiva, 2023.

ATENÇÃO MASTER! É NULO O NEGÓCIO JURÍDICO SIMULADO!!!

Assim, temos o seguinte panorama:

ERRO	ANULÁVEL
DOLO	ANULÁVEL
COAÇÃO	ANULÁVEL
LESÃO	ANULÁVEL
ESTADO DE PERIGO	ANULÁVEL
FRAUDE CONTRA CREDITORES	ANULÁVEL
SIMULAÇÃO	NULO

GABARITO D

69 - (Simulado Geral. 2022. Outras) Letícia tem 17 anos de idade e sofre de enfermidade mental que a impossibilita, de modo permanente, de exprimir sua vontade. Fernando, por sua vez, possui 21 anos de idade e, por conta de deficiência mental, tem o discernimento reduzido.

De acordo com a atual redação do Código Civil,

- A) Letícia é relativamente incapaz, ao passo que Fernando não incorre em hipótese de incapacidade, absoluta ou relativa.
- B) Letícia e Fernando são relativamente incapazes.
- C) Letícia e Fernando são absolutamente incapazes.
- D) nem Letícia, nem Fernando incorrem em hipótese de incapacidade, absoluta ou relativa.
- E) Letícia é relativamente incapaz, mas deixará de sê-lo ao completar 18 anos, ao passo que Fernando é absolutamente incapaz.

Comentário

Letícia é relativamente incapaz, pois é maior de 16 anos, mas menor do que 18:

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico;

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

IV - os pródigos.

Parágrafo único. A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial.

Por outro lado, Fernando não incorre em hipótese de incapacidade, absoluta ou relativa, haja vista que, com as alterações promovidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), essa condição não mais figura como hipótese legal de incapacidade civil.

GABARITO A

70 - (Simulado Geral. 2016. Vunesp) São pessoas jurídicas de direito privado interno:

- A) as associações estudantis, os partidos políticos, as organizações internacionais e as fundações públicas.
- B) as organizações religiosas, as associações públicas, as sociedades empresárias e as autarquias.
- C) as associações, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos.
- D) as associações, os consórcios públicos, as organizações religiosas e as sociedades.

E) as empresas públicas, as sociedades de economia mista, as organizações religiosas e as fundações autárquicas.

Comentário

DAS PESSOAS JURÍDICAS		
PJ DE DIREITO PÚBLICO INTERNO	PJ DE DIREITO PÚBLICO EXTERNO	PJ DE DIREITO PRIVADO
União	Estados estrangeiros	Associações
Estados, DF e os Territórios	E todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público	Sociedades
Municípios		Fundações
Autarquias, inclusive associações públicas		Organizações Religiosas
Demais entidades de caráter público criadas por lei		Partidos políticos

GABARITO C

71 - (Simulado Geral. 2023. Outras) São considerados bens fungíveis

- A) os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- B) os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.
- C) os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.
- D) os que, embora reunidos, se consideram de per si, independentemente dos demais.
- E) aqueles que existem sobre si, abstrata ou concretamente.

Comentário

São considerados bens fungíveis os **MÓVEIS** que podem **SUBSTITUIR-SE** por outros da **MESMA ESPÉCIE, QUALIDADE E QUANTIDADE**:

Art. 85. São fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

GABARITO A

72 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) Sobre o penhor legal, é correto afirmar que:

- A) É vedado ao locatário impedir a constituição do penhor mediante caução idônea.
- B) Tomado o penhor, é dispensado ao credor requerer a sua homologação judicial.
- C) São credores pignoratícios, desde que haja convenção, o dono do prédio rústico ou urbano, sobre os bens móveis que o rendeiro ou inquilino tiver garantindo o mesmo prédio, pelos aluguéis ou rendas.
- D) Os credores pignoratícios podem fazer efetivo o penhor, antes de recorrerem à autoridade judiciária, sempre que haja perigo na demora, dando aos devedores comprovante dos bens de que se apossarem.
- E) Os credores pignoratícios não podem tomar em garantia um ou mais objetos, ainda que até o valor da dívida.

Comentário

A) É vedado ao locatário impedir a constituição do penhor mediante caução idônea.

INCORRETA. É permitido:

Art. 1.472. **Pode o locatário impedir a constituição do penhor mediante caução idônea.**

B) Tomado o penhor, é dispensado ao credor requerer a sua homologação judicial.

INCORRETA. O credor deve requerer a homologação judicial:

Art. 1.471. Tomado o penhor, requererá o credor, ato contínuo, a sua homologação judicial.

C) São credores pignoratícios, desde que haja convenção, o dono do prédio rústico ou urbano, sobre os bens móveis que o rendeiro ou inquilino tiver garantindo o mesmo prédio, pelos aluguéis ou rendas.

INCORRETA. Independe de convenção:

Art. 1.467. São credores pignoratícios, **independentemente de convenção:**

I - os hospedeiros, ou fornecedores de pousada ou alimento, sobre as bagagens, móveis, jóias ou dinheiro que os seus consumidores ou fregueses tiverem consigo nas respectivas casas ou estabelecimentos, pelas despesas ou consumo que aí tiverem feito;

II - o dono do prédio rústico ou urbano, sobre os bens móveis que o rendeiro ou inquilino tiver garantindo o mesmo prédio, pelos aluguéis ou rendas.

Credores pignoratícios são aqueles que possuem direitos de penhor sobre bens móveis como garantia para o cumprimento de uma dívida ou obrigação.

O código civil, no seu art. 1.467, estabelece quem são os credores pignoratícios:

I - os hospedeiros, ou fornecedores de pousada ou alimento, sobre as bagagens, móveis, jóias ou dinheiro que os seus consumidores ou fregueses tiverem consigo nas respectivas casas ou estabelecimentos, pelas despesas ou consumo que aí tiverem feito;

Isso significa que hospedeiros ou fornecedores de pousada ou alimento têm o direito legal de reter ou adquirir um penhor sobre as bagagens, móveis, joias ou dinheiro que os consumidores ou hóspedes tiverem consigo nas instalações dos estabelecimentos. Isso é permitido como forma de garantia para o pagamento das despesas ou consumo que essas pessoas realizaram nos estabelecimentos.

Essa disposição legal pode ter por objetivo garantir o pagamento das despesas incorridas pelos consumidores ou fregueses durante a sua estadia ou consumo. Os hospedeiros ou fornecedores podem reter ou adquirir um direito sobre esses bens móveis como forma de garantir que as dívidas relacionadas a serviços prestados sejam pagas.

II - o dono do prédio rústico ou urbano, sobre os bens móveis que o rendeiro ou inquilino tiver guardando o mesmo prédio, pelos aluguéis ou rendas.

Nesse caso, o proprietário de um imóvel rústico ou urbano tem o direito de penhorar os bens móveis que o arrendatário ou inquilino mantiver no mesmo imóvel como garantia pelo pagamento de aluguéis ou rendas devidas.

D) Os credores pignoratícios podem fazer efetivo o penhor, antes de recorrerem à autoridade judiciária, sempre que haja perigo na demora, dando aos devedores comprovante dos bens de que se apossarem.

CORRETA. Nos termos do art. 1.470:

Art. 1.470. Os credores, compreendidos no art. 1.467, podem fazer efetivo o penhor, antes de recorrerem à autoridade judiciária, sempre que haja perigo na demora, dando aos devedores comprovante dos bens de que se apossarem.

E) Os credores pignoratícios não podem tomar em garantia um ou mais objetos, ainda que até o valor da dívida.

INCORRETA. Podem sim:

Art. 1.469. Em cada um dos casos do art. 1.467, o credor poderá tomar em garantia um ou mais objetos até o valor da dívida.

GABARITO D

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

73 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) No que diz respeito às disposições legais previstas na Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830/1980), é correto afirmar que:

A) Excepcionalmente, a penhora poderá recair sobre estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, bem como em plantações ou edifícios em construção.

- B) O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para citação, mas não para penhora.
- C) O executado será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
- D) O executado ausente do País será citado por carta rogatória, com prazo de 60 (sessenta) dias.
- E) O despacho do juiz, que ordenar a citação, não interrompe a prescrição.

Comentário

A) Excepcionalmente, a penhora poderá recair sobre estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, bem como em plantações ou edifícios em construção.

CORRETA. Nos termos do § 1º do art. 11:

Art. 11

(...)

§ 1º - Excepcionalmente, a penhora poderá recair sobre estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, bem como em plantações ou edifícios em construção.

B) O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para citação, ~~mas não para penhora~~

INCORRETA. O despacho do juiz que defere a inicial também importa em ordem de penhora, se não for paga a dívida, nem garantida a execução, por meio de depósito, fiança ou seguro garantia:

Art. 7º - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para:

I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º;

II - **penhora, se não for paga a dívida, nem garantida a execução, por meio de depósito, fiança ou seguro garantia;** (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014)

III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar;

IV - registro da penhora ou do arresto, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas, observado o disposto no artigo 14; e

V - avaliação dos bens penhorados ou arrestados.

C) O executado será citado para, no prazo de ~~10 (dez) dias~~, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.

INCORRETA. O prazo é de 5 dias:

Art. 8º - O executado será **citado** para, no prazo de **5 (cinco) dias**, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas:

D) O executado ausente do País será citado por carta rogatória, com prazo de 60 (sessenta) dias.

INCORRETA. Será citado por edital:

Art. 8º

(...)

§ 1º - O executado ausente do País será citado por edital, com prazo de 60 (sessenta) dias.

E) O despacho do juiz, que ordenar a citação, não interrompe a prescrição.

INCORRETA. Interrompe sim>

Art. 8º

(...)

§ 2º - O despacho do Juiz, que ordenar a citação, interrompe a prescrição.

GABARITO A

74 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) A respeito da Resolução nº 354/2020 do CNJ, analise as seguintes assertivas:

I. Esta Resolução regulamenta a realização de audiências e sessões por videoconferência e telepresenciais e a comunicação de atos processuais por meio eletrônico nas unidades jurisdicionais de primeira e segunda instâncias da Justiça dos Estados, Federal, Trabalhista, Militar e Eleitoral, bem como nos Tribunais Superiores, inclusive do Supremo Tribunal Federal.

II. Salvo ocultação, é permitido o cumprimento eletrônico de atos processuais por meio de mensagens públicas.

III. Aquele que requerer a citação ou intimação deverá fornecer, além dos dados de qualificação, os dados necessários para comunicação eletrônica por aplicativos de mensagens, redes sociais e correspondência eletrônica (email), salvo impossibilidade de fazê-lo.

Está correto o que se afirma em

A) I e II, apenas.

B) I e III, apenas.

C) II e III, apenas.

D) III, apenas.

E) I, II e III.

Comentário

I. Esta Resolução regulamenta a realização de audiências e sessões por videoconferência e telepresenciais e a comunicação de atos processuais por meio eletrônico nas unidades jurisdicionais de primeira e segunda instâncias da Justiça dos Estados, Federal, Trabalhista, Militar e Eleitoral, bem como nos Tribunais Superiores, inclusive do Supremo Tribunal Federal.

INCORRETA.

Art. 1º Esta Resolução regulamenta a realização de audiências e sessões por videoconferência e telepresenciais e a comunicação de atos processuais por meio eletrônico nas unidades jurisdicionais de primeira e segunda instâncias da Justiça dos Estados, Federal, Trabalhista, Militar e Eleitoral, bem como nos Tribunais Superiores, **à exceção** do Supremo Tribunal Federal.

II. Salvo ocultação, é ~~permitido~~ o cumprimento eletrônico de atos processuais por meio de mensagens públicas.

INCORRETA.

Art. 10

(...)

§ 2º Salvo ocultação, é **vedado** o cumprimento eletrônico de atos processuais por meio de mensagens públicas.

III. Aquele que requerer a citação ou intimação deverá fornecer, além dos dados de qualificação, os dados necessários para comunicação eletrônica por aplicativos de mensagens, redes sociais e correspondência eletrônica (email), salvo impossibilidade de fazê-lo.

CORRETA.

Art. 9º

(...)

Parágrafo único. Aquele que requerer a citação ou intimação deverá fornecer, além dos dados de qualificação, os dados necessários para comunicação eletrônica por aplicativos de mensagens, redes sociais e correspondência eletrônica (email), salvo impossibilidade de fazê-lo.

GABARITO D

75 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) De acordo com a Lei n. 11.608/03, aponte a alternativa que represente o montante da taxa judiciária recolhida que é destinada ao custeio das diligências dos Oficiais de Justiça:

- A) 15%.
- B) 5%.
- C) 10%.
- D) 3%.
- E) 30%.

Comentário

Artigo 9º - O montante da taxa judiciária arrecadada terá a seguinte destinação:

I - 10% (dez por cento) para custeio das diligências dos Oficiais de Justiça, indicadas no inciso IX do parágrafo único do artigo 2º desta lei;

II - 30% (trinta por cento) para custeio das despesas com pessoal no âmbito do Tribunal de Justiça;

III - 60% (sessenta por cento) ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça, instituído pela Lei nº 8.876, de 2 de setembro de 1994. (NR) - artigo 9º com a redação dada pela Lei nº 17.288, de 31/08/2020.

GABARITO C

76 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) A respeito do cumprimento e distribuição dos mandados, analise os itens abaixo e responda.

- I. É vedado o cumprimento do mandado por mais de um Oficial de Justiça.
- II. As diligências praticadas em cumprimento de mandados da Justiça Eleitoral serão reembolsadas pelo Tribunal Regional Eleitoral, não podendo ser incluídas nos mapas mensais de ressarcimento de diligências gratuitas da Justiça Estadual.
- III. Se constatar irregularidades, o oficial de justiça devolverá o mandado em vinte e quatro horas. Depois desse prazo, salvo irregularidade insanável, não poderá o oficial devolver o mandado sem o devido cumprimento.

Está correto o que se afirma em

- A) I e II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I e III, apenas.

D) III, apenas.

E) I, II e III.

Comentário

I. É vedado o cumprimento do mandado por mais de um Oficial de Justiça.

INCORRETA. É permitido.

Art. 1.075:

(...)

§ 2.º **Se necessários dois ou mais oficiais de justiça para cumprimento da ordem judicial considerada complexa ou perigosa**, o sorteado poderá solicitar que o outro oficial seja designado pelo responsável pela SADM, que o fará preferencialmente com oficial do mesmo setor. **Neste caso, todos serão ressarcidos frente ao ato ou atos realizados.**

II. As diligências praticadas em cumprimento de mandados da Justiça Eleitoral serão reembolsadas pelo Tribunal Regional Eleitoral, não podendo ser incluídas nos mapas mensais de ressarcimento de diligências gratuitas da Justiça Estadual.

CORRETA.

Art. 1.078. As diligências praticadas em cumprimento de mandados da Justiça Eleitoral serão reembolsadas pelo Tribunal Regional Eleitoral, não podendo ser incluídas nos mapas mensais de ressarcimento de diligências gratuitas da Justiça Estadual (Comunicado CG nº 753/2009).

III. Se constatar irregularidades, o oficial de justiça devolverá o mandado em vinte e quatro horas. Depois desse prazo, salvo irregularidade insanável, não poderá o oficial devolver o mandado sem o devido cumprimento.

CORRETA.

Art. 1.075

(...)

§ 1º **Se constatar irregularidades, o oficial de justiça devolverá o mandado em vinte e quatro horas. Depois desse prazo, salvo irregularidade insanável, não poderá o oficial devolver o mandado sem o devido cumprimento.**

Portanto:

1º) Constatar Irregularidade na Carga: Se o oficial de justiça perceber alguma irregularidade com o mandado que recebeu, como informações incorretas, falta de documentos necessários ou qualquer outra questão que o impeça de cumprir o mandado corretamente, ele deve devolvê-

lo dentro de um prazo de vinte e quatro horas. Isso significa que ele deve notificar o tribunal ou a autoridade competente sobre a irregularidade encontrada no mandado.

2º) Prazo de Vinte e Quatro Horas: O oficial de justiça tem um período de vinte e quatro horas a partir do momento em que recebe o mandado para identificar e relatar qualquer irregularidade. Durante esse período, ele pode devolver o mandado sem realizar o cumprimento se encontrar uma irregularidade que não possa ser resolvida facilmente.

3º) Salvo Irregularidade Insanável: Após o prazo de vinte e quatro horas, o oficial de justiça só pode devolver o mandado sem cumprimento se a irregularidade for considerada "insanável". Isso significa que a irregularidade é tão séria ou fundamental que não pode ser corrigida ou contornada de maneira razoável. Em casos de irregularidades consideradas insanáveis, o oficial de justiça pode devolver o mandado ao tribunal sem executá-lo.

GABARITO B

77 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) Em regra, inexistindo prazo expressamente determinado na ordem judicial, os mandados serão cumpridos dentro de

- A) 15 (quinze) dias.
- B) 30 (trinta) dias.
- C) 05 (cinco) dias.
- D) 10 (dez) dias.
- E) 45 (quarenta e cinco) dias.

Comentário

Art. 995

(...)

§ 2º Inexistindo prazo expressamente determinado na ordem judicial, os mandados serão cumpridos dentro de 45 (quarenta e cinco) dias, ressalvado prazo menor genérico por determinação pelo Juiz Corregedor Permanente da SADM ou, onde não houver, do Ofício Judicial.

GABARITO E

78 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) A respeito dos Oficiais de Justiça, é correto afirmar que

A) A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, facultativa em todas as diligências.

B) Quando o interessado oferecer meios para o cumprimento do mandado, deverá desde logo especificá-los, indicando dia, hora e local em que estarão à disposição, não havendo nesta hipótese depósito para tais diligências.

C) Os mandados serão retirados pelo oficial de justiça mensalmente ou sempre que registrar a presença, caso a periodicidade seja diversa, mediante carga.

D) O oficial de justiça, ao efetuar qualquer ato de cientificação, como citação, intimação ou notificação, no caso de o cientificado não exarar sua nota do ciente, deverá certificar pormenorizadamente tal ocorrência no mandado, dispensada a descrição de quem se recusou.

E) Os oficiais de justiça não receberão mandados nos 30 (trinta) dias antecedentes às suas férias marcadas na escala e ao gozo de licença prêmio e horas credoras (nas duas hipóteses pelo período ininterrupto equivalente ao bloco mínimo permitido para o gozo de férias); nesse prazo cumprirão os mandados anteriormente recebidos, e só poderão entrar em férias ou em gozo de licença prêmio e horas credoras sem nenhum mandado em mãos, vedada a baixa para redistribuição.

Comentário

A) A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, facultativa em todas as diligências.

INCORRETA.

Art. 999. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências.

B) Quando o interessado oferecer meios para o cumprimento do mandado, deverá desde logo especificá-los, indicando dia, hora e local em que estarão à disposição, não havendo nesta hipótese depósito para tais diligências.

CORRETA.

Art. 998

(...)

§ 2º Quando o interessado oferecer meios para o cumprimento do mandado, deverá desde logo especificá-los, indicando dia, hora e local em que estarão à disposição, não havendo nesta hipótese depósito para tais diligências.

C) Os mandados serão retirados pelo oficial de justiça mensalmente ou sempre que registrar a presença, caso a periodicidade seja diversa, mediante carga.

INCORRETA.

Art. 995.

(...)

§ 1º Os mandados serão retirados pelo oficial de justiça **diariamente** ou sempre que registrar a presença, caso a periodicidade seja diversa, mediante carga.

D) O oficial de justiça, ao efetuar qualquer ato de cientificação, como citação, intimação ou notificação, no caso de o cientificado não exarar sua nota do ciente, deverá certificar pormenorizadamente tal ocorrência no mandado, ~~dispensada~~ a descrição de quem se recusou.

INCORRETA.

Art. 1.000. O oficial de justiça, ao efetuar qualquer ato de cientificação, como citação, intimação ou notificação, no caso de o cientificado não exarar sua nota do ciente, deverá certificar pormenorizadamente tal ocorrência no mandado, **incluída** a descrição física sucinta de quem se recusou.

E) Os oficiais de justiça não receberão mandados nos ~~30 (trinta) dias~~ antecedentes às suas férias marcadas na escala e ao gozo de licença prêmio e horas credoras (nas duas hipóteses pelo período ininterrupto equivalente ao bloco mínimo permitido para o gozo de férias); nesse prazo cumprirão os mandados anteriormente recebidos, e só poderão entrar em férias ou em gozo de licença prêmio e horas credoras sem nenhum mandado em mãos, vedada a baixa para redistribuição.

INCORRETA.

Art. 996. Antes de entrar em gozo de licença ou qualquer outro afastamento, o oficial de justiça devolverá todos os mandados em seu poder, observados os §§ 1º e 2º deste artigo. 3

§ 1º Os oficiais de justiça não receberão mandados nos **15 (quinze) dias** antecedentes às suas férias marcadas na escala e ao gozo de licença prêmio e horas credoras (nas duas hipóteses pelo período ininterrupto equivalente ao bloco mínimo permitido para o gozo de férias); nesse prazo cumprirão os mandados anteriormente recebidos, e só poderão entrar em férias ou em gozo de licença prêmio e horas credoras sem nenhum mandado em mãos, vedada a baixa para redistribuição.

GABARITO B

INFORMÁTICA

79 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) No Windows 10, a Barra de Tarefas serve diretamente, dentre outras finalidades, para

A) desinstalar aplicativos.

- B) desligar/suspender o computador.
- C) fixar/abrir aplicativos frequentemente utilizados.
- D) gerenciar as contas (login) dos usuários do Windows.
- E) instalar aplicativos.

Comentário

A barra de tarefas é o espaço que normalmente está localizado na parte inferior da tela e permite acesso direto aos aplicativos ou programas que estão sendo executado no seu computador.

Na barra de tarefas do Windows é onde está o menu Iniciar, com o qual você pode acessar todos os programas no seu dispositivo e também a Cortana, que é a assistente virtual e buscador deste sistema operacional. Além disso, é onde conseguimos ter acesso direto a certos programas ou aplicativos que estão sendo usados. No lado direito, você encontrará informações como o status da bateria, conexão à Internet, a hora e o acesso ao painel de notificação.



Através desta barra não é possível instalar nem desinstalar aplicativos, nem desligar ou suspender o computador e nem gerenciar contas de usuários. Tais tarefas são feitas pelo menu iniciar.

Assim, No Windows 10, a Barra de Tarefas serve diretamente, dentre outras finalidades, para fixar/abrir aplicativos frequentemente utilizados.

GABARITO C

80 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Assinale a opção que indica o atalho de teclado usado para alternar as janelas abertas em um computador com Windows instalado.

- A) Crlt + P
- B) Crlt + F11
- C) Alt + Tab
- D) Crtl + Alt + Del
- E) Crtl + Shift + Enter

Comentário

O atalho para alternar entre os aplicativos aberto é ALT+TAB.

Lembre-se que Ctrl + Alt + Del é para bloquear o computador, alterar senha, acessar o gerenciador de tarefas, sair ou trocar o usuário.

O restante das alternativas não há definição de ação para a combinação de teclas.

GABARITO C

81 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) No contexto do MS Word 2010, uma quebra de seção, acionada por meio da opção Quebras na guia Layout da Página, requer a escolha de um dos quatro modos distintos disponíveis.

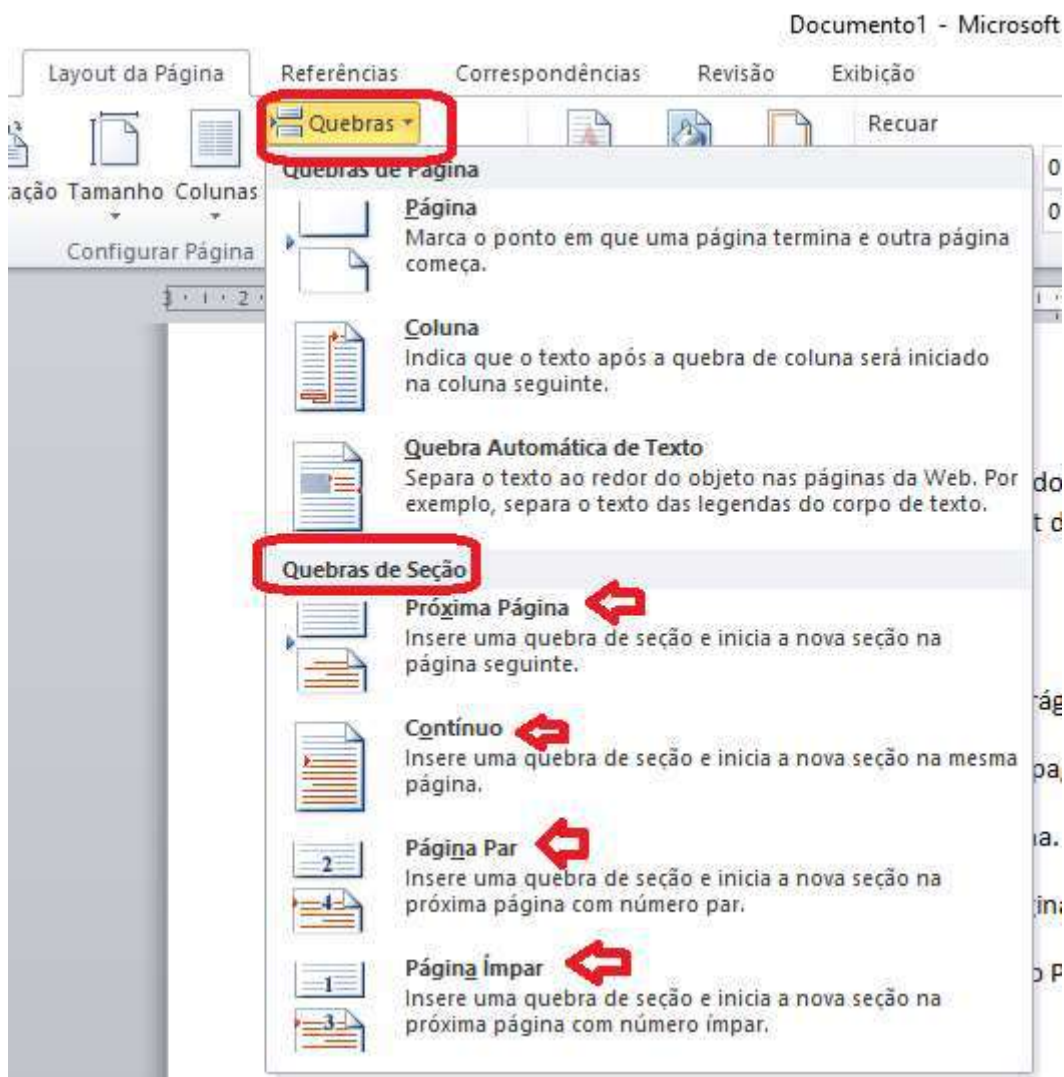
Assinale a lista que contém esses modos.

- A) Colunado, Contínuo, Próxima Coluna, Próximo Parágrafo.
- B) Colunado, Próxima Página, Próximo Parágrafo, Repaginação.
- C) Contínuo, Página Ímpar, Página Par, Próxima Página.
- D) Contínuo, Próxima Coluna, Próxima Página, Repaginação.
- E) Página Ímpar, Página Par, Próxima Coluna, Próximo Parágrafo.

Comentário

C) Contínuo, Página Ímpar, Página Par, Próxima Página.

CORRETA.



GABARITO C

82 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) No Word 2010, é possível trabalhar com diferentes Modos de Exibição de Documento.

Assinale a lista completa oferecida na guia Exibição.

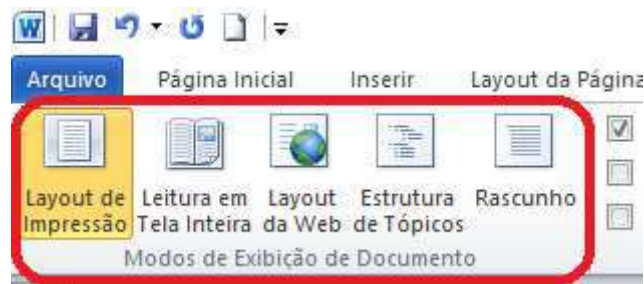
- A) Estrutura de Tópicos, Layout da Web, Layout de Impressão, Leitura em Tela Inteira.
- B) Estrutura de Tópicos, Layout da Web, Layout de Impressão, Leitura em Tela Inteira, Rascunho.
- C) Estrutura de Tópicos, Layout da Web, Layout de Impressão, Nova Janela.
- D) Estrutura de Tópicos, Layout de Impressão, Leitura em Tela Inteira, Rascunho.
- E) Layout da Web, Layout de Impressão, Leitura em Tela Inteira, Rascunho.

Comentário

B) Estrutura de Tópicos, Layout da Web, Layout de Impressão, Leitura em Tela Inteira, Rascunho.

CORRETA. Os modos de exibição disponíveis na guia Exibição do Word 2010 são:

- Estrutura de Tópicos,
- Layout da Web,
- Layout de Impressão,
- Leitura em Tela Inteira e
- Rascunho



GABARITO B

83 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) A planilha, exibida a seguir, foi elaborada por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão.

	A	B
1	FALSO	1
2	1	B
3	1	0
4	B	#
5		

Assinale a alternativa que indica o valor exibido na célula A5, após esta ser preenchida com a seguinte fórmula:

=SOMA(A1:B4)

- A) ERRO
- B) FALSO
- C) 0
- D) 1
- E) 3

Comentário

A função SOMA é uma das funções mais comuns em planilhas eletrônicas, usada para somar valores. Ela permite somar valores individuais, referências de células ou intervalos, ou até mesmo uma combinação desses elementos.

NUNCA SE ESQUEÇA: Os intervalos entre células podem ser definidos através do uso de dois pontos (" : "), que significa "até". Para que sejam consideradas células de forma individual, é usado o caractere ponto e vírgula (" ; ") que significa "e".

E TENHA ESSE CUIDADO: Quando há células não numéricas no intervalo a ser somado, elas são ignoradas pela função SOMA.

Portanto, no caso da nossa questão, a fórmula =SOMA(A1:B4) corresponde a:

$$= B1 + A2 + A3 + B3 = 1 + 1 + 1 + 0 = 3.$$

GABARITO E

84 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Um psicólogo, por meio do MS-Outlook 2016, em sua configuração padrão, deseja enviar um laudo anexado a uma mensagem de correio eletrônico para 2 destinatários. Ambos os destinatários devem ter ciência de que o anexo foi enviado para os dois. Se o primeiro destinatário for adicionado no campo Para, o segundo destinatário pode estar no campo

- A) De.
- B) Cco.
- C) Cc.
- D) Anexo.
- E) Assunto.

Comentário

	Para	Cc	Cco
Quando é usado	Para enviar ao destinatário original.	Enviado para algum interessado, mas que não é o destinatário principal.	Para enviar para algum interessado, mas quando você não quer que as pessoas vejam quem mais recebeu.
Quem vê os destinatários	Todos que recebem esse e-mail conseguem ver quem mais o recebeu.	Todos conseguem ver.	Os destinatários não conseguem ver o endereço de quem mais recebeu uma cópia oculta.
Em inglês	To.	Vem do termo em inglês "carbon copy" ou "courtesy copy".	No inglês é usado o termo bcc: "blind carbon copy".

Como a questão nos disse que ambos os destinatários dever ter ciência de que o anexo foi enviado para os dois, então o segundo destinatário pode estar no campo Cc (com cópia).

Ele não poderia estar no campo Cco (com cópia oculta), pois, nesse caso, o primeiro destinatário não saberia que o segundo destinatário também recebeu o anexo.

GABARITO C

85 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Assinale a alternativa que apresenta o recurso usado para salvar endereços dos sites mais frequentemente usados (fazendo uso do atalho por teclado Ctrl + D), de modo que um analista contábil possa agilizar o acesso a tais sites, visitados por meio do Google Chrome, versão 106, em sua configuração padrão.

- A) Downloads.
- B) Favoritos.
- C) Histórico.
- D) Extensões.
- E) Zoom.

Comentário

O recurso usado é FAVORITOS.

GABARITO B

86 - (Simulado Geral. 2023. Outras) "Se existe uma coisa que a pandemia do novo coronavírus mudou foram as relações. A necessidade de distanciamento para evitar a contaminação exigiu que recorrêssemos ainda mais a tecnologia para nos comunicarmos. Encontros familiares,

conversas com amigos, reuniões de trabalho e cursos saíram das mesas para os aplicativos de videoconferência".

Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/gazz-conecta/13-plataformaspara-reunioes-eventos-e-videoconferencias-online/>

Entre os aplicativos mais populares podemos citar – Zoom, Google Meeting, Microsoft Teams, dentre outros.

Sobre o Microsoft Teams, julgue afirmações a seguir:

- I. Permite acesso, edição e compartilhamento de arquivos de Word, Excel e Power Point em tempo real.
- II. Esse serviço está disponível somente por meio de assinatura paga.
- III. Não há limite máximo de participantes.

Está (ão) correta, apenas:

- A) I.
- B) I e II.
- C) III.
- D) I e III.
- E) II.

Comentário

I. Permite acesso, edição e compartilhamento de arquivos de Word, Excel e Power Point em tempo real.

CORRETA. Vejamos a explicação da própria Microsoft:

Colaborar em arquivos no Microsoft Teams

Microsoft Teams

À medida que sua equipe trabalha em conjunto, você sem dúvida terá arquivos nos quais deseja compartilhar e colaborar. O Teams facilita o compartilhamento de arquivos e o trabalho deles juntos. Se trabalhar em arquivos Word, Excel, PowerPoint ou Visio, seus colegas poderão até mesmo exibir, editar e colaborar neles, diretamente no Teams (a edição no Visio requer uma licença).

Observação: Se o arquivo não for um dos tipos mencionados acima, ele deverá ser exibido no SharePoint ou no aplicativo correspondente.

II. Esse serviço está disponível somente por meio de assinatura paga.

INCORRETA. Também está disponível a versão gratuita.

III. Não há limite máximo de participantes.

INCORRETA. Há sim limite de participantes:

Eventos ao vivo

Eventos ao vivo são reuniões estruturadas que permitem que sua organização agende e produza eventos que são transmitidos para grandes audiências online—até 20.000 pessoas. Com eventos ao vivo, a interação do público é uma experiência gerenciada de Q&A.

Recurso	Limite máximo
Tamanho da audiência	Até 20.000 participantes ¹
Duração do evento	4 horas
Eventos ao vivo simultâneos em execução em uma organização do Microsoft 365 ou Office 365 ²	15

¹ Os 10.000 usuais são aumentados para 20.000 até 31 de dezembro de 2023. Você pode agendar números ainda maiores com eventos ao vivo em Viva Engage e/ou Microsoft Stream. Para obter mais informações, consulte [Eventos ao vivo no Microsoft 365](#). Observe que eventos com mais de 20.000 participantes exigem o [Programa de Assistência a Eventos ao Vivo](#).

GABARITO A

ATUALIDADES

87 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) A polícia local, palco de um grave acidente de trem na semana passada, registrou nesta segunda-feira, 5, um caso criminal de “morte por negligência” relacionado ao incidente que deixou, até o momento, mais de 280 mortos. Cerca de 300 feridos ainda estão hospitalizados, alguns deles em estado grave.

(Jun/2023)

A tragédia acima ocorreu

- A) no Marrocos.
- B) no Afeganistão.
- C) na Turquia.
- D) na Malásia.
- E) na Índia.

Comentário

Polícia aponta negligência em pior acidente de trem da história da Índia

Caso aconteceu na semana passada e deixou mais de 280 mortos e 300 feridos, muitos deles hospitalizados em estado grave

Por Da Redação
5 jun 2023, 15h20



Equipes de resgate recuperam os corpos das vítimas dos destroços de uma colisão de três trens perto de Balasore, na Índia. 03/06/2023 (Dipa Chakraborty / Eyepix Group/Future Publishing/Getty Images)

[Polícia aponta negligência em pior acidente de trem da história da Índia | VEJA \(abril.com.br\)](https://www.abril.com.br/veja/politica/policia-aponta-negligencia-em-pior-acidente-de-trem-da-historia-da-india)

GABARITO E

88 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) A Prefeitura de São Paulo demitiu Antonio Fernando Pinheiro Pedro na tarde desta quarta-feira (13) após fala polêmica sobre o aquecimento global.

Ele era secretário executivo de Mudanças Climáticas da capital paulista, cargo que será assumido interinamente por Tamires Carla de Oliveira, atual chefe de gabinete da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.

(Jul/2023)

A decisão foi tomada após um vídeo onde Pedro Pinheiro afirma

A) que um grupo de jovens que acusou o estado de violar seus direitos a um "meio ambiente limpo e saudável" é besteira.

B) que os países da cúpula do clima das Nações Unidas no Egito, a COP27 não está comprometida efetivamente com o planeta.

C) que o planeta Terra pode se salvar sozinho.

D) que os recursos destinados ao Fundo Amazônia não estão sendo utilizados de forma adequada.

E) que as demarcações de terras indígenas têm por objetivo garantir o direito indígena àquela área.

Comentário



"O planeta não será salvo por nós, ninguém salva o planeta terra. Geralmente ele se salva sozinho. Ele o faz há 4,3 bilhões de anos e muda o clima em todo esse período. Quando o planeta se salva, geralmente ele se livra do que está na superfície dele", afirmou Pinheiro Pedro.

[Prefeitura de SP demite secretário do Clima após fala polêmica \(cnnbrasil.com.br\)](https://www.cnnbrasil.com.br)

GABARITO C

89 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) O governo federal sancionou a lei que formaliza o uso da fita com desenho específico como símbolo para identificar pessoas com deficiências ocultas. A medida foi publicada no Diário Oficial da União de segunda-feira (17).

(Jul/2023)

De acordo com a notícia, qual é o desenho contido na fita?

- A) Pombas branca.
- B) Cruzes vermelhas.
- C) Flores rosas.
- D) Girassóis.
- E) Margaridas

Comentário

Por definição, deficiências ocultas são aquelas que podem não ser percebidas de imediato, como surdez, autismo e deficiências cognitivas.

Governo sanciona lei que formaliza uso de fita com girassóis como símbolo de doenças ocultas; entenda

Projeto prevê que o uso será opcional, sem ser necessária a obrigatoriedade da utilização do acessório para o exercício dos direitos da pessoa com deficiência



Governo sanciona lei que formaliza uso de fita com girassóis como símbolo de doenças ocultas
Roberto Suguino/Agência Senado Fonte: Agência Senado

Gabriel Fereida, da CNN
em São Paulo

19/07/2023 às 16:17 | Atualizado 19/07/2023 às 17:40

Compartilhe:



[Governo sanciona lei que formaliza uso de fita com girassóis como símbolo de doenças ocultas; entenda \(cnnbrasil.com.br\)](https://www.cnnbrasil.com.br)

GABARITO D

90 - (Simulado Geral. 2023. Outras) A partir dos artigos 1º e 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, também denominada como Estatuto da Pessoa com Deficiência, considere as afirmativas a seguir:

I. A Lei nº 13.146 é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

II. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

III. Considera-se o indivíduo com deficiência aquele que tem impedimento temporário de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual pode obstruir sua participação relativa nas atividades produtivas em igualdade de condições com as demais pessoas empregadas.

IV. A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades; e a restrição de participação.

V. A avaliação da deficiência será psicossocial, realizada por equipe de psicólogos e assistentes sociais que considerarão, para tanto, os efeitos limitadores das estruturas incompletas da inteligência no desempenho de atividades e na restrição de participação política, familiar e social.

É INCORRETO o que se afirma em:

- A) I e III, apenas.
- B) III e V, apenas.
- C) III, IV e V, apenas.
- D) IV, apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

Comentário

I. A Lei nº 13.146 é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

CORRETA.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

II. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

CORRETA.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

III. Considera-se o indivíduo com deficiência aquele que tem ~~impedimento temporário~~ de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual pode obstruir sua participação relativa nas atividades produtivas em igualdade de condições com as demais pessoas empregadas.

INCORRETA.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem **impedimento de longo prazo** de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

IV. A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades; e a restrição de participação.

CORRETA.

Art. 2º

(...)

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: (Vigência) (Vide Decreto nº 11.063, de 2022)

I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

III - a limitação no desempenho de atividades; e

IV - a restrição de participação.

~~V. A avaliação da deficiência será psicossocial, realizada por equipe de psicólogos e assistentes sociais que considerarão, para tanto, os efeitos limitadores das estruturas incompletas da inteligência no desempenho de atividades e na restrição de participação política, familiar e social.~~

INCORRETA.

Art. 2º

(...)

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: (Vigência) (Vide Decreto nº 11.063, de 2022)

I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

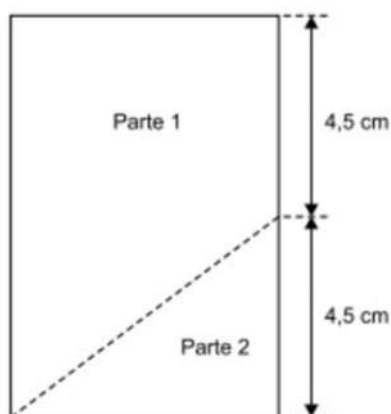
III - a limitação no desempenho de atividades; e

IV - a restrição de participação.

GABARITO B

MATEMÁTICA

91 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Um pedaço de papel retangular, com perímetro de 30 cm, Rascunho será dividido em duas partes, conforme esboçado na figura a seguir:



Após dividido, o perímetro da parte 1 será de

A) 26,0 cm.

B) 26,5 cm.

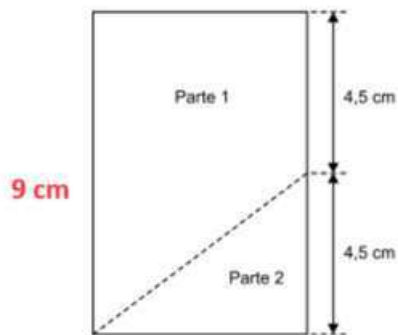
C) 27,0 cm.

D) 27,5 cm.

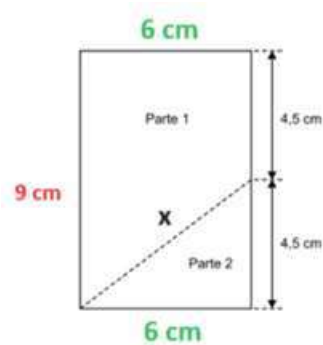
E) 27,5 cm.

Comentário

Analisando o enunciado percebemos que o perímetro total do papel corresponde a 30 cm, adiante, sabemos que um lado soma 9 cm, logo, o outro também



Subtraindo do perímetro total (30 cm) os lados que sabemos $30 - 9 - 4,5 - 4,5 = 12$ cm para os dois lados que restam, logo,



Temos um triângulo retângulo na parte 2, no caso, vamos aplicar o Teorema de Pitágoras:

$$x^2 = 6^2 + 4,5^2$$

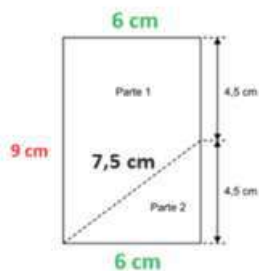
$$x^2 = 36 + 20,25$$

$$x^2 = 56,25$$

$$x = \sqrt{56,25}$$

$$x = 7,5$$

Descobrimos, o valor de x



Após dividido, o perímetro da parte 1 será de

$$9 + 6 + 4,5 + 7,5 = 27,0 \text{ cm}$$

GABARITO C

92 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Em uma clínica, a razão do número de funcionários que trabalhavam no período da manhã, para o número de funcionários que trabalhavam no período da tarde era $\frac{5}{3}$, sendo que nenhum funcionário trabalhava nos dois períodos. Dois desses funcionários, que trabalhavam no período da manhã, foram transferidos para o período da tarde e, desse modo, o número de funcionários trabalhando nos dois períodos ficou igual. Após as transferências, o número de funcionários que ficaram trabalhando no período da manhã foi

- A) 10.
- B) 9.
- C) 8.
- D) 7.
- E) 6.

Comentário

- Em uma clínica, a razão do número de funcionários que trabalhavam no período da manhã, para o número de funcionários que trabalhavam no período da tarde era $\frac{5}{3}$, sendo que nenhum funcionário trabalhava nos dois períodos

$$\frac{M}{T} = \frac{5}{3}$$

- Dois desses funcionários, que trabalhavam no período da manhã, foram transferidos para o período da tarde e, desse modo, o número de funcionários trabalhando nos dois períodos ficou igual

$$M - 2 = T + 2$$

$$M = T + 4$$

Vamos realizar a substituição de M, na primeira equação e multiplicar cruzado

$$\frac{T + 4}{T} = \frac{5}{3}$$

$$T \cdot 5 = 3(T + 4)$$

$$5T = 3T + 12$$

$$5T - 3T = 12$$

$$2T = 12$$

$$T = \frac{12}{2}$$

$$T = 6$$

- ✓ **Antes** das transferências trabalhavam no período da manhã

$$M = 6 + 4 = 10$$

- ✓ **Após** as transferências, o número de funcionários que ficaram trabalhando no período da manhã foi

$$M = 10 - 2 = 8$$

$$T = 6 + 2 = 8$$

GABARITO C

93 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Um cliente contratará três serviços de um mesmo arquiteto, com custo médio de R\$ 7.300,00 por serviço. Se o custo do serviço de maior valor será R\$ 4.000,00 acima do custo do serviço de menor valor, e o custo do terceiro serviço será R\$ 1.700,00 abaixo do custo do serviço de maior valor, então o serviço de menor valor terá um custo de

- A) R\$ 5.200,00.
- B) R\$ 5.300,00.
- C) R\$ 5.400,00.
- D) R\$ 5.500,00.
- E) R\$ 5.600,00.

Comentário

Para facilitar a resolução vamos considerar: x , y e z (do menor para o maior)

- Não temos como saber o valor exato de x , y e z , mas sim a soma dos três valores:

$$\frac{x + y + z}{3} = 7300$$

$$x + y + z = 21900$$

- o custo do serviço de maior valor será R\$ 4.000,00 acima do custo do serviço de menor valor,

$$z = x + 4000$$

- o custo do terceiro serviço será R\$ 1.700,00 abaixo do custo do serviço de maior valor

$$y = z - 1700$$

Adiante, vamos realizar as substituições:

$$x + z - 1700 + x + 4000 = 21900$$

$$2x + z = 21900 - 4000 + 1700$$

$$2x + x + 4000 = 19600$$

$$3x = 19600 - 4000$$

$$3x = 15600$$

$$x = \frac{15600}{3}$$

$$x = \mathbf{R\$5.200,00}$$

GABARITO A

94 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Em certa empresa que tem colaboradores de diversas categorias profissionais com regimes de carga horária regidas por diferentes convenções coletivas, há um colaborador que faz 10 minutos de intervalo a cada 40 minutos trabalhados, e outro que faz 10 minutos de intervalo a cada 50 minutos trabalhados. Esses dois profissionais iniciam sua jornada diária à 9h da manhã e trabalham 6 horas por dia, sem pausa para almoço. Supondo-se um dia em que ambos cumpram rigorosamente seus horários de trabalho e pausas, haverá um horário em que ambos iniciarão uma de suas pausas ao mesmo tempo, que será às

- A) 11h e 50 min.
- B) 12h e 20 min.
- C) 12h e 50 min.

D) 13h e 20 min.

E) 13h e 50 min.

Comentário

- Colaborador 1: $10 + 40 = 50$ minutos
- Colaborador 2: $10 + 50 = 60$ minutos

MMC:

50,60|2

25,30|2

25,15|3

25,5|5

5,1|5

$1,1|2^2 \cdot 3 \cdot 5^2 = 4 \cdot 3 \cdot 25 = 300$ minutos ($300 \div 60 = 5$ horas)

- Esses dois profissionais iniciam sua jornada diária à 9h da manhã e terminam o intervalo juntos às

$$9 + 5 = 14 \text{ horas}$$

- ✓ Haverá um horário em que **ambos iniciarão** uma de suas pausas ao mesmo tempo, que será às

$$14:00 - 00:10 = \mathbf{13h e 50min}$$

GABARITO E

RACIOCÍNIO - LÓGICO

95 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Um grupo de seis pessoas passou por uma bateria de testes para verificação se eram ou não eram qualificadas para exercer determinada função em uma empresa. Algumas informações sobre os resultados dos testes são dadas a seguir e expressas da seguinte forma: 'é', que significará ser qualificada ou qualificado ou na forma 'não é' que significará não ser qualificada ou não ser qualificado.

Considere que as seguintes afirmações são verdadeiras:

I. Se André é, então Bruna é. II. Cleusa é ou Davi é. III. Ou Elton é ou Fabiana não é. IV. Bruna não é. V. Cleusa não é. VI. Fabiana é.

A partir dessas informações é logicamente verdadeiro afirmar que:

- A) Se Elton é, então Cleusa é.
- B) Bruna não é e Davi não é.
- C) Se Fabiana é, então André é.
- D) Davi não é ou André é.
- E) André não é ou Elton não é.

Comentário

Considere que as seguintes afirmações são verdadeiras:

VI. Fabiana é = **V**

V

V. Cleusa não é = **V**

V

IV. Bruna não é = **V**

V

III. **Ou** Elton é **ou** Fabiana não é = **V**

V

F

Estamos diante de uma **disjunção exclusiva**, que para ser falso ambas as proposições devem ser iguais, logo, como sabemos que **Fabiana não é** se trata de uma proposição falsa, **Elton é** será uma proposição verdadeira.

p	q	$p \vee q$
V	V	F
V	F	V
F	V	V
F	F	F



II. Cleusa é **ou** Davi é = **V**

F

V

Estamos diante de uma **disjunção inclusiva**, que para ser falsa ambas as proposições devem ser falsas, como sabemos que **Cleusa é** se trata de uma proposição falsa, logo, **Davi é** será verdadeiro.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

I. Se André é, então Bruna é = V

F F

Estamos diante de uma **condicional**, que para ser falso a primeira parte deve ser verdadeira e a segunda falsa, como sabemos que Bruna é se trata de uma proposição falsa, logo, para ser verdadeira André é será falso.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Vamos analisar as alternativas:

A) Se Elton é, então Cleusa é = F

V F

Estamos diante de uma **condicional**, que para ser falso a primeira parte deve ser verdadeira e a segunda falsa.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

B) Bruna não é e Davi não é = F

V F

Estamos diante de uma **conjunção** que para ser verdadeira ambas as proposições devem ser verdadeiras.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F


C) Se Fabiana é, então André é = F

V

F

Estamos diante de uma **condicional**, que para ser falso a primeira parte deve ser verdadeira e a segunda falsa.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V




D) Davi não é ou André é = F

F

F

Estamos diante de uma **disjunção inclusiva**, que para ser falsa ambas as proposições devem ser falsas.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F




E) André não é ou Elton não é = V

V

F

Estamos diante de uma **disjunção inclusiva**, que para ser falsa ambas as proposições devem ser falsas.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F



GABARITO E

96 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Considere a afirmação:

Se todas as bancas estão no lugar correto, então não há motivo para reclamação.

Uma alternativa logicamente equivalente a essa afirmação está contida em:

- A) Pelo menos uma banca não está no lugar correto ou não há motivo para reclamação.
- B) Se não há motivo para reclamação, então todas as bancas estão no lugar correto.
- C) Se há motivo para reclamação, então não há banca no lugar correto.
- D) Ou todas as bancas estão no lugar correto ou não há motivo para reclamação.
- E) Não há motivo para reclamação e todas as bancas estão no lugar correto.

Comentário

Se todas as bancas estão no lugar correto, então não há motivo para reclamação.

- 1ª Possibilidade: Equivalência do condicional vamos negar ambas as proposições e inverter a ordem:

Se há motivo para reclamação, então

- Para negarmos a primeira parte, notamos que estamos diante de um quantificador universal que sua negação se dará através de um quantificador existencial

Negação de todo, algum e nenhum

PROPOSIÇÃO	NEGAÇÃO
Todo... é...	Algum... não é... Pelo menos um... não é... Existe... que não é...
Nenhum... é...	Algum... é... Pelo menos um... é... Existe... que é...

Se há motivo para reclamação, então pelo menos uma banca não está no lugar correto

- 2ª Possibilidade: Equivalência do condicional substituindo pela disjunção inclusiva e negamos a primeira parte e mentemos a segunda:

Se todas as bancas estão no lugar correto, então não há motivo para reclamação.

Pelo menos uma banca não está no lugar correto ou não há motivo para reclamação

GABARITO A

97 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Uma equivalente lógica para a afirmação “Renato é poderoso se, e somente se, Cesar é seu pai” é:

- A) Cesar não é pai de Renato ou Renato não é poderoso.
- B) Renato é poderoso e Cesar é seu pai.
- C) Se Cesar não é pai de Renato, então Renato não é poderoso.
- D) Renato não é poderoso se, e somente se, Cesar não é seu pai.
- E) Ou Cesar não é pai de Renato ou Renato não é poderoso.

Comentário

Renato é poderoso **se, e somente se**, Cesar é seu pai = $p \leftrightarrow q$

Estamos diante de um **bicondicional** que aplicaremos sua equivalência contrária

Renato não é poderoso **se, e somente se**, Cesar não é seu pai = $\sim p \leftrightarrow \sim q$

GABARITO D

98 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Em um grupo de músicos há cantores, zabumbeiros e sanfoneiros. O diagrama lógico a seguir apresenta a distribuição desses músicos em relação às suas habilidades pessoais. Todas regiões do diagrama, incluindo as intersecções, têm representantes.



A partir das informações fornecidas pelo diagrama é correto afirmar que

- A) qualquer cantor que é zabumbeiro é também sanfoneiro.
- B) há pelo menos um sanfoneiro que é cantor e não é zabumbeiro.
- C) os sanfoneiros cantores também são zabumbeiros.
- D) não há zabumbeiro que seja apenas zabumbeiro.
- E) os zabumbeiros cantores não são sanfoneiros.

Comentário

~~A) qualquer cantor que é zabumbeiro é também sanfoneiro.~~

INCORRETA. Pois, temos zabumbeiros que não são sanfoneiros.

~~B) há pelo menos um sanfoneiro que é cantor e não é zabumbeiro.~~

INCORRETA. Pois, todo sanfoneiro que é cantor será zabumbeiro

C) os sanfoneiros cantores também são zabumbeiros.

CORRETA. Exatamente.

~~D) não há zabumbeiro que seja apenas zabumbeiro.~~

INCORRETA. Pois, temos apenas zabumbeiros.

~~E) os zabumbeiros cantores não são sanfoneiros.~~

INCORRETA. Pois, temos zabumbeiros cantores que são sanfoneiros

GABARITO C

99 - (Simulado Geral. 2023. FGV) Em um grupo de 30 pessoas, 12 comem frutas regularmente, 16 comem legumes regularmente e 4 não comem frutas e nem legumes.

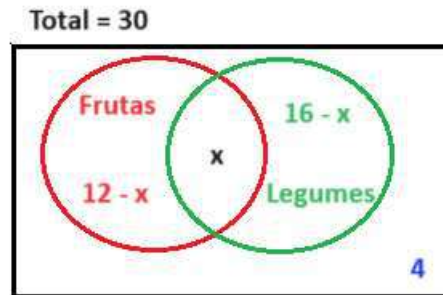
A quantidade de pessoas desse grupo que comem regularmente frutas e legumes é igual a

- A) 0.
- B) 2.

- C) 4.
- D) 12.
- E) 28.

Comentário

Diagramas:



- Total de pessoas = 30
- Comem frutas = 12
- Comem legumes = 16
- Não comem frutas e legumes = 4

$$12 - x + x + 16 - x + 4 = 30$$

$$32 - x = 30$$

$$x = 32 - 30$$

$$x = 2$$

GABARITO B

100 - (Simulado Geral. 2023. Outras) Considere a seguinte sequência de números:

1, 8, 3, 6, 4, 7, 2, 9, 1, 8, 3, 6, 4, 7, 2, 9, 1, 8, 3, 6, 4, 7, 2, 9, ...

O número que ocupa a 2023.^a posição nessa sequência é:

- A) 1.
- B) 2.
- C) 6.
- D) 8.
- E) 9.

Comentário

Notamos o ciclo: **1,8,3,6,4,7,2,9** com oito elementos que somados representam

- Dividindo o ciclo por 2023, temos

$$\begin{array}{r} 2023 \overline{) 8} \\ \underline{42} \\ 23 \\ \underline{21} \\ 7 \end{array}$$

Percebemos o resto 7, logo, o número que ocupa a 2023.^a posição nessa sequência é:

1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a
1	8	3	6	4	7	2	9

GABARITO B

GABARITO COMENTADO

1C	2C	3D	4B	5E	6A	7D	8B	9A	10E
11E	12D	13B	14B	15A	16E	17C	18B	19E	20E
21D	22B	23B	24D	25D	26D	27B	28C	29C	30A
31D	32B	33B	34E	35D	36C	37C	38C	39E	40E
41E	42A	43A	44B	45D	46A	47C	48A	49A	50D
51B	52D	53A	54A	55C	56B	57E	58C	59E	60C
61C	62A	63D	64D	65C	66A	67B	68D	69A	70C
71A	72D	73A	74D	75C	76B	77E	78B	79C	80C
81C	82B	83E	84C	85B	86A	87E	88C	89D	90B
91C	92C	93A	94E	95E	96A	97D	98C	99B	100B